



Aluísio Azevedo

O Japão



servizio generale

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Muniz Sodré de Araújo Cabral

Diretoria Executiva

Célia Portella

Coordenação-Geral de Pesquisa e Editoração

Oscar Manoel da Costa Gonçalves

Conselho Interdisciplinar de Pesquisa

Alberto Pucheu Neto

Antonio Celso Alves Pereira

Arno Wehling

Cícero Sandroni

Cláudia Maria Mauad de S. Andrade

Domício Proença Filho

Emmanuel Carneiro Leão

Evanildo Bechara

Francisco Antônio Dória

Jailson de Souza e Silva

Janice Theodoro

Joel Rufino

José Alves de Freitas Neto

Manuel Antonio de Castro

Márcio Tavares D'Amaral

Maria Aparecida de Aquino

Maria Immacolata Vassalo de Lopes

Marisa Russo (vice-presidente)

Oscar Gonçalves (coordenador da CGPE)

Rafael Ruiz Gonzalez (presidente)

Aluísio Azevedo

O Japão

Notas de Fábio Lima
(a partir dos comentários
de Luiz Dantas)

**Cadernos
da
Biblioteca Nacional**

Rio de Janeiro
2010



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Av. Rio Branco, 219 – Centro

20040-008 – Rio de Janeiro – RJ

Tels: (21) 2220-1994 e 2544-5814

Editor

Marcus Venício Ribeiro

Conselho Editorial

*Benício Medeiros, Cecília Costa, Fábio Lima
e Marcus Venício Ribeiro*

Revisão

Lara Spíndola e Rogério Pires Amorim

Digitação

Thaís Espavier

Projeto Gráfico

André Lippmann e Rodrigo de Mello Alves

Capa

Rodrigo de Mello Alves

Diagramação

Conceito Comunicação Integrada

Reprodução Fotográfica

Claudio de Carvalho Xavier

Ilustração da capa

*Detalhe de ex-libris de Carl Neumann Reichenberg – 1907 da
“Coleção de Ex-Libris” v.8 – Área de Iconografia Fundação
Biblioteca Nacional*

Azevedo, Aluísio, 1857-1913.

O Japão / Aluísio Azevedo ; notas de Fábio Lima a
partir dos comentários de Luiz Dantas. – Rio de Janeiro :
Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

222p. : il. ; 12 x 19cm. – (Cadernos da Biblioteca Nacional)

ISBN 978-85-333-0603-5

1. Japão – Descrições e viagens. I. Biblioteca Nacional
(Brasil). II. Título. III. Série.

CDD-915.2

Sumário

Um Japão que se perdeu

Fábio Lima

7

Nota editorial

23

O Japão

Capítulo I

Jimmu Tennô – Jingô Kogô – Yoritomo

31

Capítulo II

Nobunaga – Taiko-Sama – Ieiás

51

Capítulo III

O comodoro Perry – Ii Kammon

83

Capítulo IV

117

Capítulo V

A abertura

139

Anexo

Apresentação à primeira edição

Luiz Dantas

161

Um Japão que se perdeu

Fábio Lima

Em outubro de 1897, Aluísio Azevedo chega ao Japão para exercer a função de vice-cônsul em Yokohama. O presidente da República tem, no entanto, outros planos para o consulado brasileiro na cidade japonesa, e o escritor deixa o país. Em uma escala na viagem a caminho do Brasil, um telegrama o intercepta e pede que ele retorne a Yokohama. Passado pouco mais de um ano, o Congresso corta a verba destinada à representação brasileira naquela cidade e Aluísio deixa o Extremo Oriente de vez. Contingências políticas restringiram seu encontro com o Japão, outras tantas pautariam sua relação com *O Japão*.

O ministro das Relações Exteriores, general Dionísio Cerqueira, havia indicado o romancista para o posto com a promessa de que, na chegada, o promoveria a cônsul. Prudente de

Moraes, nosso primeiro presidente civil e o primeiro eleito pelo voto popular, tinha outro candidato para o consulado, e é este quem recebe a nomeação. É o próprio Aluísio quem elucida as idas e vindas dessa história, em tom aberto, na carta que escreveu ao amigo Lúcio de Mendonça em 26 de dezembro de 1900, quando, meses depois, já se encontrava na cidade argentina de La Plata, empossado no cargo de cônsul honorário. É comum justificar a publicação da correspondência entre escritores por trazer luz a aspectos obscuros da obra e da vida dos autores. Muitas cartas, ao revelarem impressões traçadas na intimidade entre escritores ou quaisquer outros personagens públicos, são fontes preciosas de informação. Muitas vezes constituem verdadeiros documentos de época em que se revelam meandros sem dúvida inacessíveis se não fossem a franqueza e o resguardo de uma confiança entre amigos. Tornadas públicas, transformam-se em objetos da curiosidade do leitor, cujo interesse, não raro, é despertado pelo simples desejo de se debruçar sobre a vida do outro apenas para desvendar com sabor detalhes, insultos e confissões. Ao curioso, de qualquer espécie, um trecho da longa carta de Aluísio a Lúcio:

[...] O Dionísio, por falta de verba ou por economia, decidiu fazer-me seguir para o

Japão ainda na qualidade de vice-cônsul, percebendo eu apenas as ajudas de custas a essa categoria correspondente, mas com a promessa formal de que, desde que eu lá estivesse, seria promovido a cônsul. Fui, e só ao fim de um ano, graças a meu irmão Artur e ao meu bom amigo Graça Aranha, o Senado de acordo com o Dionísio, resolveu, em minha intenção e só para me valer, transformar o consulado geral em Yokohama em dois consulados simples, suprimindo um chanceler e um vice-cônsul, de modo a não haver nenhuma alteração na verba orçamentária votada para as despesas consulares naquele império. E só faltava a sanção da Grande Besta que aliás tinha sido previamente ouvido sobre o caso pelo respectivo ministro. O Aranha e o Artur davam a coisa por feita e escreveram-me nesse sentido; mas o Salafrário, em vez de me nomear, nomeou o Jacinto Ferreira da Cunha sobrecarregando desse modo o Tesouro com uma ajuda de custas de cônsul para o Extremo Oriente, que é a mais cara do Corpo Consular, e ainda com os gastos de minha repatriação, equivalentes à metade da outra despesa; despesas que se evitariam se as cousas seguissem o rumo ajustado. E quando o general Dionísio, depois de ceder à pressão presidencial, perguntou ao Salafrário por que lhe fizera faltar ao prometido, arredando um candidato que lhe parecia digno, o Salafrário lhe respondeu

que “a pedra da bexiga passara para o sapato...” referindo-se a uma quadrinha do “Gavroche”¹ no País a respeito da enfermidade visical daquela besta, quando o Manuel Vitorino² acabava de receber o formidável coice que o pôs fora do governo. De sorte que, porque meu irmão publicou uma quadrinha satirizando aquele tipo, o tipo não só não me deu o lugar criado para mim, como ainda me prejudicou seriamente no meu futuro.

[...] E a cousa chegou a este extremo pelo seguinte processo: a nomeação do tal Cunha era *ipso facto* a minha exoneração por extinção do lugar. O Henrique Lisboa, então ministro no Japão, telegrafou ao Dionísio sobre as desvantagens da minha retirada daquele país (conhecia ele de leitura o livro que eu estava engendrando sobre *Dai Nippon*) e o Dionísio, que me julgava lesado, resolveu conservar-me como vice-cônsul honorário, pago com os mesmos vencimentos anteriores, pela verba de Extraordinários do Exterior. Consultou-me sobre o caso por telegrama, e eu resolvi ficar para poder continuar a fazer o meu livro. Note-se que o telegrama me surpreendeu já em S. Francisco da

1. Pseudônimo de Artur Azevedo.

2. Político baiano, vice-presidente durante o mandato de Prudente de Moraes, 1884-1898.

Califórnia, perdendo eu três meses nesse passeio forçado, e quase naufragando à volta, a bordo do vapor inglês Coptic.

[...] Instalo-me de novo em Yokohama, mas ao fim de um ano, o Congresso passa esponja na verba destinada à representação do Brasil no Japão e eu rodo de lá com os demais, perdendo todos os direitos até então adquiridos nesta brilhante carreira.³

O relato se faz ainda mais interessante por nos permitir um olhar sobre as dificuldades do exercício diário da política externa brasileira no final do século XIX. Nossa diplomacia ainda não passara pela “revolução Rio Branco”, que correu nos dez anos (1902-1912) em que José Maria Paranhos da Silva Júnior, o barão do Rio Branco, esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Aluísio havia ingressado na vida diplomática após seguir a sugestão de Graça Aranha e prestar concurso para cônsul de carreira da Secretaria do Exterior. O amigo, além do conselho, deu-lhe também algumas aulas de direito internacional que, em 1895, o ajudaram nos exames. Aos 38 anos,

3. AZEVEDO, A. *O touro negro. Crônicas e epistolário*. São Paulo: Livraria Martins, 1955, pp. 135- 137.

já havia escrito algumas de suas principais obras, como *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890), romances que a codificação teórica logo identificaria representante principal do Naturalismo na literatura brasileira.

Não era seu primeiro trabalho burocrático, em 1891 fora por seis meses funcionário do governo fluminense. Era desejo antigo de Aluísio obter um cargo público que o livrasse de pressões financeiras e lhe permitisse ser um escritor sem concessões. É o que se entende de suas próprias palavras em outra carta, esta escrita ao deputado Afonso Celso em novembro de 1884:

Há certos lugares, certos cargos, certos empregos, dos quais só os próprios políticos têm notícias, quando eles ainda se acham vagos, e que, ao transpirarem cá fora, ao caírem no conhecimento do público, vêm logo com uma mulher bonita, escoltada por um enxame de cobiçosos e guardados à vista pelo feliz mortal que mereceu a preferência e já traz a nomeação no bolso.

Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que te passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade do que a de um náufrago ao receber

uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que for, tudo serve, contanto que eu não tenha de fabricar *Mistérios da Tijuca*⁴ e possa escrever *Casa de pensão*.⁵

O fato é que, depois de abraçar a carreira diplomática, o escritor maranhense nunca mais publicou. É de 1895 sua última obra em vida, o romance *Livro de uma sogra*. Em 1938, 25 anos após sua morte, é publicado *O touro negro*, reunião de crônicas e de cartas enviadas a amigos. No ensaio *O silêncio de Aluísio Azevedo*⁶, Lucia Miguel Pereira procura razões para a interrupção. Uma hipótese estaria no tempo que lhe roubavam as tarefas estafantes do novo emprego. Em seu primeiro posto, na cidade espanhola de Vigo, região da Galícia, os esforços concentraram-se em questões relacionadas à emigração para a Amazônia, onde pulsava a economia da borracha. O autor não se adaptou à vida galega e em carta a Pedro Freire registrou seu estado de espírito:

4. Romance publicado em 1882, em folhetim, no jornal *Folha Nova* e, em livro, sob o título *Girândola de amores*.

5. MENEZES, R. *Aluísio de Azevedo: uma vida de romance*. São Paulo: Livraria Martins, 1958, pp. 171-172.

6. PEREIRA, L.M. “O silêncio de Aluísio Azevedo”, in *Escritos da maturidade*. Rio de Janeiro: Graphia / Fundação Biblioteca Nacional, 2005, p.297.

A estupidez e a brutalidade andam aqui aos coices pelo ar e são respiradas por todos os poros. Bestializo-me aqui de um modo fantástico, meu amigo; sinto-me brotarem ferraduras por todo o corpo e até na alma já me repontaram orelhas de burro.⁷

Infeliz, passado pouco mais de um ano na Espanha, ajudado por amigos e pelo irmão, consegue a nomeação para o Japão.

Em 5 de novembro de 1895, iniciaram-se oficialmente as relações entre o Brasil e o Japão. Foi a data de assinatura do Tratado de Comércio, Navegação e Amizade e de criação das legações em ambas as capitais. No Japão, Aluísio encontra obrigações menos custosas e retoma a atividade literária. Encantado pela cultura e sociedade japonesas, dedica-se ao projeto que, por certo, já tinha em mente antes de chegar ao país: realizar um estudo, uma grande reportagem sobre o Japão que, ao mesmo tempo, conseguisse captar a alma do povo.

O escritor esperava muito de *O Japão*, seria seu primeiro trabalho de não-ficção e planejava uma edição cuidadosa. Pretendia publicá-la ainda por lá com o dinheiro que recebera da venda dos direitos de toda sua obra ao editor H. Garnier.

7. 24 de abril de 1896. AZEVEDO, A. Idem, p. 127.

Dessa negociação, encarregara o amigo e conterrâneo Graça Aranha, que, na função de procurador, age, no entanto, à revelia de Aluísio e emprega o dinheiro na compra de terrenos em um bairro ermo do Rio de Janeiro daquela época, Copacabana. Afrânio Peixoto relata como, sem saber, o escritor tornou-se proprietário de terras:

Aluísio, ausente, esperava o dinheiro para mandar imprimir o livro no Japão, quando recebe carta de um homem de letras que do próprio juízo decidira transformar o letrado em proprietário. Havia o reclame nos jornais por edificações em Copacabana e um pedaço de terras e areias, uma praia encantadora, se trocaram por aquele dinheiro. Estava Aluísio proprietário, e o livro sobre o Japão, já que não podia mais ser publicado, como o desejara, não o seria mediocrementemente. Tão fundo foi o desapontamento e despeito por essa imprudência do seu procurador, que nem os títulos de sua nova propriedade quis o nosso romancista haver e conservar. Eles ficaram por aí, e só agora na última viagem ao Rio, e ainda por interposto amigo, isso se liquidou: as terras e os títulos de posse, obtidos, passaram adiante, apenas já valorizados por uma delonga de dez anos.⁸

8. PEIXOTO, A. “Lembranças de Aluísio Azevedo”, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 12. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1913, p. 315.

O curioso é que, no papel, o escritor que se tornou proprietário foi Graça Aranha. Não havia referência a Aluísio em nenhum documento e na escritura de compra do terreno constava apenas o nome do procurador. A última viagem a que Afrânio Peixoto se refere corresponde à passagem do romancista pelo Rio entre novembro e dezembro de 1910. Nesses meses, Aluísio ocupou-se da controvérsia e o litígio que a questão originara foi resolvido. Quem esclarece esse episódio é Luiz Dantas, estudioso do período japonês da vida e da obra de Aluísio Azevedo, na apresentação da única edição de *O Japão* já publicada, em 1984.⁹

Sem os meios para publicar o livro ao seu gosto, o escritor começa a se distanciar da conclusão do projeto. Essa distância aumenta após o corte orçamentário que o retira do Japão para sempre. *O Japão* fica pelo caminho, entre um consulado e outro. De Yokohama, Aluísio segue para La Plata. Da cidade argentina, para Salto, no Uruguai, de onde é transferido para Cardiff. Do País de Gales, em 5 de abril de 1907, escreve a Figueiredo Pimentel:

[...] Ah, meu amigo, você não se enganou quando disse que este emprego não é uma

9. Sobre Luiz Dantas, ver “Nota editorial” desta edição.

sinecura. Os consulados no Brasil não são como os de Portugal, por exemplo. Quando o nosso governo faz algum cônsul, quer para si o trabalhinho ou reclama que lhe despejem o lugar. Isto não é como era o consulado de Eça de Queirós, em Bristol, para onde ele foi mandado, não para desenhar em ofícios e legalizações de papelada de navios, mas para ter tempo folgado e farto de escrever seus adoráveis livros. Sem ter a mínima pretensão de comparar com Ele (a esse, sim, é que se pode chamar de Mestre), força é confessar que um ponto nos contacta, dadas as devidas proporções, e é a obrigação de não deixar de continuar a obra, senão com a extrema interrupção da cova. Assim pensava eu, quando escrevia com todo o ardor meu livro sobre o Japão, mas tive que atirar para o lado o trabalho que me custava oito horas por dia, e deixei que a forja esfriasse, que a bigorna emudecesse e que as impressões *d'après nature* se apagassem de meu espírito.

Ah, quanto é duro interromper uma obra, quando todo nosso ser se empenha em dar-lhe corpo e vida.¹⁰

A forja esfriara. Se houvesse insistido em sua conclusão, publicar *O Japão* já não te-

10. AZEVEDO, A. Idem, p. 156.

ria o impacto que, sem dúvida, teria causado nos últimos anos do século XIX. O caráter de novidade que a obra trazia se perdera. No tempo em que carregava manuscritos entre a América e a Europa, outros já haviam visto o que Aluísio vira e publicado com sucesso impressões sobre aquele país que se abria às relações internacionais e tanto interesse despertava. Entre eles, três diplomatas: Jacinto Ferreira da Cunha – o mesmo que fora útil a Prudente de Moraes na peleja contra os irmãos Azevedo, lembrada por Aluísio na carta a Lúcio de Mendonça – com *Memórias de um cônsul no Japão*, de 1902; Oliveira Lima, com o seu *No Japão*, o mais completo e rico em estilo e análise histórico-social, lançado em 1903; e Luiz Guimarães Filho, com *Samurais e mandarins*, de 1912.

Depois de Cardiff, o escritor esteve ainda em Nápoles, Assunção e Buenos Aires, onde permaneceu até sua morte em 21 de janeiro de 1913. Do projeto inicial ficaram os cinco capítulos aqui reunidos. O texto constitui, em sua maior parte, a base histórica que Aluísio dava à sua reportagem, desde as lendas em torno da formação das ilhas japonesas e da origem da família imperial à pressão estrangeira pela abertura na segunda metade dos Oitocentos, passando com minúcia pelas

lutas entre os clãs em torno do imperador e dos xoguns.

Nas palavras enviadas ao irmão Artur, em uma das poucas referências de seus dias no Japão, é possível entrever quão proveitoso teria sido o livro concluído:

Querido Artur,

Deixei Mito anteontem e com ele ficou a estrada de ferro; agora viajo em *congo* e cá estou em Oda, província de Mitachi, onde a pobre população me olha como se fosse um bicho raro. Deixei a minha mala em Mito e só trouxe uma maleta de mão; lá se me ficou também o tinteiro e o papel, obrigando-me escrever-te a pincel e naquim. Este papel em que te escrevo é feito em rolo donde se vai gastando à proporção que se precisa (estava bom para Rui Barbosa) e o tinteiro correspondente é muito curioso, é uma caixinha de tinta.

Desta mania de ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa tenho experimentado das boas. Do que eu trazia de provisão da comida europeia, nada mais me resta e começo a familiarizar-me com a pitança japonesa. O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo de seu país e dos seus costumes. Imagina que meu quarto de uma cama e que me não deixam dormir

às escuras, para não ser perseguido pelos maus espíritos.

Nunca estou só; tenho sempre ao meu lado duas ou três *musmês* encarregadas de afastarem o tédio que imaginam que eu tenha; já tomei banho com toda a família e tive a ocasião de rir amarelo na rua; apesar de já não sair senão de quimono, os garotos acompanham-me e alguns me dão surriada. Vim encontrar aqui a única japonesa verdadeiramente bonita de corpo que até agora tenho visto; é escultural apesar de pequenita; uma Vênus cor de âmbar, é risonha, com duas covinhas na face. O *congo* de que falei tem este feitio: [*aqui e no espaço dos outros asteriscos, Aluísio, caricaturista profissional, descreveu com desenhos*] * eis a minha lanterna: *. Trouxeram-me o almoço *. Pinteí de preto * para fazer saber qual é a parte do corpo que fica nua. Até breve. Não posso continuar senão o papel não cabe no envelope. Teu Aluísio.¹¹

É provável que o encantamento pelo país tivesse um forte componente feminino. Outra paixão também se perdeu quando o Japão ficou para trás. Afrânio Peixoto, após encontrar-se com o escritor em Nápoles

11. Extraída da apresentação de Luiz Dantas para a edição de *O Japão*, editora Roswitha Kempf, 1984.

e visitar seu gabinete de trabalho, guardou a lembrança de uma

tela de seda com uma imagem encantadora: era Satô, uma criatura formosa, quase ocidental na sua miúda face morena, mas com a graça tênue e sutil, de recato e de simplicidade, das *musumês*, já lendárias. Trouxe-lhe a efígie, desenhada por um hábil artista do país, já que o não pudera acompanhar. Os pais velhos, numerosa parentela, impediram a esposa de seguir o seu conquistador branco, para o outro lado da terra. Aluísio era esquivo e discreto nos seus sentimentos: pensei num romance, desses íntimos que os mesmos romances não contam. Quando me falou nela, porque lho perguntei, disse apenas isto, em palavras soltas, olhando-a com os olhos compridos; chamava-se Açúcar, se os nomes se podem traduzir, e deverá ser uma pessoinha doce e amável, porque mais de dez anos, e outro mundo de permeio, não lhe privaram de uma saudade.¹²

O romancista não pôde dar seguimento à obra que tanto o inspirara e ir fundo, dissecando o que o fascinava, mas o registro do trajeto interrompido – as impressões deixadas por um dos nomes mais conhecidos de nossa literatura sobre uma cultura tão sedutora como a japonesa – merece a apreciação do leitor.

12. PEIXOTO, A. Idem, p. 316.

Bibliografia

AZEVEDO, Aluísio. *O Japão*. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984. [Apresentação e comentários de Luiz Dantas]

_____. *O touro negro. Crônicas e epistolário*. São Paulo: Livraria Martins, 1955.

MENEZES, Raimundo de. *Aluísio de Azevedo: uma vida de romance*. São Paulo: Livraria Martins, 1958.

MERIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra 1857-1913: o verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Brasília: INL, 1988.

PEIXOTO, Afrânio. “Lembranças de Aluísio Azevedo”, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 12. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1913.

PEREIRA, Lucia Miguel. “O silêncio de Aluísio Azevedo”, in *Escritos da maturidade*. Rio de Janeiro: Graphia / Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

Nota editorial

O manuscrito com os cinco capítulos de *O Japão* foi preparado para edição por Fernando Nery, secretário da Academia Brasileira de Letras de 1923 a 1948, e integra hoje o Arquivo Múcio Leão no Centro de Memória dessa instituição. O texto da edição agora apresentada foi normalizado, atualizado segundo o novo acordo ortográfico e recebeu pequenas correções de pontuação em trechos onde elas se fizeram necessárias.

Os termos de origem japonesa foram mantidos na forma que o autor lhes deu, com exceção daqueles que, com o tempo, foram incorporados ao vocabulário da língua portuguesa e passaram a exibir grafia diferente. Nas notas, adotou-se o uso atual. Topônimos menos usuais ao público brasileiro também mantiveram a ortografia empregada pelo autor.

Até agora, a única edição de *O Japão* havia sido publicada em 1984 pela Roswitha Kempf

Editores, de São Paulo, com apoio da Japan Foundation. Foi um trabalho cuidadoso, guiado pelas mãos de Luiz Dantas, que em 1980 concluíra o doutorado na universidade francesa de Aix-en-Provence com uma tese sobre a aventura japonesa do escritor maranhense. Dantas fez uma apresentação detalhada, equivalente à erudição que portava (publicada em anexo nesta edição), e acrescentou aos cinco capítulos originais o que ele denominou “Chaves para compreender *O Japão* de Aluísio Azevedo”, uma série de extensos comentários sobre variados aspectos da obra. São informações de valor inestimável, que preenchem lacunas deixadas por Aluísio e esclarecem alguns pontos ora imprecisos, ora superados, que saltam à vista após o aprofundamento proporcionado pela pesquisa histórica desenvolvida ao longo da maior parte do século XX.

As notas desta edição são baseadas no trabalho de Luiz Dantas, com a exceção daquelas escritas pelo próprio Aluísio Azevedo, que estão identificadas com asteriscos.

* * *

Luiz Carlos da Silva Dantas faleceu em abril de 2008. De formação universitária francesa, foi professor e diretor do Instituto

de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Agradecemos a seu irmão, Álvaro Dantas, e a Jorge Coli o apoio prestado à publicação desta nova edição.

O Japão

Aluísio Azevedo

Graças à recente vulgarização das crônicas japonesas¹, dantes inacessíveis a todo e qualquer estranho, poucos segredos haverá de virgindade inteira sobre o Japão remoto, e nenhum absolutamente a respeito dos fatos políticos que no moderno determinaram a restauração micadoal², podendo-se num punhado de capítulos desprentensiosos dar exata notícia do que foi aquele passado, outrora tão misterioso e sem fundo, e do que vem a ser ao justo essa famosa revolução que num momento de frenesi histórico derrocou, em nossos dias, um mundo insondável de tradições acumuladas durante 22 séculos de sigilo nacional. Isto, conquanto um pouco fora do meu programa, faz-se indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais; sem contar que o caso é de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas, e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional, com os seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calças puídas, e até, acreditai se quiserdes!, com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público.

Aluísio Azevedo

1. Referência a *Kojiki* (narrativa das coisas antigas) e *Nihongi* (*Crônicas do Japão*), obras de conteúdo mitológico e histórico da primeira metade do século VIII d.C.

2. Mais conhecida como Restauração Meiji. Por *Meiji* entende-se “administração brilhante” ou “governo esclarecido”.

I

Jimmu Tennô Jingô Kogô – Yoritomo

Um dia, o tonante Izanangui, que habitava com a formosa e divina Izananmi³ o empíreo celeste, indiferentes ao mundo ainda descampado, teve a fantasia de sondar com a ponta ciclópica da sua lança de deus as profundezas do oceano e, ao recolhê-la d'água, as gotas que escorreram e pingaram no mar viraram-se numa ilha esmeraldina, Awaji, da qual os dois altos amantes, cansados do céu impassível, fizeram o éden dos seus amores terrestres e sensuais. Izananmi, meiga e

3. Izanangui e Izanmni podem ser traduzidos por “o macho que convida” e “a fêmea que convida”, respectivamente.

fecunda, deu deles então à luz da vida as oito mais bonitas ilhas de Dai-Nipão e logo, para as não deixar tristes e desertas, produziu do seu ventre 35 “kamis”⁴ ou deuses já humanizados pelo amor sexual feito por ela na terra. Dentre esta nova sucessão de Izananmi surtiu Amateras⁵, Deusa do Sol, a dona do divino espelho de Xinto⁶, em cuja luz a sua futura descendência mortal e sensitiva poderia, e nos escassos tempos e dias aziagos do porvir, contemplar-lhe o rosto amigo e ler-lhe nas benignas feições os desígnios providenciais. Amateras, cônica do que lhe reservava o destino, queria também ser fecundada, mas, orgulhosa dos seus incompensáveis encantos, não achava entre deuses e kamis varão assaz luzido e belo para o amor do seu corpo, e então, num singular enlace, concebeu um filho com os ardentes carbúnculos do seu próprio diadema de princesa celestial. O filho⁷, da

4. “Seres colocados acima”. No xintoísmo, *kamis* são espíritos encontrados em certas forças da natureza, mortos ou objetos familiares.

5. A mais alta divindade da mitologia xintoísta.

6. “O caminho dos deuses”: termo de origem chinesa, criado em oposição a “butsudo” (o caminho do Buda) quando da introdução do budismo no Japão (585-587 d.C.) a fim de distinguir as crenças ancestrais japonesas da nova religião e fazer frente à presença cultural chinesa.

7. Luiz Dantas afirma que esse personagem é o neto de Amateras, e não o filho, príncipe Ninigi-no-Mikoto. Ele seria

têmpera rija e cristalina das gemas que o geraram, foi posto na ilha de Kiuciu, que ele povoou de heróis, vindo dois⁸ de seus descendentes, guiados pelo divino falcão de oito cabeças⁹, a atravessar o Mar Interior e a cair sobre o Japão central, de pronto por ambos conquistado contra o poder dos maus deuses e homens rebeldes que o ocupavam.

Um desses dois conquistadores, Iware Hito, foi o primeiro soberano do Japão e morreu, com mais de um século de idade, 585 anos antes de Jesus Cristo. Seu nome póstumo é Jimmu Tennô, como está na história e com o qual abre o almanaque de Gotha a lista cronológica e genealógica dos micados e xoguns de Dai-Nipão; ocupa hoje o trono o seu descendente em linha reta Mutsu Hito, que e o 122º da divina série micadoal.^{10*}

o antepassado da linhagem que segue até os dias de hoje.

8. Segundo Luiz Dantas, seriam quatro e não dois os descendentes.

9. Yatagarsu, ave presente na mitologia japonesa. De acordo com Luiz Dantas, apontando uma imprecisão cronológica de Aluísio Azevedo, a ave só aparece em um momento muito posterior na história.

10. *Xogum significa o que os jornais da Europa nas suas notícias sobre o Japão chamavam, e ainda chamam, por engano, "Tai-Kum". O título de xogum existe desde um século antes da era cristã, mas a princípio designava apenas o chefe militar ajudante d'ordens do micado, quando era este ainda comandante das forças e dirigia em campo as milícias nacionais. Nada há pois de comum, além do nome, entre esse

Assim, o atual imperador, apesar da sua constituição parlamentar, apesar do seu prosaico uniforme de general de divisão, é nada menos do que descendente direto da formosa Deusa do Sol e tem com certeza na augusta fibrina centelhas das luzes cambiantes do ilustre diadema seu antepassado; sacrossanta procedência donde lhe deriva indiscutível supremacia sobre todos os seus compatriotas terrestres e logo o direito absoluto de ser, nem só obedecido e cegamente respeitado por eles como soberano, mas adorado como divindade que é e como foram todos os seus consubstanciais antepassados.

O espelho, por Amateras transmitido carinhosamente a seus filhos, representa o símbolo da religião xintoísta, à qual não pode o micado renegar sem com ela renegar também a qualidade divina da sua própria essência. O xintoísmo é pois no Japão ainda hoje a religião do Estado; mas a religião popular

remoto cargo e o de suserano criado por Yoritomo e mais tarde desenvolvido por Ieiás, que tomou então, privativamente, o subtítulo de “Tai-Kum” (Grande Senhor). Este subtítulo desapareceu com o mesmo Ieiás, único que a ele tinha direito, deixando aos xoguns seus descendentes o de “Sei-Tai”. Xogum, que já quer dizer coisa muito diversa como verá depois o leitor. “Tai” em Japonês tem precisamente a mesma significação que “Dai”; pode-se pois, escrevendo contra o uso mas sem errar, dizer “Ti-Nippon” em vez de “Dai-Nippon” e “Dai-Kum” em vez de “Tai-Kum”. (N.A.)

e verdadeiramente querida, talvez por mais folgada e vistosa, é o budismo, introduzida no país pelos coreanos no século sexto da era cristã.

Esta tão negativa preferência do japonês pela religião alheia levou hábeis casuístas, zelosos da divina procedência do trono, a tecerem em épocas hoje longínquas sutis relações entre os dois cultos, aliás bem divergentes na forma externa como no íntimo espírito; laços de origem e de doutrina estabeleceram-se engenhosamente entre o letárgico Buda e a palpitante Deusa do Sol, permitindo assim aos fiéis de ambas as seitas queimarem o seu incenso e os seus papéis dourados facultativamente aos pés do altar de uma como da outra divindade. E destarte conseguiu o trono, sem abrir luta com a nação, ou antes, sem insistir na luta começada, guardar íntegro o seu caráter divino e permitir que o povo conservasse o seu culto pueril pelo espetaculoso budismo, alegremente exercido em paz ao lado da pobre e desguarnecida religião do Estado. Buda no Japão ganhou um nome japonês: chama-se “Ammiddah” ¹¹.

11. Originalmente Amithâba, é o nome de uma das manifestações do Buda e não do personagem histórico.

De Jimmu Tennô até duzentos anos depois de Jesus Cristo (860 da era japonesa) o Japão pouco mais seria do que uma extensa região completamente bárbara e desconhecida, em luta constante entre as suas tribos de caráter nômade e guerreiro, cujos vestígios ainda hoje se encontram puros ao extremo norte da ilha de Yezo onde se refugiaram e habitam os cabeludos ainos e os quase extintos selvagens koropukgurus¹²; mas por aquela época, a célebre imperatriz Jingô Kogô, divinizada hoje com o nome de Hachiman Daibosatsu no seu templo de Otokoiama, resolveu, sob inspiração do céu, organizar e ela própria conduzir, acompanhada do seu fiel valido Take-no-utschi, uma grande expedição contra a Coreia, então tributária da China que florescia à sombra da dinastia dos Thsin.

A expedição obteve o melhor resultado possível: ao fim de três anos volvia à pátria a gloriosa imperatriz, senhora da vassalagem de três reis vencidos com a submissão da Coreia. Logo porém, ao partir para a guerra, Jingô

12. Yezo é a atual Hokkaido. Aino é um grupo indígena, habitante também das ilhas Curilas e Sacalina, que hoje tem uma população de aproximadamente 30 mil habitantes. Segundo Luiz Dantas, em língua aino, “korupkgurus” é uma designação dada aos primeiros habitantes de Hokkaido, aos homens das cavernas.

Kogô notara-se pejada e, como esta imprevis-ta circunstância lhe podia estorvar os planos militares, ela, invocando a proteção dos deuses, amarrou uma pedra no ventre. Produziu ótimo efeito o talismã: o céu atende às súplicas da guerreira e a gestação esperou miraculosamente os três largos anos da campanha. Ao fim desse tempo a imperatriz, de volta aos seus penates, recolhe-se apressada ao castelo sem atender a aclamação nem parabéns, corre ao quarto, desaperta-se, lançando fora couraça e capacete, e deixa-se cair por terra nos braços do marido a quem, entre gemidos de mulher, explica o caso maravilhoso. O feliz cônjuge prosterna-se, agradecendo aos céus a graça e o benefício, e ela entrementes dá à luz o príncipe Ojin, mais tarde divinizado com o título de Deus da Guerra, a cuja alta influência foi logo, nem era de esperar coisa melhor, atribuída toda a honra da vitória.

Com esta vitória sobre a Coreia, entra no Japão a civilização chinesa, que no continente vizinho tinha já nessa época chegando ao seu máximo desenvolvimento, assim nas artes, como na literatura e na moral filosófica de Kang, conhecido no Ocidente pelo ilustre nome de Confúcio. E a imigração, que logo se fez caudalosa, vem espontaneamente favorecer a ação da corrente

civilizadora; chamados pelos japoneses ou puxados uns pelos outros, começam os chins a instalar-se no arquipélago fronteiro; “de uma só vez, diz a crônica por intermédio de Georges Bousquet, dezessete distritos do sul do Celeste Império arribam em massa para os verdejantes portos de Kiuciu”; o erudito Wang Ien¹³, maior poço de ciência que possuía a Coreia, é atraído às cortes do micasado Ojin para iluminá-lo de perto, e com ele atravessa o Mar do Japão um fator decisivo — o alfabeto chinês. O Japão começa a ler e a escrever e não se forra a sacrifícios para aumentar o seu cabedal de luzes; acumula de garantias e favores os artistas, artesãos e operários de valia, que logo acodem avidamente da outra banda asiática de ferramenta em punho; chama a si cabalísticos astrólogos, facultativos e alquimistas, carregados de misteriosas retortas e alfarrábios. E com esta gente da sabedoria do tempo vem o segredo da porcelana; vem a bússola; vem a indústria da seda; vem a arte de construir casas de mais de um andar; vem, com as primeiras noções de astronomia, a organização cronográfica e o calendário; vem a fabricação

13. Também conhecido por Wani ou Wangi, por ele são apresentados ao Japão os textos chineses *Lun Yu* e *Ch'ientzu-wen* (“Texto dos mil ideogramas”).

do papel e da tinta de Nankin; vem o moinho de pilar o arroz, e as rodas hidráulicas substituem a mó girada a braço vivo; vem o relógio com o seu maquinismo movido pela água; vem a metalurgia, e descobrem-se minas preciosas e cunha-se a primeira moeda de metal na terra dos micados; e finalmente vem a imprensa, e estampam-se as literárias primícias japonesas, entre as quais o mítico “Kodziki”, a mais remota história escrita do Japão. Foi ditada esta história por uma mulherzinha de fenomenal retentiva, a quem o imperador Jimmu no século VI ordenara de guardar na memória todos os passos e episódios da vida pública japonesa, transmitidos até aí de geração em geração pela voz dos trovadores e menestrelis ambulantes.

E o Japão acerta afinal o passo do seu progresso com o da China e entra, por diante, a caminhar tão seguro e firme, que em breve já não se contenta só com imitar os translados da mestra e vai por conta própria modificando alguns deles para melhor e mais bonito; e já em 643¹⁴ manda à metrópole da sua civilização o primeiro embaixador que veio ao mundo, o Adão dos diplomatas — Onono-Imokô,

14. Dantas afirma ser 607 o ano em que Onono-Imokô saiu em sua primeira missão.

encarregado de regular a favor da sua pátria os tributos de guerra, que a Coreia começava a saldar, e de estabelecer a permanência de uma comissão japonesa na China para estudar ciências ocultas e reveladas.

Todas essas maravilhas, perfeitas pelos nipons entre o ano 284 e o 703¹⁵ da nossa era, só muitos séculos depois foram sabidas e exercidas pela então agreste Europa, onde todavia por tal modo se desenvolveram e apuraram que é agora a cultura ocidental, hoje rematada e extrema, que, refluindo, vem civilizar de novo a velha terra do Oriente, de cujo seio abundante Árias nasceu para gerar novas e mais formosas raças.

Rezam entretanto as crônicas indígenas que não foi por mero espírito de generosidade que o governo chinês cedeu ao vizinho oriental a sua civilizadora emigração; sobre a primeira leva de emigrados corre uma lenda que não resisto ao desejo de contar:

A certo imperador da China, notável só pela assombrosa estupidez e tartárica dureza de entranhas que o distinguiam, meteu-se em cabeça escapar à lei fatal da morte e pôs logo em

15. As crônicas antigas marcam 284 como o ano de chegada de Wang Ien. Em 703 é concluída a reforma Taika, que buscou modificar as estruturas políticas japonesas à luz do exemplo chinês.

ação toda a sua autoridade para que lhe descobrissem o segredo de perpetuar a vida. Imaginai daí o sangue que não correu por causa disto! Mas Jokufu, médico e astrólogo da corte, pôs-se afinal realizar o desejo do tirano, contando que lhe facultasse este os meios de obter um misterioso filtro para isso indispensável, e o qual consistia no extrato de certa flor só existente nas ilhas vulcânicas de Nipão, flor de tal melindre que, para nada perder da sua amaviosa virtude, tinha que ser colhida por mãos juvenis de imaculada pureza. O imperador estava por tudo, autorizou o médico a organizar o pessoal de que houvesse mister e abriu a régia bolsa para todos os custos; pôs-se então o astrólogo em diligência e escolheu, um por um, cuidadosamente, entre a parte melhor do povo, trezentos rapazes e trezentas e uma raparigas que, de corpo e alma, lhe pareceram os mais perfeitos do país, e com esta alegre companhia fez-se de velas para as plagas do Sol Nascente. O monarca, se conseguisse afinal realizar por outro meio o seu sonho de vida perpétua, ainda agora estaria à espera do facultativo, cujo fim era só escapar à crueldade do déspota a quem servia, e tentar vida nova em país novo no meio de uma alegre colmeia de patrícios por ele escolhidos a dedo.

Fosse este ou não o ponto inicial da emigração chinesa, o fato é que só com esta

começa verdadeiramente a história do Japão, como é também daí que começa e se vai estendendo pelos séculos novos a lenta e surda elaboração homogênea da raça, até conseguir fixar o seu tipo, depois da eterna luta etnológica, em que os elementos contrários se repelem entre si e os de afinidade eletiva se combinam e se fundem para sempre. E assim, pouco a pouco, de século a século, se vão destacando e acentuando as castas em volta de um centro comum, espiritual e supremo, que é o micado; começam então as agrupações sociais, a formação das classes: de um lado condensa-se o lavrador, que nunca mais deixará os campos produtores e será o passivo e silencioso lastro da nação inteira; de outro lado constitui-se o militar, a quem o agricultor sustenta, confiando-lhe a guarda das suas terras lavradas, e o qual há de ser no futuro o “samurai”¹⁶, suscetível de enobrecimento pelas armas, e em que o feudalismo vindouro encontrará cavaleiresco esteio para a sua violenta expansão; de outro lado concentra-se a aristocracia de sangue, criada e mantida tranquilamente pelos fidalgos da família micadoal, parentes do imperador ou da imperatriz, e de cujo núcleo privilegiado se formará a classe principesca

16. “Aquele que está ao lado”.

dos “kugês”, que serão conselheiros áulicos e pares do trono, gozando da prerrogativa exclusivíssima de fornecer da sua descendência as mulheres do soberano, legítimas como ilegítimas, com direito qualquer delas a dar herdeiros à Coroa. E desta nobreza consanguínea dos kugês, combinada com a outra militar dos samurais, resultará o “daimo”, que já é o puro chefe feudal, com senhorio e rendas territoriais e faculdade autoritária para lançar impostos, estabelecer tenças, fortificar castelos, construir navios e ferir batalhas. E uma vez retalhado o país em principados autônomos, começarão estes em viva guerra a disputar entre si a supremacia, até que uma família triunfe, aniquilando as outras, e crie o poder suserano do “xogum”¹⁷, isto é, o chefe dos chefes feudais, o generalíssimo dos príncipes militares, só dos militares, porque quanto aos do conselho áulico, esses continuarão exclusivamente sob a alçada espiritual do micado.

A original instituição do xogunato, que redundou em cisão do governo soberano é, a contar depois da conquista da Coreia, o marco mais saliente da antiga história política japonesa. Até essa época, 1185, os micados

17. Abreviação de “Sei-I-Tai-Shogun”, literalmente, segundo Dantas: generalíssimo (“tai-shogun”) encarregado de subjugar (*sei*) os inimigos (*i*).

governaram unitariamente; 81 se sucedem no trono, por hereditariedade, sem interrupção, desde Jimmu Tennô até Antoku; daí para cá a série continua firme e seguida, mas já ladeada pelo xogunato, que se apossou do poder militar e civil, deixando ao imperador apenas o espiritual e convertendo-o num simulacro de papa privativo do Estado, embastilhado por uma etiqueta ainda mais inexpugnável que as muralhas do seu “gocho” imperial; verdadeiro ídolo, que o povo devia adorar, mas sem ver, sob pena de morte ou do esvazamento dos olhos, e para quem as estradas públicas eram rigorosamente veladas, “Porque — diz o primeiro xogum na sua proclamação — a terra vulgar e rasa é indigna de pôr-se em contato com os divinos pés do filho dos deuses”.

O primeiro xogum foi o grande Yoritomo¹⁸, príncipe inteligente e bravo, celebrizado em prosa e verso na literatura japonesa. Era ele então o último vestígio da família Minamoto¹⁹, cruamente exterminada pelos Taíras. De todos os feudos, inimigos irreconciliáveis, que procuravam firmar, cada um de

18. Yoritomo (1148-1199), o primeiro xogum.

19. Após os Minamoto, quatro famílias sucederam-se no xogunato até sua extinção já na Era Meiji. São elas: Fujiwara (1226-1252), família imperial (1252-1333), Ashikaga (1338-1573) e Tokugawa (1603-1868).

per si, a sua hegemonia pelo aniquilamento dos rivais, só essas duas casas haviam resistido, e o duelo final e decisivo que se travou entre elas deixou os Taíras inteiramente senhores do campo. Yoritomo escapou miraculosamente à carnificina; teria dez ou 12 anos quando o resto de sua família, sobejado à sanha das pelejas, fora passada pelas armas inimigas; fizeram-no prisioneiro e iam matá-lo, apesar da tenra idade, quando uma mulher compassiva intercedeu por ele, obtendo dos Taíras deixarem-no viver.

O último descendente dos Minamotos cresceu pois entre os destruidores da sua estirpe, afagado pelas mesmas mãos que o fizeram órfão; mas posto homem casou-se calculadamente com a filha de Hojô, de cuja influência militar contava ele tirar partido. Recolhe-se com a mulher às províncias mais remotas do Japão, organiza em sigilo como o herói do Rubicon uma coorte de bravos e, depois de algumas vitórias fáceis, alcançadas só com o fim de engrossar as suas hostes, arroja-se sobre os Taíras, bate-os em terra, cerca-os por todos os lados, sem dar quartel a nenhum, e acaba por exterminar o que deles resta em um decisivo combate naval nas águas de Daneíra. Feito isto e repelida uma invasão de

mongóis²⁰ que abalançava a independência do país, Yoritomo, declarando-se primeiro vassalo do imperador, a quem rende pública homenagem e em cujo poder espiritual, só espiritual, jura defender de qualquer pretensão externa ou interna, assume o posto de comandante em chefe das armas com o título de “bakufu”²¹ ou xogum. Estabelece a sua corte em Kamakura, guarnece-a de artistas, poetas e aprazíveis sábios, fundando nesse distrito uma segunda capital do Estado, sede do poder civil e ao mesmo tempo o centro de operações das forças militares do norte, em flagrante oposição à de Quioto, ao sul, onde, na imperial custódia do espiritualismo sacro, ostraceava o pobre micado com o seu conselho de mãos finas e perfumadas, muito feitas à difícil execução da música religiosa, mas de todo alheias ao manejo das armas de combate.

E eis aí como se deu a estranha cisão no poder soberano do monarca, criando-se quase ao nível do trono a suserania xogunal, que aliás só atingiu ao auge da sua autoridade anômala quatro séculos depois, quando Ieiás fundou de vez a sua dinastia e tornou a

20. Aqui, Luiz Dantas aponta outra imprecisão: a ameaça mongol é enfrentada não por Yoritomo, mas pelo regime por ele instaurado quase um século depois.

21. Expressão de origem chinesa anterior à instituição do xogunato, designava a residência do chefe da guarda imperial.

função hereditária, fazendo desde essa época a Europa acreditar, até há bem pouco tempo, que o Japão mantinha dois imperadores, como se vê pelos seus ajustes internacionais com ele firmados dentro já do nosso século. Naquela época é já com efeito o xogum quem governa, mas ainda é o imperador quem reina, pois que teoricamente nada pode decidir o chefe militar sem a sanção do micado.

Yoritomo fez da sua capital uma cidade relativamente importante e poderosa, cidade todavia de madeira e bambu que, depois dele e da sua curta descendência direta, desapareceu substituída por infinitos arrozais e canteiros de horta; a estrada de ferro passa hoje por ela ligando-a a Yokohama e Tóquio; do seu passado fausto só perduram alguns ídolos e reconstruídos templos. É aí, nesse ameno canto mal povoado, que está o famoso Buda de bronze “Daibutsu”²², de que em lugar competente darei a descrição. O fundador do xogunato morreu em 1199, com 53 anos de idade, depois de 14 de indiscutido e absoluto poder.

Com a sua morte desencadeia-se o feudalismo militar que ele sistematizara, e desde

22. Em “lugar competente”, Aluísio Azevedo voltaria ao tema, o que não ocorre por consequência de *O Japão* não ter sido concluído.

essa época até 1573, tendo tido 26 micados e 24 xoguns, o Japão mal encontra alguns momentos de refolga entre as implacáveis guerras civis que o dilaceram. O militarismo degenera em paixão e invade às raias da vesânia, lavra por todas as classes, apodera-se de todos os espíritos, e a nação inteira desfalece moralmente arriscando retroceder às tontas para o barbarismo primitivo; desaparecem os artistas, desaparecem os obreiros, a gleba corrompe-se e pega em armas; os poetas arribam da pátria com as asas sujas de sangue, e até os sacerdotes, os meigos bonzos de crânio raspado e túnica branca, dantes fechados na sua fé sinistra que lhes vedava comer carne, beber licores e tocar em mulheres, endurecem de alma e fazem-se guerrilheiros; os santuários do budismo convertem-se em fortalezas e arsenais; o monastério de Higeizen, maior de todos, às margens quietas do formoso lago de Biwa, com os seus 500 templos boscarejados de sagradas cliptomérias, transforma-se em reduto inexpugnável, onde as súplicas do próprio micado são repelidas com duras blasfêmias e pedradas. Alguns japoneses, caindo de fome, vendem-se então como escravos para as Filipinas e para a China, levando olhos e alma consumidos de fitarem inutilmente o frio espelho de Amateras, a deusa-mãe degenerada.

É nesse largo e negro período de decomposição geral que os militantes samurais, homens d'armas, com direito a usar duas espadas e direito a deixar crescer a barba, se desenvolvem e consubstanciam numa classe privilegiada e turbulenta, podendo comer, beber e dormir pelas locandas e hospedarias de todo o país sem obrigação de pagar os gastos, pronto sempre a qualquer deles a castigar com a morte o cule ou plebeu que ousasse contrariá-lo no meio das suas correrias e aventuras soltas. Como desdobramento espúrio dessa classe de fundo cavaleiresco em que, seja dito com justiça, havia por vezes, malgrado a dura escuridão dos tempos, altruísmo nacional e nobreza de sentimentos, esgalhou a facção fragueira dos roninos²³, homens que não são já soldados, mas nem por isso menos ardidos e belicosos; gente de arma encoberta e arbitrária, mas com quem podiam os príncipes senhoriais contar em caso de guerra, transformando em instrumento de ação política o que era desclassificado produto do meio corrompido; fatores e auxiliares inconscientes, ora do bem, ora do mal, vigoroso elemento étnico, cujo naturalismo heroico se

23. De “rônin”, homem (“nin”) da onda (“ro”). Homens que abandonavam seus senhores e terras de origem e eram “levados pela onda”.

dispersava à toa numa exaltação brigalhona e constante, às vezes generosa, quase sempre porém inconfessável e perversa, porque lhes faltava, a esses como aos seus originadores, o sustinente ideal piedoso que continha na mesma época os seus congêneres ocidentais, pondo ao lado da espada ensanguentada desses tempos cruéis o lírio místico da fé cristã. Mas, nos curtos intervalos da guerra, dessa guerra civil que durou perto de quatro séculos; o ronino volvia-se salteador e pirata, ao passo que o samurai, depostas transitoriamente as duas espadas, ia para o campo administrar a própria fazenda e criar os filhos para dá-los depois ao seu príncipe e senhor, ensinando-lhes, desde o berço, que os deveres da vida militar são carga pesada como as armas e que a morte nas batalhas é leve como a pluma.

Esta desoladora situação, em que o país esteve prestes a desfazer-se em sangue, e em que apenas prosperaram os artefatos e produtos industriais concernentes à arte da guerra, só veio a ceder, esbarrando de encontro à ação bravia de três grandes vultos consecutivos: Nobunaga, Taiko-Sama e Ieiás, e dissolvendo-se enfim de todo contra a maquiavélica resistência do último destes, que é incontestavelmente o maior homem do Japão medieval, como por si mesmo julgará o leitor, se tiver a paciência de ler o seguinte capítulo.

II

Nobunaga – Taiko-Sama – Ieiás

Nobunaga, filho do príncipe de Owai, é um espírito claro e forte, porém ímpio, servido por uma vontade enérgica e resoluta. Bate em 1573 a poderosa família Achikanga, que então mantinha no poder o seu décimo quinto xogum por ela imposto — Yochi Aki, e alça mão das rédeas do Estado, fazendo-se “dai-jin” ou grande ministro do Interior.

Como subiu em luta aberta com os daimos, cuja supremacia militar tem em mira destruir em favor do poder áulico, desiste da eleição xogunal, mas também não consente que elejam outro, deixando vago esse cargo que depois de Yoritomo não havia sofrido interrupção, e entra a governar em nome

diretamente do imperador, a quem assim consegue soerguer um pouco do fundo rebaixamento político em que o tinha deixado o feudalismo militante.

Uma vez seguro do poder não são todavia os daimos a sua primeira preocupação, mas sim a milícia religiosa; é que os budistas, riquíssimos e cheios de prestígio nos seus alcáceres monásticos, com vassalos próprios colhidos entre os mais terríveis samurais e roninos, se haviam constituído em uma força de guerra superior à dos próprios príncipes feudais, porque a seu favor laborava o espírito religioso do povo. Ora, Nobunaga compreende que, governando em nome do imperador e sendo o xintoísmo a religião do Estado, seu poder não passaria de ficção se persistisse de pé a arrogância dos sacerdotes budistas; para firmar pois o princípio da sua autoridade e o prestígio moral do governo, era preciso antes de mais nada aniquilar a supremacia dos bonzos; empresa que a todos se afigurava a mais louca das quimeras, já pelas convenções espirituais estabelecidas pelo trono entre as duas religiões dominantes, já pela boa organização das forças de que dispunham os budistas, já pelo mau efeito que produziria nas camadas populares o caráter sacrílego do sucesso, e já enfim pela solidariedade que existia entre os

sacerdotes de Buda e certos príncipes poderosíssimos do norte.

Foi então que Nobunaga, em má hora para os seus patrícios, pensou em tirar partido do cristianismo que por esse tempo prosperava exuberantemente ao sul do arquipélago, depois das suas tentativas quase frustradas no continente chinês. O Japão havia sido descoberto, acidentalmente, pelos portugueses em 1542, como explicarei adiante; São Francisco Xavier, acompanhado de frades agostinianos, dominicanos e franciscanos²⁴, tentara desembarcar em 1549 no porto de Kaugosima; repellido, seguiu para Yamaguchi e depois para Quioto, conseguindo afinal estabelecer-se ao sul com o seu humilde exército de missionários. Foi tal o bom êxito dessa piedosa campanha, reforçada mais tarde pelos jesuítas espanhóis, foi tão fecunda a catequese, que, na época de Nobunaga, trinta anos depois do início dela, havia no Império duzentas igrejas católicas e meio milhão de convertidos²⁵, entre os quais principescas famílias de Kiuciu e muita gente da melhor nobreza que chegou

24. Segundo Dantas, as ordens mencionadas chegaram bem depois de Francisco Xavier, então núncio apostólico nomeado pelo papa.

25. O número mais preciso é 150 mil cristãos, como ressalta Luiz Dantas.

a chamar por sua conta novos missionários europeus; tanto assim que em 1581 o príncipe Sendai enviava ostensivamente uma embaixada a Felipe II de Espanha, e aos papas Gregório XIII e Sixto V, apresentando-lhes os votos dos católicos do Extremo Oriente.

Pois bem, Nobunaga, político hábil e homem cético, achou meios de chamar a si os cristãos novos e com estes conseguiu levantar as forças de Kiuciu contra os budistas, assaltando logo, sem dar tempo aos daimos de acudirem, o monastério de Heijeizen que, depois de formidável resistência, foi tomado e reduzido a cinzas com o despojo dos que o defendiam. Em seguida, antes que lhe esfriassem as armas, volta-se para o de Hang-wanji em Osaka, onde se praticava a seita Chichiu; neste porém volvia-se o feito muito mais duvidoso, o monastério tinha cinco redutos exteriores, guarnecido de fossos e valas; e não perdera a ocasião de engrossar as suas forças enquanto o outro era atacado. A primeira investida foi como se os assaltantes se abismassem num sorvedouro infernal, os sitiadores só tiveram notícia do resultado dela vendo descer as águas mortas do canal um enorme e sinistro junco carregado até as bordas de orelhas e narizes decepados; era tudo que voltava da expedição. Nobunaga insiste; ataca de

novo e de novo é repellido, e afinal, à força de atividade e pertinácia, logra vencer o primeiro reduto, e depois o segundo, o terceiro, todos os outros, e penetrar enfim no coração ardente da alcaçova e escala a formidável cidadela, que arrasou no meio de uma hecatombe de vinte mil associados, bonzos, samurais, roninos, servos e concubinas.

Destruída a resistência budista²⁶ foi fácil ao temeroso general fazer o mesmo com a dos daimos, cujas tentativas de reação conseguiu logo ao nascedouro afogar em sangue, podendo ele depois disso dedicar-se de corpo e alma ao seu grande plano de reorganização feudal para dar ao Império a unidade que lhe faltava e remodelá-lo pelo seu peculiar ponto de vista cesariano, talvez, quem sabe?, na intenção de, arvorando-se ditador, alçar-se com o próprio cetro pelo qual se batia agora; mas, ao lançar em 1582 os primeiros alicerces do vasto edifício, caiu para sempre atravessado no coração por uma flecha que ninguém nunca descobriu donde partira.

Sua obra porém não morreu com ele: Nobunaga contava desaparecer de um momento para outro, e havia preparado para

26. O catolicismo, então, passa a ser visto mais como ameaça. Somando um número aproximado de 150.000 convertidos, em 1587 seu culto é declarado proibido.

secundá-lo um homem cheio de vida e perfeitamente na altura da situação, um herói que ele inventara, um cabo de guerra, sem família e sem títulos, que fora seu palafrenero, seu “betto”, e de quem o general nos últimos combates tinha feito, nem só seu ajudante de campo e confidente nos segredos do Estado, mas depositário dos seus futuros planos políticos e por eles responsável.

Entra pois em cena o extraordinário Hideyochi, conhecido na história pelo original cognome de Taiko-Sama²⁷.

Nada tendo por si que justificasse a ambição, além do prestígio pessoal, começa por voltar-se contra os descendentes do seu próprio benfeitor, usurpando-lhes pelas armas o direito de sucessão no governo e obrigando-os ao extremo de rasgar o ventre para esconderem na morte voluntária e nobre a infâmia da derrota. Ato contínuo, lança-se como um raio para as províncias de Nagato, cujos príncipes e daimos se haviam levantado a contestar-lhe o poder, e sobre eles investe com tal fúria que é de um assalto que os leva de vencida, mandando logo incendiar estâncias e castelos, e varrer a ferro e fogo os campos arrasados.

27. Toyotomi Hideyoshi (1536-1598).

Ninguém pode imaginar a que ponto de vertigem heroica chegou nessa época entre os japoneses o desprezo pela vida. Enquanto Taiko-Sama é ruidosamente aclamado em triunfo na frente das legiões vencedoras, que arrastam os prisioneiros escravizados e expõem na ponta dos chuços 40 mil cabeças de vencidos, Chibatá, um dos melhores e mais altos samurais de Nobunaga e que, fiel à descendência do extinto chefe, se recusara reconhecer a autoridade do usurpador, vê-se encurralado com a mulher e alguns últimos companheiros de desgraça no seu castelo de Fukui no principado de Hechisen, sem outra expectativa além da rendição do inimigo que o não poupará de certo. Não se aflige entretanto; ao contrário, arma um festim e durante toda essa sua última noite, ordena que em volta dele fervam as danças e as cantigas sensuais das “gueixas”. Ao raiar da aurora, em meio do prazer, Chibatá enche pela vez extrema a taça com que vai celebrar o brinde fatal, o adeus para sempre; antes porém de levá-la aos lábios e de entoar o cântico da morte, chama junto a si a esposa e diz-lhe, pousando-lhe uma das mãos na cabeça enquanto com a outra empunha o copo fatídico:

— Tu, minha flor, como mulher, podes sair do castelo; entre as gueixas e bailadeiras

ninguém te reconhecerá... Não tens, como eu e os meus companheiros d'armas, o dever de morrer cá dentro... Vai! Dou-te com gosto a liberdade, e desejo que no domínio de outro homem possas encontrar melhor sorte e prosseguir na virtude de que me deste todas as boas mostras. Vai! Podes sair, adeus!

Ela, por única resposta, toma-lhe das mãos o copo que ele havia enchido e é a primeira a romper o cântico funerário, o hino dos vencidos com honra.

O coro responde e todos se prosternam para morrer. Calam-se de novo e, no meio do lúgubre silêncio, acrescenta a esposa ajoelhando-se aos pés do marido:

— Meu senhor, não me tires o direito de findar com orgulho ao teu lado; morta pelas únicas mãos a quem me devo...

Abriu o quimono e apresentou o colo nu: ele, desviando os olhos, arranca da espada e fere-a no coração. Depois, voltando-se para os mais, gritou:

— Yake-haraii!

Era a voz para o incêndio e para o suicídio geral, de modo a que não encontrasse o inimigo, no meio das cinzas ensanguentadas, nenhum troféu nem despojo com que pudesse ornar a vitória.

Taiko-Sama, que em virtude da sua baixa procedência não podia ser eleito xogum, nem mesmo grande ministro ou chefe de conselho, faz-se administrador-geral, título que é precisamente a tradução daquele cognome com que ele passou à história; mas depois, submetendo à mão armada os príncipes feudais e jungindo ao Estado a função das diversas seitas monásticas, dilatou por tal modo o seu predomínio político, e por tal modo se fez senhor do país inteiro, que, em 1586, impôs à corte imperial que o elegeisse Kuambaku, isto é, nada menos que — vice-imperador.

Esse cargo, até aí honorário e só preenchido pelos membros superiores da família micadoal dos Fujiwara com direito simultâneo à presidência do conselho privativo da Coroa, tornou-se então efetivo e de poderes amplos, pois de um lado, aos olhos dos senhores feudais, representava a soberania aristocrática do trono como intermediário entre este e a nação, e do outro, perante o monarca, representava a nobreza armada e autoritária dos daimos que em Taiko-Sama reconheciam o seu chefe militar.

A golpes de energia, cada vez mais pronta, o vice-imperador estabelece a paz em todo o território nacional e, a poder de boa administração, consegue reorganizar a agricultura,

desenvolver a indústria e lançar as primeiras bases do comércio exterior, que ainda não existia; mas, precisando por cálculo dar expansão ao elemento militar, sobre-excitado e aguerrido durante tantos séculos de luta civil, concebe o gigantesco plano de conquistar para o Japão a China e a Coreia, a pretexto de que já não pagavam impostos pela imperatriz Jingô Kogô; e, durante cinco anos, prepara-se para a formidável empresa, com grande contentamento dos daimos e dos samurais. Levanta fortificações; organiza esquadra; disciplina admiravelmente as forças de terra, e afinal, em 1592, comandando ele em pessoa, atira-se com 80 mil homens²⁸ sobre o continente asiático, atacando a Coreia pelas ilhas Iki e Tsusima.

Feliz em todas as batalhas, tendo já subjugado três partes da península coreana, cujo rei fugiu diante dele, invade a China e logo vê, pelo bom êxito da primeira investida, sorrir-lhe no horizonte da guerra a vitória completa. Senhor e cômico da sua fortuna que nunca desmaiara, dispõe-se, num alegre frenesi de ambição e glória, a ir, com as suas próprias

28. Luiz Dantas aumenta esse número para 150 mil homens e destaca o fato de terem sido duas as campanhas engendradas por Hideyoshi – conhecidas como “Bunroku-Keichô no eki” –, a primeira de 1592 a 1595 e a segunda, de 1596 a 1598.

mãos, fincar nas venerandas muralhas de Pequim o triunfante guião do Sol Nascente. Condu-lo a sua estrela — não recuará! O colosso asiático retrai, treme, dominado pela vontade irresistível desse homem que nasceu das próprias armas e como as armas se arroja. O grande Celeste Império vai, para sempre talvez, cair em poder da menor e mais atrevida nação do Oriente! Taiko-Sama concentra as suas forças já multiplicadas, reúne em volta de si os seus primeiros generais; nesse momento cíclico porém, 15 de setembro de 1598, uma febre cerebral o acomete em pleno conselho deliberativo, prega com ele em delírio ao fundo da sua tenda de campanha e dentro de uma hora o mata.

A junta regencial que ele havia deixado a governar o Império, ao saber do ocorrido, dá ordem às forças japonesas de recolherem incontinenti, sem mesmo negociar pazes com a China, abandonando desse modo uma campanha começada sob os melhores auspícios e abrindo mão do que já estava conquistado sobre a Coreia. Dizem uns que houve, nessa estranha medida da Regência, perversa intenção de quebrar a fama póstuma do feliz dominador, alvo de muita inveja e ódio entre os seus próprios ministros; outros afirmam até que estes contavam já com o fato, pois em

segredo estava de longa data resolvido o envenenamento do chefe.

Taiko-Sama, entretanto, além do grande nome que deixou como general estratégico e valente, goza na história do seu país da reputação de exímio administrador; alguns comentadores estrangeiros o compararam a Henrique IV, que nessa mesma época sufocava em França as revoluções da Liga. Entre muitas outras coisas, a pátria deve-lhe os trabalhos de fortificações em Quioto e Osaka, o aperfeiçoamento da indústria da porcelana e o desenvolvimento do comércio holandês, único que logrou fixar-se no país apesar dos vexames que em seguida sobrevieram. Se Taiko-Sama conseguisse viver mais alguns anos, é natural que o Japão desde esse tempo entrasse em relações com o resto da Europa, pois isso fazia parte dos seus planos políticos herdados de Nobunaga, planos totalmente destruídos pelo homem fenomenal que os sucedeu.

Sim, o maior vulto, maior e derradeiro, dessa limitada galeria de homens típicos do Japão antigo, vai surgir agora em Ieiás²⁹, levantando um novo marco na vida histórica da pátria e separando a sua época das épocas

29. Tokugawa Ieyasu (1542-1616), fundador da última dinastia de xoguns da história japonesa. Com Ieiás, é aberto o período conhecido como Era de Edo (1603-1868).

anteriores. A esse guerreiro, estadista e legislador a um tempo, caberá a glória de levar a efeito com um golpe decisivo o vasto plano de unificação feudal, concebido pelos seus dois grandes antecessores, e transubstanciar definitivamente a alma da nação inteira, moldando-a pela harmoniosa complexidade do seu próprio talento original e criador.

Espírito sutil e forte, pela face contemplativa do gênio que o animava, mas sem o menor escrúpulo sentimental como todo homem de ação. Ieiás apresenta o arquétipo da ambição inflexível e regrada e do egoísmo político levado à transcendência de ideal filosófico. E de alta linhagem, vem da família Tokugawa, colateral dos Minomotos donde procedeu Yoritomo, pertence por conseguinte à divina raça dos micados. E pouco antes se havia unido a uma irmã de Taiko-Sama, a qual desdenhou depois por infecunda.

Esse homem sem entranhas, mas que conhecia profundamente o coração humano, pode ser chamado, a justo título, o Confúcio do Japão, pois dele, e só dele, saiu o célebre estatuto constitucional das “Cem Leis”, sucinto e sábio código que dirigiu o espírito público de sua pátria, desde esse rente começo do século XVII até a contemporânea restauração micadoal de 1868, e com cujo vibrante

feixe de sentenças mosaicas conseguiram seus descendentes, em quem aliás, à exceção do primeiro filho, não houve um só capaz de secundá-lo, governar a nação durante dois séculos e meio de paz fecunda e esplêndida prosperidade transformando-a, do grupo anárquico de sesmarias feudais que era, em um Estado homogêneo, de caráter próprio e distinto, capaz, dessa era em diante, de impor-se ao mundo inteiro pela pureza original da sua arte, pela inexcedível perfeição da sua indústria, pelo requinte da sua afável cortesia e pelo nunca desmentido altruísmo patriótico dos seus heróis.

Para governar teve que bater-se com os príncipes do Sul e do Oeste coligados contra ele, e jamais nenhum outro usurpador japonês, que este também o foi empossando-se do direito hereditário de Hideyori, filho de Taiko-Sama, encontrou para galgar o Poder tão forte oposição pelas armas; mas nessas refregas, em que seus inimigos têm em pé de guerra 128 mil homens e ele apenas 75 mil, Ieiás realizou tais prodígios de valor, que os seus próprios vencidos o aclamaram entusiasmados.

Depois de uma campanha de guerrilhas e escaramuças, fixou-se o combate decisivo para o dia 1º de outubro de 1600. As duas legiões tinham de encontrar-se no extenso

planalto de Sekigahara, na província de Mino. Avistam-se ao raiar daquele dia e avançam de longe uma contra a outra com igual denodo. Os príncipes de Satzuma comandam a direita dos Coligados, Konichi o centro, e Tchidá, um cristão, dirige a esquerda, levando no loudel uma cruz vermelha sobre o peito; Ieiás faz o comando em chefe das suas forças e não tem consigo outro general.

Disparam-se os primeiros tiros de bombardarda; começa a fuzilaria de arcabuzes; mas nesse instante cai dos céus um terrível nevoeiro, e estende-se como lúgubre mortalha sobre o campo da peleja, cegando todos os combatentes. Os Coligados param, perturbam-se; Ieiás porém avança firme por entre a espessa bruma, recomendando aos seus de não fazerem alarme, e rojando-se que nem o tigre quando fareja a presa descuidosa.

Rasga-se num relance o nevoeiro de alto a baixo, o sol de novo inunda os arraiais, atroa os ares o alarido bélico, e os Coligados estremunham, dando de surpresa pela frente com o inimigo, que feroz se atira sobre eles. Começa logo então, desordenadamente, a luta corpo a corpo, numa confusão estrepitosa de homens, armaduras, cavalos e carretas, que se arrastam de roldão com um só impulso. Ninguém mais se entende; cruzam-se os

ferros, partem-se azagaias, arrancam-se punhais; é cara a cara, e a pulso a pulso que a luta se incendeia.

Meio-dia. O sol a pino e a vitória indecisa. Um momento mais de resistência dos Coligados e os Tokugawas terão de ceder à desproporção do número. Ieiás presente a derrota; voa num galope à retaguarda, toma a frente das forças de reserva e avança com elas, empunhando o seu branco pendão de rosas malvas. Ruflam metálicos tambores à vista dos brasões do Chefe; tam-tans retinem; os búzios ressoam à laia de trombetas; maior levanta-se o clangor das hostes, e, de um arranco, Ieiás rompe as fileiras dos daimos assombrados. Quem pode resistir a um tal arranco? “Decepar! Decepar!”, grita ele aos seus guerreiros, dardejando a alabarda fumegante de sangue. E os fracos fogem; e os fortes apunhalam-se, para não deixar essa honra aos inimigos.

Ao declinar do sol, Ieiás era senhor do campo, distribuía postos militares e, pela primeira vez no Japão, armava, sob a sua espada, cavaleiros os samurais que se haviam distinguido na batalha. Para essa nova formalidade, semente de uma nobreza submissa com que ele havia de engrandecer-se na paz, pede o seu capacete emplumado, aparelha-o

na cabeça e diz, ao abrochar-lhes os loros de seda escarlata:

— É só depois da vitória que um general deve ornar-se com este festivo toucado de gala!^{30*}

Na manhã seguinte fez a sua entrada triunfal em Hikone e depois em Osaka, no meio da aclamação unânime de vencedores e vencidos. Os príncipes do Sul e do Oeste, de cabeça baixa, humilhados, franquearam-lhe os seus domínios em troca do indulto, que ele, contra a norma até aí estabelecida, cedeu com

30. * Esta frase é célebre no Japão, e o capacete que serviu a Ieiás na batalha de Sekigahara existe ainda no museu de um dos templos de Nikko, erguidos em honra do grande Legislador, como igualmente existem algumas peças da sua facha d'armas, e mais o seu tinteiro com o competente pincel e outros vários objetos que foram de seu uso, quais tive todos ocasião de ver, perfeitamente conservados, apesar do seu irrefragável aspecto de vetustez. Nenhum desses artefatos do começo do século XVII revelam ainda a elegância de estilo que se observa, a saltar aos olhos, nos congêneres do meado do mesmo século em diante; o que é sem dúvida a melhor demonstração da influência exercida pelos Tokugawas sobre o desenvolvimento da arte japonesa; arte só verdadeiramente perfeita e digna de alta admiração durante o reinado da referida dinastia até a sua decadência. Tinha ele com efeito pelejado todo o dia de cabeça descoberta, apenas resguardado por uma tira de pano a que os japoneses chamam "Atsimaki". (N.A.)

uma demência já de perfeito soberano em que pese a desgraça dos seus súditos.

E a partir desse momento, o herói de Sekigahara ficou sendo, se não logo de direito, mas incontestavelmente de fato, dono e senhor absoluto do Japão. Em 1603 restabelece o xogunato, cujo posto assume, convertendo-o agora em poder hereditário, e criando assim, ao lado da velha dinastia dos micados a nova dinastia dos Tokugawa. A suserania xogunal deixa de ser desde então revogável pela Coroa e dependente da vontade dos daimos, para se arrogar foros de pura autocracia aristocrática, perdendo de todo o primitivo caráter subalterno de intermediário entre a Nobreza militar e o Trono místico. Não podendo Ieiás tomar do micado também o título para si, inventa o de Tai-Kum (Grande, Primeiro ou Maior Senhor), o qual, em boa lógica, não passa de um sinônimo do outro. E assim se consumou essa estranha duarquia que, 250 anos depois, tanto enleio e perplexidade veio a produzir nas relações internacionais do Japão. O Império, sem deixar de ser império, passou a ter duas autoridades paralelamente heráldicas e majestáticas, igualmente supremas e respeitáveis — o micado, a quem a nação inteira venerava como um Deus e o xogum, a quem ela temia como um rei absoluto; as grossas rendas do Estado logo se derivaram para

as mãos deste, não indo para as do outro mais que as sobras, porque ao primeiro cabia, com os seus punhos fortes; prover todas as ineludíveis e ásperas coisas cá da terra, ao passo que o segundo, de palmas finas e defumadas, tinha de haver-se apenas com as boas e complacentes coisas do céu.

Triste nobreza é essa, da consanguinidade requintada e puída pelos séculos, que assim desfibra o organismo de uma geração até reduzi-lo àquele mítico estado de semi-deus, ambígua e desclassificada condição social, inteiramente desaproveitável para o menor dos interesses da vida coletiva. É o que se deu com essa ilustre descendência de Jimmu Tennô, homem tal que tomou a terra dos ainos e fez dela o seu Japão divinizado, haveria, com o correr dos tempos, de acontecer fatalmente à própria sucessão dos Tokugawas, cujo último príncipe hereditário, se não houvera degenerado de todo em contemplativo místico, seria logo em seguida à Revolução, como adiante verificará o leitor, o poderoso rei de um Estado independente e novo, que os seus prosélitos, fiéis ao testamento de Ieiás, lhe tinham preparado na vasta ilha de Yezo, ao verem em 1869 perdido para sempre no resto do Império Japonês a metade do Trono que lhes legara o fundador da dinastia.

O Tai-Kum não quis deixar a geração da sua Casa sem um frisante subtítulo como com aquele não deixou a si próprio, e deu-lhe o de “Seitaishogun” (“Sei-Tai-Shogun”), que é já nada menos do que um programa político desdobrável em questão social. “Sei” era, em longínquas datas o nome do general encarregado especialmente de expulsar do país os bárbaros invasores; “Tai” já o leitor o sabe, quer dizer “grande” e “xogum”, não o ignora tampouco, “comandante-geral das forças militares”; podendo-se pois traduzir aquele sobrenome de uma só palavra por toda essa frase: “generalíssimo destinado a expulsar do Japão os estrangeiros”. E é com efeito desde essa transitiva época que se converte em feição nacional, e se arvora em fórmula do governo, o nativismo japonês, que até aí não passava de um frouxo e curto reflexo produzido pelo da China. O sistema político de Ieiás baseia-se na mais estreita e orgulhosa reclusão; o país deve fechar-se hermeticamente contra o resto do mundo e só contar consigo para viver.

Diz um dos artigos do famoso código:

Quando de todo não for possível evitar a presença de quaisquer bárbaros no Império, convém nesse caso tratá-los com a máxima reserva e fria polidez, cuidando

ao mesmo tempo de intimidá-los logo com a exibição de respeitável aparato bélico, de armas esplêndidas e bem disciplinadas, e de forte e feliz aparência da mais brilhante prosperidade; dar-lhes por favor o que com boas maneiras peçam para as suas urgentes necessidades pessoais, mas deles não aceitar, sob pena de castigo, nada em que transpareça sombra de obséquio ou sinal de gratidão e estima.

E o legislador decreta a pena de morte para o súdito japonês que se afastar das águas territoriais da sua pátria, compreendidas dentro de um tiro de flecha; estabelece a forma que devem ter os barcos mercantes, cortando-lhes a proa em linha reta, de modo a que não possam alongar-se das costas do país; proíbe toda e qualquer navegação que não seja a de cabotagem, e começa a pensar nos meios de pôr barra afora os estrangeiros que se acham estabelecidos no arquipélago; ideal mais tarde realizado, exceto com o holandês, único de quem se não revoltou o brio contra as duras e humilhantes condições impostas pelo governo. Ieiás, ao contrário do que fez Nobunaga, que se ligara aos jesuítas portugueses e espanhóis, vexa-os e persegue-os sistematicamente, obrigando alguns a fugirem para Formosa e para a China, não ainda por motivos religiosos, mas porque tiveram aqueles a leviandade,

neles com efeito imperdoável, de envolver-se na política do país.

Pouco depois estalou a ordem de expulsar para todos os missionários; mas Hideyori, filho de Taiko-Sama, de cujas mãos Ieiás usurpara o poder, abraça a causa dos católicos, com eles engrossa as forças de que dispunha; e faz do seu castelo em Osaka um árduo centro de resistência contra o governo. O Tai-Kum, acompanhado por Hidetada, seu filho mais velho e intransigente secundador, corre ao lugar da sedição e, depois de bloquear e tomar a fortaleza, a reduz a cinzas. Hideyori, ao lado da mãe, desapareceu com esta, devorados ambos pelas chamas, e os que escaparam de morrer na peleja ou no incêndio, caíram no poder do vencedor. E então, como podiam sobrevir novos pretendentes que, à semelhança do filho de Taiko-Sama, se ligassem aos católicos; e, como Ieiás queria opor-se, a todo o custo, a qualquer troca de ideias com os estrangeiros e cortar pela raiz as relações com a Europa, resolveu dirimir esse último estorvo dos seus planos e, depois de fazer passar à espada os prisioneiros, ordenou a matança geral dos cristãos; poupando apenas aqueles que abjurassem e em público tripudiassem sobre um crucifixo, como fizeram os holandeses.

Muitos católicos, porém, preferiram deixar que lhes despedaçassem o corpo a terem de despedaçar a alma pelas próprias mãos e, afrontando o furor do déspota, agruparam-se foragidos, e ganharam, sem esperanças de salvação terrestre, os rasos sertões desse país feito de litorais. O descarroável Tokugawa lançou-se pronto no encalço deles, e os míseros acossados, impelidos pela aflição, concentraram-se nas ruínas do castelo de Chimabara, em Nagasaki, enorme pardieiro ao abandono, perto do golfo. A resistência era impossível, mas a angústia e o desalento viraram-se em força cataléptica, e o Tai-Kurii teve de lançar mão da artilharia e dos seus veteranos de Sekigahara para tomar de assalto aquele pobre baluarte do desespero. Uma onda voraz de lanças acirradas rebenta dentro do arraial em ruínas, e 37 mil cristãos³¹ são trucidados, enquanto outros, fugindo mal feridos às férreas garras do inimigo, arrojam-se das altas fragas do Pappenberg nos abismos do golfo.^{32*}

Foi completa a exterminação dos apadrinhados da Cruz, e com o sangue des-

31. Segundo Luiz Dantas, a maioria dos revoltosos era cristã. Após a revolta, o Japão rompeu relações com Portugal por considerá-lo envolvido nos acontecimentos.

32. * 1638. (N.A.)

ses mártires secou para sempre na terra do Extremo Oriente a árvore do cristianismo, já então frondosa e aromática, e à sombra da qual haveria sem dúvida de germinar; e florescer e frutificar com o tempo o que hoje falta à nação japonesa para ser uma nação perfeita; malogrados bens, cuja semente todavia fora posta naquela mal-aventurada terra pela mão piedosa de São Francisco Xavier, o imortal Apóstolo das Índias.

E Ieiás, uma vez fechado e mais os seus compatriotas dentro do torrão nativo, demarca e traça, com mão segura e taumaturga lucidez de espírito, a linha de conduta para essa nação que já era inteiramente dele, não escapando ao seu encabrestante código das “Cem Leis” nenhuma das classes e subclasses, nem mesmo as excrescências sociais, como por exemplo o enxurro dos roninos que ficaram reduzidos à triste condição de espíões políticos, porque, no entender do Confúcio japonês, o segredo de bem dirigir um Estado consistia principalmente em saber utilizar com vantagem todas as moléculas, boas e más, de que se constitui o complexo organismo de um povo. Eis o que, com o seu pitoresco estilo, diz... [*a página do manuscrito perdeu-se!*]. “(...) Aplique cada qual a si próprio este princípio e só não será feliz

quem não quiser, pois do saber viver nasce o sorriso, e do sorriso nasce a fortuna. A vida é sempre um útil instrumento de felicidade; o caso está em saber servir-se dele.” Depois de disciplinar hierarquicamente a população, fixar em regras os limites dos canteiros sociais, traçando o lugar preciso de cada grupo, de cada família, de cada indivíduo, com a tábua rigorosa dos seus direitos e dos seus deveres, Ieiás penetra com a lei pelo íntimo da vida privada e regula como se deve comer, beber e até sentir. Ao samurai, entre outras muitas coisas, recomenda ele:

– Não consinto que a mulher se envolva no ato mais insignificante da tua vida pública, como por tua parte não intervenhas no seu governo doméstico. Não deve a galinha vir cá fora ao terreiro cantar ao romper d'alva, nem deve o galo meter-se no ninho a chocar os ovos. Esta é a lei.

Firma quais hão de ser daí em diante os recíprocos deveres entre as duas clássicas nobrezas que encontrou estabelecidas, e quais as novas relações que devem existir entre a corte micadoal e o xogunato; conserva as regalias dos daimos e assegura-lhes o senhorio feudal, exigindo porém que venham todos eles periodicamente a Gotten Yama para testemunhar ao xogum a sua fidelidade

política; faz o elogio e multiplica as honras da classe militar, agora regularmente constituída pelos samurais, mas impõe que ela se não arme senão à ordem do xogum e só em caso de guerra por este oficialmente declarada; e finalmente cria uma nobreza à parte, exclusivamente sua, dá-lhe senhorios e direito de levantar castelos; faz enormes concessões de principados territoriais à sua descendência viva e por nascer, e, à semelhança de Yoritomo em Kamakura, estabelece uma nova capital em Yedo, que mais tarde devia chamar-se Tóquio.

Quanto ao imperador, invulnerável símbolo, ligado por mil vínculos morais à própria alma do povo e superior a todas as lutas partidárias, vendo o Tai-Kum que jamais poderá afundá-lo na terra, nem varrê-lo para os lados, toma o expediente de despedi-lo para o céu; quer dizer, enquanto com uma das mãos lhe cerceia até o extremo a autoridade política, chegando a vedar-lhe à corte intervir nos negócios do Estado, com a outra lhe dilata exageradamente o prestígio divino, e faz dele a sumidade metafísica e ultra-espiritual do governo, transformando-lhe o trono em um altar sem Deus, a submissão e a fidelidade dos seus súditos em um culto religioso e vago, balbuciado apenas

por cerimônias convencionalmente piedosas e distraídos votos de fé; transcendentalizando-lhe enfim a supremacia até lhe apagar de todo o último vestígio de realidade e dar com ela em águas de quimera. Nesse trono mágico, já sem vislumbre do cetro nem de coroa, não se assenta um monarca, ergue-se uma sombra divina; desprendida do solo, e cuja fronte se vai perder no infinito por entre nuvens de sonho alucinado; miragem hereditária de um poder supremo que existiu há dois mil anos; símbolo abstrato de uma onipotência que nada pode.

Já nem sequer é o papa privativo do Japão esse pobre imperador n.º 108, é um mito, é uma alegoria eponímica, é um fantasma que veio do céu e voltará para lá, sem haver tocado com as plantas na imundície terrena, atravessando a vida amortalhado na sua alva de gorgorão sem mácula, apenas guarnecida ao meio das amplas mangas com as heráldicas crisântemas imperiais; cativo espectro, cujo mesquinho âmbito de ação, o Tai-Kum foi, com as suas garras implacáveis, cada vez mais apertando até que o restringiu aos degraus do santuário, onde brilha já vinte e dois séculos, inalteravelmente, o espelho de Amateras, mãe formosa da ante-humana dinastia do prisioneiro. E agora, aí, de

rastros, a única missão dessa alma penada, que ainda não habita o céu e nunca viveu na terra, é orar, suplicando noite e dia aos seus antepassados do empíreo a salvação espiritual desse povo simples e querido dos deuses, que, lá fora, nas estradas cheias de sol, correndo atrás do arroz de cada dia, esfervilha feliz e risonho, orgulhoso de se ver isolado do resto bárbaro do mundo pela mão ciosa e férrea de Tokugawa Ieiás, a quem, de resto o então rei da Inglaterra, Jacques I³³, chama no alto da sua respeitosa correspondência desse tempo: “Sua Majestade, o xogum do Japão”

Tendo estabelecido a sua capital em Yedo, o Tai-Kum faz edificar por 300 mil obreiros o famoso “Chiro xogunal”, de abundantes e tortuosos canais, que ainda hoje são a felicidade dos olhos de quem passeia em Tóquio; inexpugnável propugnáculo para aquelas épocas de fôlego largo e tiro curto, e atualmente gracioso parque e *sui generis* palácio imperial de Sua Majestade Mutsu Hito. E aí, pois, há pouco menos de 300 anos, instalava-se Ieiás com a sua esplêndida corte, em que luziam, na vistosa gala de seda e ouro, 55 fidalgos do seu Conselho Privado,

33. James I.

originalmente intitulados “chimaguns”; e os nobiliárquicos “matsudairas”, cortesãos honorários e adventícios que, em caso de necessidade, tomavam parte no conselho; e os “hattamotos”, em número de 80 mil, que eram os vassallos diretos dos Tokugawas e gozavam da subida honra de poder assistir às cerimônias xogunais; e os “cobemins”, nobreza puramente militar, ganha na guerra, formando a Ordem de Cavalaria japonesa instituída no campo de vitória de Sekigahara, aos quais não era dado penetrar nos recintos majestáticos do xogum, mas que podiam dirigir-lhe a palavra em acampamento ou nas praças fortificadas; e enfim os infinitos samurais, menos que cavaleiros, um pouco mais que simples soldados, a quem cabiam os postos subalternos de comando no efetivo das forças, com direito a ganhar título de nobreza e de transmitirem aos filhos as suas vantagens militares, e ainda com a prerrogativa, para eles muito estimada, de poderem trazer, em vez de uma, duas espadas à cinta; estes, como os fidalgos de alta linha, não casavam senão dentro da própria classe, tomando porém do povo as concubinas que quisessem.

Ieiás, como para se não servir da religião do imperador, ou talvez cedendo ao seu temperamento ostentativo de homem

de espírito, para o qual o fausto e o brilho estético eram viva necessidade como era o aplauso público, toma sob a sua égide o budismo que ainda se não tinha levantado do abatimento em que o deixara Nobunaga; restaura-lhe suntuosamente os altares e traça com apurado bom gosto o homérico plano dos templos de Nikko na Montanha Sagrada, destinando-os à magnificente necrópole das suas próprias cinzas e das de sua dinastia; templos aonde levarei ainda o leitor e que são indubitavelmente os mais belos, mais artísticos e mais opulentos de todo o Japão antigo e moderno.

Com a direção inteiramente nova que Ieiás deu ao espírito de sua raça, imprimindo-lhe o cunho original do seu próprio espírito, criou-se a renascença japonesa; depois dele as artes e as letras ressurgem em plena eflorescência, atingindo no século seguinte um grau de elevação e pureza a que nunca até aí tinham aspirado sequer. A sua minuciosa e individualíssima lei deu logo ao japonês tal consistência e tal homogeneidade de caráter, que desde então a vida desse povo ressalta harmoniosa, inteiriça e original, como uma bela obra concebida e realizada de um só jato por um autor de gênio. Fechando ele ciosamente a sedutora pátria à

curiosidade importuna e à grosseira cobiça dos ocidentais, foi que conseguiu fazer, nem só a unidade nacional, mas a glória artística do Japão. É a esse largo feriado de reclusão e de paz, durante o governo dos Tokugawas, que o mundo culto deve o século XVIII do Extremo Oriente, o século de Hokusai e Utamaro, para citar apenas dois nomes já vulgarizados por Edmond de Goncourt; século em que o japonês se constituiu em primeiro e mais poderoso artista decorador de todos os tempos.

Ieiás morreu em 1616, ao fim de 13 anos de um verdadeiro reinado, legando aos seus herdeiros, circunscritos na família de três filhos, um poder, por tal modo identificado com a nação que eles o conservaram até nossa época, apesar de lhe não ter concedido a natureza, como já disse, mais de um descendente capaz de secundá-lo. Os xoguns da dinastia Tokugawa foram 18, principiado por Ieiás e acabando em Stotbachi, deposto pela restauração micadoal, que em 1867 extinguiu a instituição do xogunato e restituiu às mãos do imperador o poder supremo que havia delas escapado desde o remoto ano de 1185.

Depois de Nobunaga, Taiko-Sama e Ieiás nenhum grande vulto político apareceu antes da revolução. Essa gloriosa trindade é

um arquipélago isolado na atlântica história da idade média japonesa; e o povo, que jamais deixa escapar sem uma nota satírica os seus verdadeiros heróis, define os três na seguinte velha e anônima canção^{34*}:

Nobunaga

Se o melro não canta,
Mando-o eu matar!

Taiko-Sama

Se não canta o melro,
Fá-lo-ei cantar!

Tokugawa

Se o melro não canta,
Não vai a matar!
Espero que o melro
Se ponha a cantar.

34. * (N.A.). Em japonês:

Nobunaga

Nakazumba Koroshite
Shi mae hototo gisu!

Taiko-Sama

Nakazumba nakasete
Miseyo hototo gisu!

Tokugawa

Nakazumba naku toki
Kiko hototo gisu!

III

O comodoro Perry – Ii Kammon

Foi sem dúvida o insólito advento dos estrangeiros no Japão, de 1853 em diante, o que, provocando a guerra civil em todo país, determinou a queda do xogunato e a sequente restauração do unitarismo imperial. Aqueles porém não conseguiriam penetrar e instalar-se no território, ou pelo menos muito mais caros lhes custaria o feito, se não fora a ardilosa política e traiçoeira audácia de um homem, cuja memória é ainda hoje execrada pelos japoneses da velha têtpera; e o qual de resto pagou com a vida nas mãos dos roninos semelhante ato, nem só contrário à vontade do micado de então, Komei, pai do atual, como inteiramente oposto às aspirações da nação, que era

nessa época profundamente nativista, desde a sua mais alta à mais baixa camada social.

Esse homem fatídico é o daimo de Hikobe, Ii Kammon³⁵ no Kami^{36*}, que durante muito tempo exerceu o cargo de “tairô”, ou primeiro-ministro, do xogum Tokugawa Yeçada, e depois, com a morte deste, passou a ser o poderoso regente do xogunato durante a menoridade do sucessor, Tokugawa Iyemochi, príncipe de Kii, criança de treze anos.

Mas, para bem explicar como se deram os fatos, é preciso voltar atrás. O primeiro ocidental que pôs pé no Japão, assinalando com obras a sua presença, foi um português, Mendes Pinto, em 1542. Antes deste, consta que no século XIII Marco Polo havia já desembarcado no arquipélago, se é, com efeito, o Japão o que ele nas suas famosas memórias chama “Zipangri” ou “Cipango”; tais revelações porém, verdadeiras ou fantasiosas, sem merecerem até hoje inteiro crédito nem dos

35. Título de Ii Naosuke (1815-1860), “tairô” (“o grande ancião”) de 1858 a 1860. Na hierarquia do período Tokugawa, abaixo do xogum ficava o “rôju”, conselho de antigos, que podia ser substituído pelo tairô, delegado direto do xogum que assumia em momentos de crise.

36. * Ii é o seu apelido de família; “Kammon no Kammi”, nome com que o regente passou à história, não é mais que honorário subtítulo do seu posto e quer dizer “Fiscal das Cortes Imperiais”. (N.A.)

próprios compatriotas do autor, não deixaram de si nenhum resultado positivo; podendo-se pois concluir que, a passagem do ilustre navegador veneziano pelo nipônico Império do Sol Nascente, é caso de efeito inteiramente nulo e que ninguém afirma com segurança. Com Mendes Pinto a coisa muda de aspecto, não se contentou o investigador português com descrever as suas aventuras, muito mais desenvolvidas sobre o Japão e em nada menos interessantes que as do outro, foi a Macau e de lá conseguiu trazer para o arquipélago São Francisco Xavier e mais trinta jesuítas que, uma vez instalados em Kiuciu, atraíram novos, até formarem um núcleo forte e próspero de catequistas, ao qual não tardaram de incorporar-se os espanhóis e logo depois os holandeses, arrebatados estes últimos, não pela fé, mas pela cobiça.

Qual veio a ser nos primeiros trinta anos a boa fortuna dessa pacífica expedição já o leitor conhece, mas o que talvez ainda não saiba é que, à vista de tal êxito, os holandeses, a quem tanto faltava espírito evangélico quanto sobrava o de ganância, receando lhes viessem aqueles a fazer mais tarde concorrência comercial, principiaram a guerreá-los com a mais feia e intrigante deslealdade; como eram protestantes, afetaram pertencer

a religião muito diversa da dos portugueses e, calcando aos pés o crucifixo e fazendo toda a sorte de ridículas manifestações anticatólicas, perseguiram os missionários a ponto de fornecerem a Ieiás a artilharia com que este exterminou os cristãos na célebre hecatombe de Chimabara.

Foi com esses e outros lances de igual jaez que os holandeses obtiveram, sob o governo de Tokugawa Iyemitsu, filho e sucessor de Ieiás, o privilégio de ficar no arquipélago, enquanto eram todos os mais estrangeiros enxotados e logo corridos a bala e ponta de azagaia. A despeito porém de tanta baixeza e tanta humilhação, permanecia latente no espírito do xogum o desejo de varrê-los também para fora do país, de sorte que os não deixava respirar com imposições e exigências cada vez mais cruéis. A um tal Francisco Caron, que em 1640 era o chefe da feitoria holandesa em Hirado, intimaram secamente para demolir todas as edificações por ele e seus patrícios construídas, porque, dizia o mandado, se afastavam um pouco da forma arquitetônica nacional imposta pelas “Cem Leis”, e os bons homens dos Países Baixos submeteram-se a isso sem o menor protesto e até com vivo e afetado empenho de bem cumprir as ordens do governo, na esperança, já se vê, de que tais mostras

de sujeição abrandassem os rigores oficiais e lhes facultassem a eles continuar a auferir os belos lucros que proporcionava o seu tráfico sem concorrência. Maximiliano Lemaire, que, com a morte de Caron, o substituiu, obteve afinal do governo, à força de súplicas e juramentos de solidariedade, concessão para construir uma ilha ao pé de Nagasaki, feita com a terra de uma colina próxima, para estabelecer nela a sua feitoria que não tinha onde abrigar-se. Essa ilha artificial, em hemicíclo, forma lisonjeira aos Tokugawa, cujo escudo era um leque de ouro com as rosas malvas do brasão de Ieiás no centro, chamou-se Dechima e foi o escasso recinto em que, durante 32 anos, vegetaram os holandeses no Japão, sem família e sem direitos, privados de licença de arredar pé do presídio, a não ser com mil formalidades e só durante certas horas do dia, enchiqueirados lá dentro debaixo de uma fiscalização draconiana; não podendo receber da pátria por ano mais do que um navio, e sem vênia de entreter relações, fora das comerciais, com os japoneses e, ainda menos, com as japonesas, às quais era rigorosamente vedado o ingresso na ilha, como a toda e qualquer mulher estrangeira, menos a asiática, era defesa, sob pena de morte, a entrada no Império.

Semelhante reclusão teve, como era de prever, consequências ridículas. Nesse tempo não comiam ainda os japoneses outras viandas senão de aves e peixes; o boi era um animal sagrado, o porco desprezível e o carneiro inaclimável no território, apesar das diligências nesse sentido tentadas pelos chineses e coreanos; ora, os holandeses, que não estavam dispostos a amargar, além do que já sofriam do governo, os rigores da cozinha japonesa, faziam vir todos os anos da Europa um bom carregamento de gado ovelhum e caprino; quanto ao bife nem era bom falar nisso – animal consagrado! Assim, quando mais tarde, depois de muita lamúria, permitiu o xogum que as “musmês”³⁷ da mais baixa extração fossem ter à ilha Dechima e isso somente na ausência do sol, o povo começou de alcunhá-las de “ovelhas” e “cabras”, qualificativo com que ainda agora grande parte dele estigmatiza a japonesa que partilha com qualquer ocidental o fruto do paraíso.

Mas o fato é que foram os holandeses os únicos europeus a permanecer no arquipélago desde 1625, época da expulsão definitiva dos estrangeiros, até 1853, quando um grito de alarma e de cólera ecoou por todo o país,

37. Variação de *mussumê*, jovem mulher, moça, em japonês.

arrancado pela arrogância do comodoro norte-americano Perry, que se apresentara nas águas japonesas com uma esquadilha composta de quatro navios de guerra, a reclamar o direito de ancorar, deter-se e traficar nos proibidos portos de Chimoda e Hakodate.

Dai Nipão^{38*} já não era o mesmo quanto ao naturalismo espontâneo dos costumes. Duzentos e cinquenta anos de profunda paz e desenvolvimento artístico, impostos pelos Tokugawas, tinham abafado o ardor bélico e turbulento dessa raça que agora se elevava já mais além de 40 milhões de indivíduos. Os acaroados arneses e as decorativas espadas de Massamore e da família Miotchim, os mais primorosos alfagemes da idade média japonesa, jaziam havia muito dependurados nos altares domésticos, como venerandas relíquias dos tempos heroicos e dos antepassados valentes. Os príncipes e daimos viviam então tranquilos, a gerir as suas terras patriarcais, desistidos das antigas rivalidades de classe e descuidosos das armas; os respectivos samurais, dantes tão árdegos e revessos, eram agora

38. * “Dai-nipão” (Dai-Nippon) quer dizer “Grande Japão”; erram certos europeus, inclusive Larousse no Dicionário, quando chamam “Nippon” a grande ilha central do arquipélago, em vez de “Hondo”, que é o seu único e verdadeiro nome. Nippon é sinónimo de Japão, e assim se escrevem as duas palavras seguindo a ortografia japonesa. (N.A.)

os seus agentes de confiança na administração dos feudos. Mas, se por um lado haviam a preguiça e a voluptuosidade invadido a aristocracia e a nobreza militar, por outro os artistas, os operários e a gente da gleba se tinham apurado pelo esforço inteligente ou pelo trabalho subalterno. Não se contava um só analfabeto no país.

É, com efeito, durante aquela extensão pacífica que atingiram a sua mais linda plenitude as artes e as indústrias japonesas, caindo depois vertiginosamente com a revolução e ameaçando hoje em dia desaparecerem para sempre, estioladas de todo pela macaqueação da arte europeia e do industrialismo cosmopolita e banal. Os artistas japoneses, então diretamente protegidos pelos daimos senhoriais não faziam obra de afogadilho destinada ao comércio, que só em muito pequena escala existia no Japão. Como tinham vida garantida pelo príncipe a que serviam, e absolutamente despreocupada de necessidades materiais ou de ambições burguesas, trabalhavam sem impaciência, sem pressa de acabar, e só cuidadosos da perfeição e requintado esmero. Daí essas inverossímeis maravilhas de laca, de bronze, de esmalte, de mosaico, de porcelana, e todas as outras mil inapreciáveis coisas, das quais

neste sincero livro muito tenho que vos referir; coisas que nunca mais se repetiram depois daquele tempo áureo e que, — infelizes dos olhos futuros! — nunca mais se farão em parte alguma do mundo.

É que o governo feudal dos daimos era, contido pelas sábias e humanas leis de Ieiás, nem só paternal para o povo, mas talhado de molde a favorecer a expansão do talento artístico. Com uma obra de arte perfeita obtinham-se foros de nobreza, tença vitalícia e até hereditária, se acontecia neste caso, como era então muito comum, exercer a família do artista a mesma profissão que o chefe. Uma alçada, de imediata confiança do governo central, composta de cinco membros e dispondo de duzentos agentes de tradicional integridade, tinha a seu cargo a fiscalização da gerência dos principados, e, uma vez por ano, passava em revista todos os 84 distritos do Império, recolhendo, uma por uma, as queixas e reclamações do povo; o protocolo de tudo isso seguia para Yedo a ser estudado e julgado pela corte xogunal, que punha em confronto essas partes populares com as contidas nos relatórios, também anuais, apresentados por cada um dos daimos governadores. Em caso de denúncia de crime grave, o xogum fazia vir à sua presença os interessados, acareava-os

em plena audiência e, se o daimo tinha razão, entregavam-lhe o delinquente para ser punido como de lei; mas, se ficava justificada a razão de queixa contra o príncipe, o xogum anotava o depoimento das testemunhas com o seu parecer, e os autos subiam, pró-forma, às mãos da corte do imperador que, imediatamente, em nome do micado, convidava o daimo criminoso a abrir honradamente o ventre com a sua “katana” de fidalgo. E nunca se dava o caso de semelhante convite deixar de ser atendido com toda a solicitude, nem só porque ele significava áulica deferência prestada a um nobre do Império, como também porque, se o criminoso não se prevalecia do privilégio, passava pelo negro vexame de acabar menosprezadamente decapitado, enforcado ou crucificado, conforme o dia da semana em que caísse a execução.

O produto de cada feudo era consumido pelo próprio feudo, não havia por bem dizer outra permuta fora da produção industrial e da produção agrícola; o mercador intermediário não estava classificado, porque também não existia ainda capital em giro de especulação. O organismo político do Estado, como a própria economia do povo, achavam-se na mais sinérgica integridade de equilíbrio e força; neles se não acusava nenhum dos vírus

que na Europa perturbaram e destruíram o sistema congênere; não havia questão religiosa; não havia rivalidades dinásticas em luta, nem reivindicações filosóficas e populares contra o direito divino do trono ou contra a autonomia civil e militar do xogum; não havia tendências igualitárias, transbordamento industrial dos limites que às competentes classes lhes traçavam as leis ieiasinas; a vida era fácil e simples, o país abundante; o clima em geral benigno, os padrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Ieiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez; a ausência da moda, o enlevo amoroso pela natureza, punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias. Não se acusava no corpo da nação o menor sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte — a febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum país ocidental escapou até hoje; o dinheiro ainda servia só para ser gasto e não para ser multiplicado pela tabuada dos filhos de Israel; o capital ainda não era capital,

era coisa secundária, não se tinha transformado em força viva e roda dentada que engrena, arrasta, mastiga e babuja a moral, o talento, o amor e o caráter da melhor porção do mundo moderno. Ninguém se azafamava correndo atrás dos galopantes cavaleiros de dona Isabel, e não havia por conseguinte encontrões, nem choques, nem trambolhões; suicídios só por amor, por desafronta de honra ou em piedosa homenagem à morte de um amado chefe, militar ou doméstico, a quem por íntimo e espontâneo voto de lealdade se tivesse consagrado a vida. O xogum era olhado pela população como um pai severo e bom, e o micado como um taumaturgo padroeiro, compassivo e brando, em cuja influência divina contavam todos para obter entrada no céu. A nobreza, abençoada e quieta, desfrutava em respeitável paz os prazeres do espírito adubados com as delícias coreográficas que lhe davam entre sorrisos as “maikos” e as gueixas; livre e ainda forte para gozar, já impotente e manietada para levantar desordens. O povo pelo seu lado tinha tudo o que lhe desejava o coração ainda simples: as suas festas civis e religiosas, os seus espetáculos e justas de lutadores, os seus arraiais e os seus fogos de artifício. As relações sociais e as regalias públicas eram, como as relações

e as regalias dos poderes constituídos, metódicamente e pontualmente exercidas e observadas. Enfim — a nação era feliz.

Durante esse largo período de bem-aventurança, as várias tentativas de quebrar o isolamento japonês, empreendidas pelos ingleses, pelos espanhóis e pelos russos, abortaram completamente. A disposição geográfica do terreno e as especiais condições meteorológicas do clima e da latitude eram vigilantes cúmplices do Tokugawa no seu apertado código das “Cem Leis”; eram a melhor garantia da estreita reclusão em que desejavam viver os donos do país, caprichoso arquipélago armado com mais de 3.800 ilhas perigosas, de costas escudadas por tufões e ciclones infernais. Qual seria o louco aventureiro que entestasse contra tais sinistros para ir lá dentro, em terra firme, dar talvez, por entre homens, com ainda mais duros rochedos e mais ferozes tempestades? Assim pois, o decreto de Iyemitsu, fechando positivamente o Japão em 1625 a todo e qualquer ocidental, depois de expelir, à exceção dos ostráceos holandeses, os poucos que lá restavam, não se via uma só vez desacatado até a revoltante chegada dos americanos. E seja dito de passagem que, no modo de fazer respeitar essa lei, o japonês foi sempre, assevera-o Georges

Bousquet, tão lógico e firme quanto cortês e humano. Por ocasião de qualquer daquelas investidas europeias, negou-se ele com boas razões e boas maneiras a franquear a pátria, sem jamais empregar inúteis violências; desde todavia que a pretensão saltava para o terreno da arrogância, como sucedeu com a Rússia, o japonês arrancava da espada e não a recolhia de novo à bainha enquanto o perturbador da paz do seu Estado não desarvorasse das águas territoriais. O Tokugawa porém, dois séculos antes, não contara com a descoberta da aplicação do vapor que, no começo do nosso, veio neutralizar as defesas naturais do seu país, transformando os oceanos, de abismos isoladores que eram, em laços de união entre todos os continentes do velho e do novo mundo. Com o vapor ao serviço da avidez, podiam os modernos fenícios abordar às costas japonesas e, sem risco de avaria, insinuar-se por entre esses sirtes e recifes com que contava Ieiás para guardar a sua frágil e humana obra contra as danosas ambições do resto do mundo cobiçoso, fechando-a naquela natural custódia que lhe parecia invulnerável por ser feitura das mãos de Deus.

Ora, a América do Norte em 1852 sonhava com uma nova e grande linha marítima que unisse pelo Oceano Pacífico a

Califórnia à China, fazendo escala pelo Japão, e por isso queria que lhe franqueasse este, ao norte o porto de Hakodate em Yezo, e a leste o de Chimoda em Izo. Era esta a razão ostensiva e oficialmente declarada, mas a oculta e talvez mais palpitante, não passava da mesma que várias vezes movera as outras nações ocidentais a pôr, não os pés, mas as garras no Extremo Oriente; quer dizer: era, nada mais, nada menos, do que a curiosidade de verificar se no misterioso arquipélago havia de fato muitas riquezas, como constava; e, caso houvesse, fazer de conta que elas não tinham dono.

Bem sei que os europeus e norte-americanos, naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que aqui vou narrando; dizem todos os autores, pelo menos os meus conhecidos, que a revolução existia em estado latente no império japonês e que a chegada do comodoro Perry nada mais fizera do que precipitar-lhe os efeitos.

É preciso muito má fé, ou não, ter sequer cheirado as crônicas japonesas, para sustentar semelhante falsidade histórica! nem sei como não afirmam logo que o pobre Japão se achava em viva guerra de extermínio e que eles, americanos, lá foram,

impelidos pelos próprios sentimentos de humanidade. Seria desse modo a burla mais engenhosa e mais completa.

O país nunca tivera época de tão inteira paz e nunca vivera tão despreocupado de lutas. Esta é que é a verdade! Como se deram os sucessos vou eu dizê-lo francamente, porque entre o assaltante atrevido e a vítima sacrificada, claro está que me coloco ao lado desta.

Eis o caso. Não sendo o comodoro Perry atendido na primeira vez, ameaçou que voltaria para o ano seguinte e que empregaria a força se as suas reclamações fossem de novo rejeitadas.

Pode-se facilmente calcular o efeito produzido por tal audácia no espírito desse povo, que para mais de dois séculos vivia tranquilo e feliz, fechado no seu canto, sem nada pedir a ninguém, nem de ninguém precisar, tão indiferente e alheio ao resto do mundo que ignorava até que se houvesse descoberto do outro lado deste a navegação a vapor. O efeito foi fulminante; uma profunda perturbação logo abalou o país inteiro. A nação dividiu-se em dois partidos; um pequeno e tímido, outro enorme e forte; o dos curiosos, dos comodistas ou medrosos, que eram pela admissão dos estrangeiros; e o dos nativistas radicais, que

clamavam energicamente a favor da repulsão pelas armas. Este último partido compreendia a nação quase inteira.

O xogum hesitava, e compreende-se a sua hesitação, porque é fácil de compreender a responsabilidade; a resistência, sem visos de bom êxito, iria pôr de novo em pé de guerra, e logo de intriga e de ambição política, os daimos que administravam agora tranquilamente os principados, e iria acordar nos samurais o instinto brigalhão e turbulento a tanto custo, e com tanto sacrifício de sangue, reprimido pelo fundador da sua dinastia; mas, por outro lado, se o mensageiro americano fosse admitido e conseguisse do governo japonês tratados de paz, comércio e amizade; com o do seu país, não seria isto igualmente, por modos diversos, a destruição completa da obra de Ieiás, cuja garantia única de estabilidade tinha os seus alicerces no mais completo isolamento? Sem contar que, o fato de se não chamar oficialmente a nação às armas não queria dizer que ela se não levantasse amotinada e a guerra civil não rebentasse do mesmo modo e produzindo as mesmas funestas consequências.

Entretanto, o xogum Yeçada no seu enleio descobria uma tangente para escapar ao dilema, era a temporização, a meia promessa que não dá nada e ganha tempo na

expectativa de uma solução aceitável. Foi a esse farrapo de esperança que se agarrou o desgraçado.

E já sobre a hesitação deste começavam os príncipes do sul a fazer carga política, quando o mais inesperado dos fatos veio decidir tudo e precipitar os acontecimentos: o hipotético imperador, com quem ninguém contava, esqueceu-se de que o seu destino era ser o fantasma n.º 121 e rezar para aí de gatinhas defronte do espelho até que os céus para si de feita o arrebatassem, tira-se dos seus cuidados, interrompe os seus mistérios e intervém diretamente no governo do país, pronunciando-se com firmeza sobre a endiabrada questão³⁹.

Era a primeira vez que tal coisa sucedia desde que os Tokugawas tinham hereditariamente a posse do poder executivo. E o fato, posto que extraordinário, vinha tão a propósito naquele momento, também único e muito angustioso para a vida nacional, que ninguém, a não ser o xogum, pareceu estranhá-lo.

Espalhou-se logo no ambiente um profílató aroma de milagres. Sim! O filho dos altos deuses descia pelo seu pé à terra vil dos homens; a palavra inspirada baixava, como a

39. Parágrafo conforme o original manuscrito.

luz dos astros, lá das místicas alturas, para vir inspirar o povo querido do peito de Amateras; e essa palavra bendita fazia estremecer a multidão como se fosse a voz de uma alma do outro mundo.

A boca do santo falou e disse: “É preciso, quando esses bárbaros tornarem cá, varrê-los para longe, como se varre a poeira com a vassoura. O súdito que proceder de outro modo ofende a vontade do meu coração”.

Esta simples ordem do divino fantasma de Quioto fez vibrar, com um arrepio aceso, a alma de todo aquele bom povo, que nesse tempo era ainda, como o foi até aos últimos instantes da revolução, ingênuo e casto. Àquelas poucas palavras do imperador dissolveu-se logo por encanto a pequena facção política favorável aos estrangeiros. Mas o xogum, em cujo espírito a indecisão cedera afinal abrindo pelo lado da impossibilidade da resistência, expediu imediatamente um poderoso emissário para junto da corte imperial, Hayachi, príncipe de sangue, que aliás não foi sequer atendido pelo imperador; mandou um segundo, na aparência decisivo pelo seu grande prestígio naquela corte, da qual havia sido já o mais belo ornamento, Hotta Bishu, que apesar de tudo porém, não conseguiu melhor resultado; então o xogum correu em pessoa

para lá. Era também a primeira vez que um Tokugawa ia ao lado do Trono curvar o joelho antes de decidir sobre os negócios do Estado. Definitivamente uma das conchas da balança política começava a pesar mais e a descer, procurando equilibrar-se com a outra. A posição do imperador tinha sido até aí a mais alçada justamente por ser a mais leve.

O xogum expôs ao micado a verdadeira situação do país e falou-lhe com franqueza; mostrou-lhe o perigo interno de armar os mais poderosos príncipes e disse-lhe quais eram as probabilidades negativas da resistência. Os americanos viriam fortes, e atrás deles estava a Europa inteira, a espreitar a situação, esperando o resultado da empresa para dela tirar partido!

— É preciso varrê-los!, exclamou sinteticamente o monarca.

— O melhor, insistiu o outro, seria aceitar uma conferência com Perry, fazer cara alegre e, por meios hábeis, com boa diplomacia, tratar de mistificá-lo, prometendo pouco e não dando nada...

— Isso é um paliativo que a ninguém aproveita!

— Mas que ganha tempo, durante o qual nos prepararíamos para a resistência e para a vitória neste momento impossíveis.

— Não engoliriam semelhante isca!

— Os ocidentais não conhecem absolutamente o mecanismo político do Japão... Nem sequer sabem ao certo qual é o verdadeiro chefe do Estado; seria fácil por conseguinte engodá-los durante muito tempo, sem nada lhes ceder de positivo.

— Mas cedendo sempre...

— Cedendo sombras de concessões... Que pode valer um simulacro de tratado, sem a assinatura do imperador, e que...

Yeçada não conseguiu concluir a frase, porque Komei, ouvindo falar em tratado com os estrangeiros, teve um terrível assomo de cólera e bradou, com os lábios trêmulos e os olhos apopléticos:

— Um tratado?! Nunca! É preciso varrê-los! Se o xogum, que é o comandante das forças, desobedecendo as minhas ordens, não der quanto antes providências para repelir os bárbaros, eu próprio chamarei às armas os príncipes japoneses e irei em pessoa comandá-los!

Pobre imperador⁴⁰! Tarde voltava ele à vida. Estremunhava agora como a Bela

40. Segundo o crítico Renato Ortiz, Aluísio dá dimensão desproporcional ao papel efetivo do imperador no jogo de forças. O escritor faria coro a uma ilusão coletiva municiada pela historiografia oficial, incorporando um discurso em que o ícone do imperador agia como instrumento que unificava a nação. Ver: ORTIZ, Renato: "Aluísio Azevedo e o Japão,

Adormecida no bosque, e com a agravante de que não levara apenas um século a dormir. As suas intenções eram as melhores, a sua vontade enérgica e leal, o seu patriotismo legítimo e puro; mas a complicada rede de fórmulas e etiquetas, que em volta do arbítrio lhe teceram durante o sono gerações inteiras de áulicas aranhas manhosas, torcia-lhe o gesto e quebrava-lhe a ação. Nenhuma das suas ordens foi cumprida, posto não deixasse nenhuma de ser acatada com a máxima reverência; as cortes, os ministros, os daimos, ninguém, como o próprio xogum; zombava dele, isso não!, mas delas zombavam todos; ninguém o contradizia, cada qual porém, a dizer que sim, ia fazendo o que melhor lhe convinha, contemporizando, iludindo os decretos, e dando tempo a que a situação por si mesma abrisse brecha para qualquer lance decisivo ou para qualquer escapada.

O xogum ainda hesitou, ainda roeu as unhas durante alguns dias, mas, percebendo que os insofridos príncipes do sul já por conta própria se proviam para a guerra, chamou a nação às armas, dando aos daimos liberdade de levantar exército e construir navios de combate. E o país inteiro, ao grito de

uma apreciação crítica”, in *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 9(2):79-95, outubro de 1997.

“Morram os bárbaros!”⁴¹ ferveu em apercebimentos vertiginosos para defesa do território. Principiaram febrilmente as obras de fortificação; construiu-se dentro de poucos meses o forte de Chinagawa, guarnecido logo com artilharia fabricada em Nagasaki, pelos aprendizes dos fundidores holandeses. Os donativos choviam de todos os lados; o dinheiro desencadeou-se espontaneamente e correu a rodo; o príncipe de Satsuma fez lançar n’água dois grandes navios de forma europeia e ofereceu-os ao Estado; outros daimos o imitaram; o príncipe de Mito, então detido à ordem do governo no seu próprio castelo desde 1841, por se ter, como intransigente nativista, contraposto ao forasteiro budismo, foi absolvido e chamado para tomar o comando em chefe da defesa marítima do país. “Era este príncipe, diz a mais recente das crônicas japonesas, um homem de energia e coragem, com dois sentimentos únicos no coração — cego fanatismo pelo imperador e ódio ainda mais pelos estrangeiros.”

Yeçada, desiludido e sagaz, tinha para si, sem ânimo contudo de dizer palavra, que todo aquele apresto bélico ingenuamente

41. “Jôï”, em japonês. O grito completo era “sonno jôï”, “reverenciemos o imperador, expulsemos os bárbaros!”.

improvisado pelo patriotismo, e todo aquele santo e brioso entusiasmo dos seus compatriotas nada valeriam contra o bombardeio de um só encouraçado moderno, cujas baterias de grande projeção e certeza de mira podiam de longe, fora do alcance de qualquer insulto, fazer à terra o dano que lhe aprouvesse; e em sobrecarga do seu desalento e da sua inconsolável tristeza, notou, sempre de si para si, que o pavilhão arvorado pelas novas milícias já não era o do leque de ouro encentrando as rosas malvas da casa dos Tokugawas, com o qual, depois de Ieiás, pelejaram sempre os japoneses; mas sim a bandeira branca de globo vermelho no centro, representando o sol oriental. Era já o pendão do Império que se levantava em desafronta da pátria comum. E viu nisto Yeçada um mau presságio para a sua dinastia.

Justo um ano depois da primeira investida, o comodoro Perry, pela primavera de 1854, surgiu de novo nas águas japonesas, e agora com uma esquadra de oito vasos de guerra de alto bordo, duzentas bocas de fogo e 4 mil homens de abordagem. Era com estes argumentos diplomáticos que os Estados Unidos da América do Norte contavam entrar em relações de paz e amizade com o xogum, única potência que os ocidentais

conheciam no Japão e à qual davam o título de soberano.

A imponente esquadra bordejou orgulhosa todo o arquipélago, e foi fundear a leste em frente à barra de Yokohama. O povo miúdo, cuja curiosidade era muito maior que o terror, corria às praias a contemplar boquiaberto aqueles estranhos monstros que invadiam as suas águas virgens de vapor, vomitando fumo negro e atroando os ares com ameaçadores berros de fera infernal e faminta; faminta ainda se não sabia de quê. Afinal a cada ronco dos monstros, os indígenas quase nus saltavam a rir e torciam-se em gargalhadas de prazer; alguns, concheando as mãos na boca, respondiam ao mugido feroz com um sibilante e zombeteiro silvo de garoto; e, enquanto o povinho se divertia com o caso, o xogum, sem querer ferir de frente a vontade do micado, que ao apontar da esquadra lhe dera aviso terminante de dispor as forças em ordem de batalha, e sem querer também produzir a irreparável ruína de sua pátria, assanhando os ograes monstros que rondavam para a devorar, reuniu conselho extraordinário e chamou em seu socorro parecer dos príncipes Gosankês e de outros de bom aviso; mas ninguém lhe valeu na aflição; uns, encolhendo os ombros, confessavam não

encontrar saída para semelhante conjuntura; outros entendiam que o melhor seria cumprir à risca a vontade suprema do imperador, desse por onde desse, ainda mesmo com o sacrifício do país inteiro; e nenhum, ou por intransigente convicção ou pelo receio do estigma público, nem por sombras alvitrava a hipótese de travar acordo no que pretendiam os invasores. O xogum, coitado! esse arfava cabisbaixo e túbio, escondendo o rosto entre as duas mãos. Não sei se chorava.

Passam-se dias. Os americanos já não pedem, exigem, sob pena de começar o bombardeio, a resposta do memorando que, em nome do governo da república, enviaram por um oficial de patente superior à “Sua Majestade o Xogum do Japão”. Marcam afinal um prazo de espera e, no dia precisamente em que terminava esse prazo fatal, Yeçada é encontrado morto, estendido de bruços sobre os degraus do seu trono xogunal⁴².

Assassínio? Suicídio? Natural explosão do desespero? Ninguém o explica. Um romance japonês conta o episódio histórico muito dramaticamente e diz que o mísero sucumbiu estrangulado pela perplexidade.

42. Tokugawa Yeçada morre em 1858, quatro anos depois do retorno dos americanos em 1854, Luiz Dantas esclarece.

Com este fato, resolveram os americanos suspender a intimação e esperar, de fogos apagados, que o Estado tivesse novo chefe.

Surge então à ribalta da história contemporânea do Japão a já anunciada figura de Ii Kammon no Kami, príncipe de Hikone, ao qual, na sua qualidade de primeiro ministro ou chefe de gabinete, competia tomar as rédeas do governo até a sagração do novo xogum⁴³. Ora, o sucessor de Yeçada, como já disse, era uma criança de doze anos, e o príncipe de Hikone trata logo de assumir a Regência do xogunato, o que conseguiu, a despeito da forte oposição levantada por Mito e outros intransigentes daimos do sul.

Vai a situação mudar de aspecto. Ii Kammon dispunha de todas as qualidades políticas que faltavam ao seu perplexo antecessor, audácia, energia, resolução, astúcia e sangue frio; talento não sei se o tinha e espírito nativista posso afiançar que não. Inspirado de outro modo, esse homem de valor, havendo por si a nação inteira pronta a reagir com entusiasmo até a morte, pregaria uma boa peça aos americanos, que afinal poderiam sim arrasar o país de um extremo a outro,

43. Como a morte de Yeçada, o surgimento do príncipe de Hikone ocorre em 1858.

esmigalhá-lo, mas não poriam os pés lá dentro, ficando-lhes perante o resto do mundo a odiosa responsabilidade do vandalismo cometido. Era essa a vontade da nação; vontade insustentável decerto para o futuro, mas sem dúvida reveladora do sábio instinto de uma raça que defende a sua hegemonia, a sua originalidade, o seu carácter nacional; como nos mostrarão os fatos posteriores.

O primeiro ato público do regente foi dar balanço às forças deixadas pelo falecido xogum e logo providenciar para completá-las, formando um efetivo superior ao dos primeiros daimos. Ninguém se negou a ajudá-lo nesse empenho, todos convencidos de que Ii Kammon se fortificava para resistir aos estrangeiros, quando em verdade o fazia para impor à nação pelas armas o seu programa político. Depois, sem se preocupar absolutamente com a opinião do micado, nem com a da nobreza e ainda menos com a do povo, recebe em audiência privada o próprio comodoro Perry, que o toma pelo verdadeiro imperador do Japão e firma com ele um tratado, não provisório como queria o outro, mas decisivo, e cedendo mais do que pretendia o americano, pois além de Chimoda em Izo e Hakodate em Yezo, lhe abriu mão também do porto de Nagasaki a oeste de Kiuciu. Como

complemento desta medida, envia, por conta própria, uma embaixada à América do Norte, a qual saiu do Japão sem o público dar por isso⁴⁴; em seguida por decreto concede a todo o súdito japonês o direito de afastar-se das águas territoriais do país o quanto quisesse e pelo tempo que lhe parecesse. Este golpe nas “Cem Leis” foi ostensivo e forte.

O povo, sempre agarrado às praias, vê com alegre surpresa a esquadra americana começar a dispersar-se, a esgalhar por todos os lados do Pacífico e afinal sumir-se no horizonte, sem fazer para a terra sequer um bocejo de fogo; respira, inteiramente estranho ao que vai pelos misteriosos bastidores xogunais, e deveras maravilhado pela habilidade desse regente, cujo governo se abre assim aos olhos aflitos do público por um tão lindo milagre político; mas os verdadeiros nativistas, a quem no seu vigilante amor da pátria

44. Alguns esclarecimentos. Luiz Dantas alerta para a impossibilidade de Ii Kammon ter recebido, como representante do bakufu, o comodoro Perry em audiência privada, uma vez que ele se torna tairô apenas em 1858. Ii Kammon, portanto, não poderia ter assinado o tratado de 1854 com os americanos. Este tratado, conhecido como “de Kanagawa”, não fazia referência a Nagasaki, que só aparece no Tratado das Cinco Nações, este sim assinado por Ii Kammon em 1858. Em 1860, uma embaixada japonesa sai em direção à América do Norte para ratificar o acordo de dois anos antes.

sobressaltavam tristes pressentimentos, esses franzem o sobrolho e não participam da confiança geral.

Outras potências estrangeiras, que espreitavam de perto a solução da cartada americana, mal fariscaram o bom êxito da expedição, acudiram logo nas águas dos Estados Unidos e surgiram por sua vez nas costas do requestado arquipélago. Ii Kammon recebeu-as todas de braços abertos e sucessivamente vai assinando novos tratados com a Inglaterra, com a Rússia, com a Holanda e mais tarde com a França que foi então a última a apresentar-se, concedendo-lhes, além da abertura dos portos já franqueados à América do Norte, a de mais um que valia por dois, o de Kanagawa, a cuja alçada se prendia Yokohama ainda nesse tempo sem maior importância.

Às honras e zumbaías oficiais prestadas ao regente por esses gratos expedicionários da Europa, respondeu como imperador magnânimo, fazendo salvar as fortalezas e hasteando o pavilhão nacional. O povo via tudo isto intrigado, sem nada poder compreender do que se passava. E a bordo dos próprios navios estrangeiros lá seguiam em segredo novos embaixadores japoneses destacados para diversos pontos do Ocidente.

Não tardou a chegar ao Japão Townsend Harris, enviado pela república norte-americana como ministro residente para acompanhar de perto o bom desempenho do tratado concluído entre os dois países. Só então foi que, alcançando os ouvidos do imperador e caindo no domínio público a notícia dos atos arbitrários do regente e até onde subira a sua audácia, rebentou o descontentamento da nação e transformaram-se em desespero febril a desconfiança e a ansiedade que às ocultas ardiam no ânimo dos nativistas.

—Traição! Traição! bradavam de toda parte. E Mito, pondo-se à frente dos revoltados, decidiu tomar contas ao pérfido governante. Ii Kammon, bem provido de forças, recebeu-os à bala e golpes de bacamarte, mandando decapitar no próprio teatro da ação os que pôde apanhar com vida.

Era a guerra civil que recomeçava depois de dois séculos e meio, como previra Yeçada; e ela agora seria inevitável e terrível, porque acabava de abrir-se a divergência entre a corte do imperador e a do xogum. Contra esta se levantavam já, ao exemplo de Mito, todos os príncipes do sul, e a seu favor acudiriam logo os do norte, fiéis à dinastia dos Tokugawas que do norte provinha.

Ii Kammon, homem de ação por excelência e disposto a não partilhar o poder com quem quer que fosse, trata, antes de mais nada, de pôr Mito fora de combate e descobre meios de responsabilizá-lo como conspirador contra o xogunato, cuja soberania devia ser, por princípio fundamental do Império, reconhecida e respeitada pelos daimos sob sua alçada. Para documentar a acusação obtém, com muita astúcia e audácia da entibiada corte do micado, a correspondência secreta dos príncipes do sul, feita ainda em tempo do seu frouxo antecessor; publica-a lardeada de negros comentários e acompanhada das mais injuriosas censuras, e acaba condenando Mito ao exílio perpétuo e os fidalgos de sua casa ao completo afastamento dos negócios públicos.

Depois, receoso de uma provável coligação sulana contra o seu predomínio, arroja-se incontinenti em fúria desabrida sobre os príncipes de Tosa, de Tozamma e de Uwajima e sobre os quatro daimos de Sikok, que eram os mais vivos correligionários de Mito e os mais intransigentes inimigos da expansão internacional; bate-os a todos, consegue fazê-los prisioneiros; manda executar na praça pública o intrépido Tatewahi com a centena de cúmplices do seu heroico nativismo, e passa pelas

armas uma multidão de samurais e homens do povo.

Não se sentindo ainda bem seguro do perigo, ordena, como medida preventiva, a captura, com arresto de armas, dos príncipes de Owari, de Gizen e de Echizen, todos três membros da casa imperial e os quais até aí não se tinham absolutamente pronunciado a respeito dos atos do governo.

Era demais! Um grupo de roninos, 17 apenas, afiam as adagas, cobrem o corpo com um capucho de palha espetadiça à moda dos cules do campo, e atiram-se firmes para Yedo. Escondem-se às portas de Sakurada, aguardando a passagem do déspota, que tem essa manhã de atravessar por aí para chegar ao inexpugnável chiro dos xoguns.

Esperam mais de três horas. Tempo nevado e frio apesar de estarem já a 23 de março desse ano famoso na história do Japão, 1860. Afinal surge o lobo no seu palanquim de charão dourado, ao meio de uma refulgente escolta em que as galas brilham tanto quanto as armas. Saem-lhe os roninos pela frente e, fazendo da capa escudo, às cutiladas se atiram sobre eles. Desfeito o séquito, despedaçam a liteira e arrancam pelas pernas Ii Kammon, a quem cortam a cabeça, para ir no mesmo instante levá-la ao chefe dos nativistas.

O príncipe de Mito, rejubilando com a dádiva sangrenta, manda expô-la na ponte mais concorrida da capital com o seguinte le-treiro, estampado em letras vermelhas sobre uma pele de hiena: “Esta é a cabeça de um traidor, que violou as santas leis do Japão ad-mitindo estrangeiros na pátria.”

Os assassinos, seguindo a usança nobre entre os japoneses do tempo, foram solicitar da justiça a pena capital que lhes cabia, apresen-tando por escrito as razões morais que os leva-ram a cometer o atentado. O memorial, depois de expor todos os atos reprováveis da vida pú-blica do regente, concluía assim: “Esse monstro em suma, por medo ou por espírito de perfídia, e a pretexto de necessidade política, firmou com os bárbaros tratados feitos clandestinamente, contra a vontade do imperador e contra a von-tade do povo japonês; crimes tais que não en-contram perdão nos deuses, nem nos homens. E nós pois, representantes da cólera nacional, deliberamos castigar o grande culpado com a morte, dando a nossa vida em holocausto à feli-cidade da pátria”.

Um grupo de oito samurais de Ii Kammon, fiéis à memória do chefe, juraram sobre o seu cadáver ainda quente que em bre-ve, para vingá-lo, poriam as mãos sobre o príncipe de Mito.

IV⁴⁵

Eliminaram Ii Kammon, mas o grande fato estava consumado, bem ou mal os tratados concluídos, e o Japão aberto aos estrangeiros.

Em breve, à semelhança da América do Norte, os Estados europeus entravam de mandar os seus representantes diplomáticos, e atrás destes surgiam logo, de focinho arregado e palpitante, os primeiros furões comerciais, os farejadores de negócios virgens de exploração, os avançados de Ashaverus que aí já vinha se arrastando azafamado de saco vazio às costas; enquanto do arquipélago muitos indígenas curiosos, estalando por gosto o ocidental fruto até aí proibido pelas “Cem Leis”,

45. No manuscrito de *O Japão*, os capítulos IV e V não estão identificados como os anteriores, mas anotações indicam que esta divisão seria adotada pelo autor.

muniam-se de ouro e tomavam às pressas o primeiro barco a sair para a China, com medo de que, uma vez morto o regente, não fosse de novo trancada a autorização de viajar pelo estrangeiro. Esta leva tão espontânea, quase toda de gente moça e rica, na melhor parte inteligente e ávida de aprender coisas novas; haveria no futuro de influir também nos acontecimentos políticos do país.

Quanto ao que neste ia por dentro, agora a grande questão pública era apurar se valiam ou não valiam os tratados apenas com a assinatura do xogum. O imperador abanava as mãos e sacudia os ombros, declarando a quem lhe ia falar em credenciais e *exequatur* que não lhe constava haver nenhum compromisso formal entre o seu império e qualquer potência estrangeira; e que de sua parte evidenciassem ao novo regente a necessidade de desenganar semelhantes importunos antes de ser preciso lançar mão dos meios extremos. Ao mesmo tempo decreta a retirada de todo o forasteiro que se ache no território sem clara e positiva autorização do micado, e delega a Mito essa incumbência, repetindo-lhe numa carta escrita de seu próprio punho, a frase da vassoura e da poeira com que ele havia resuscitado do outro mundo para acudir ao momento crítico.

Visionário! Agora já não era uma simples esquadra que flutuava nas águas japonesas, era uma formidável armada constituída pelo contingente marítimo das principais potências do mundo. Dir-se-ia um congresso universal nas costas do Japão, porque, além das bandeiras que de tão longe vinham por defender os seus tratados, outras novas iam chegando desejosas de entrar também em fala com a sedutora esfinge do Extremo Oriente.

E os radicais elementos patrióticos do altaneiro sul, coração do Império, sequiosos por descarregar em alguém ou alguma coisa a raiva de cruel despeito em que ardiam, nada podendo fazer contra o verdadeiro objeto do seu impotente desespero, voltaram-se contra a instituição a que pertencera o causador de tão irreparável desastre nacional; tomando porém o xogunato para alvo dos golpes que precisavam descarregar, forçoso era opor-lhe em campo de combate a bandeira de outro poder, pelo qual se batessem e pelo qual, no momento da vitória, substituíssem o do vencido, resolveram então, depois de muito bem discutir o caso, adotar o unitarismo do trono como ideal político. Mito, consultado, aplaudiu-os e deu-lhes de conselho que procurassem pôr à sua frente os príncipes do extremo sul.

Foi desse modo que se formou, para logo se desenvolver maravilhosamente, o partido popular do imperador, coisa que até aí nunca tinha existido no movimento político do país. Ora, como o pobre soberano, no seu empírico patriotismo, punha antes de tudo a preocupação de expulsar os estrangeiros, o novo partido, por cair-lhe em graça, fez o seu lema com o grito de guerra “Honra ao micado! Fora os bárbaros!”, apesar de compreender perfeitamente a impossibilidade de levar a efeito nessa ocasião tão adorado sonho.

Assim pois vinha à luz o partido do imperador já com um plano de mistificação urdido contra o seu próprio chefe, disposto a servir-se da mesma maromba que caíra das mãos fracas de Yeçada e que servira Ii Kammon para equilibrar os seus primeiros passos no governo, pois como esses iria dizendo ao micado que se constituía e fortificava só com o fim de bater os estrangeiros, quando a sua real intenção era, pelo menos antes de cuidar doutra coisa, combater o xogunato.

Os daimos do sul, ligando-se a esse elemento popular, não calculavam o alcance que contra eles próprios poderia ter a campanha empreendida, não previam que a unificação do poder do trono iria absorver também o dos principados; e contavam ingenuamente

que, abolido o xogunato, o Império voltaria sem dúvida ao regime feudal de antes de Yoritomo, quando os príncipes governavam ao lado do imperador e não estavam sujeitos à alçada do xogum. Quanto ao que pensavam a nobreza e povo com respeito aos estrangeiros, era opinião corrente que qualquer ação decisiva seria impossível contra eles enquanto existissem a corte e as forças xogunais para defendê-los dentro do país, desde porém que o imperador concentrasse na mão todo o poder e comandasse diretamente os daimos, claro estava que a questão seria prontamente resolvida.

Eis aqui em que estado se achava o país nas vésperas da sua grande revolução. A terrível guerra civil que se ia abrir, isto é, a luta de parte dos príncipes e parte do povo contra a instituição do xogunato ou contra a dinastia dos Tokugawas, era pois consequência direta dos atos de Ii Kammon e não tinham raízes em nenhum fator político precedente à chegada do comodoro Perry, como pretendem os ocidentais nos seus livros sobre o Japão.

Alçando-se o partido do imperador até a esfera dos príncipes do sul, que eram muito unidos e poderosos, converteu-se em força disciplinada capaz de fazer frente à do xogum, contra a qual ninguém até aí se atreveria a

levantar o braço. Para ter o leitor ideia justa da importância dessa campanha, convém lembrar-lhe quão extensa permanecia então a autoridade xogunal. Além das suas inveteradíssimas tradições, mantidas por enorme família e filtradas durante dois séculos e meio ininterruptamente até os íntimos refolhos da alma da nação, era mais que considerável a força material de que dispunha, graças à maravilhosa posição por Ieiás escolhida para sede do seu poder. O grande homem havia, nem só aproveitado admiravelmente as condições topográficas do Império, como a dos elementos militares que encontrou disseminados por todas as províncias, cujos castelos fortificados se acharam sempre nas mãos de príncipes por muitos laços jungidos à família Tokugawa e à instituição agora ameaçada. A zona Tokugawal propriamente dita era a enorme bacia de Kuantô na parte leste da grande ilha central do Japão, compreendendo oito províncias cercadas de montanhas abruptas que lhes serviam de natural defesa, com os seus despeñadeiros inacessíveis, não deixando ao inimigo outro ponto estratégico mais que a cidade de Hokone na província de Izo, entre as duas bacias de Suruga e de Sagami, lugar este precisamente onde Ieiás estabelecera as barreiras dos seus vastos domínios territoriais e em que

lhe era fácil verificar uma a uma as pessoas que neles penetravam. Nessas oito províncias de Kunto residiam os 80 mil hattamotos, vassallos diretos dos Tokugawas, os quais, por sua vez, como nobres, tinham nos samurais inferiores os seus vassallos próprios. Toda essa gente se levantaria em massa ao primeiro apelo do chefe suserano.

Yedo, capital do xogum e centro das suas operações militares, está no fundo de um golfo, cuja boca estreita era defendida de um dos lados pela fortaleza de Futsu e do outro pela de Kannonzaki, e tinha, como tem, as costas guardadas por uma anfractuosa cordilheira de montanhas que só dão uma garganta praticável, a de Akonê. Em volta, para além das penedias e quebradas, todos os príncipes fortificados, menos o de Mito em Hitachi e Chimoosa, eram simpáticos à causa dos Tokugawas; e para o norte até Hakodate em Yezo, e para o sudoeste, e na ilha de Sikok, até certo ponto da ilha de Kiuciu ao sul, não havia um daimio inimigo dela, podendo por conseguinte as forças do xogum moverem-se por toda a parte, certas de que só poderiam encontrar auxílio e proteção. Os únicos pontos do Império que escaparam à imensa rede estendida por Ieiás eram, além de Hitachi e Chimoosa a noroeste, o extremo sul da ilha de

Kiuciu, onde se acham as províncias de Ocumi e Satzuma, e o extremo oeste de Hondo em que existe a de Nagato. E foi precisamente destes pontos que rebentou a guerra.

Havia assumido a regência do xogunato Ando Tsusima, como ministro sucessivo do príncipe de Hikone⁴⁶. É um comparsa sem feitiço próprio, com quem não vale a pena gastar muitas palavras em descrevê-lo; sumir-se-á daqui a pouco nos bastidores, substituído pelo dono legítimo do papel, Iyemochi, que reclama o seu cargo e entra a exercê-lo antes mesmo da maioria comum, no Japão fixada aos vinte anos; comum, disse eu, porque a dos membros da família imperial é privilegiadamente contada dos dezoito anos em diante, e a dos príncipes Tokugawas era a partir dos quinze.

Como esperavam todos, Ando Tsusima, galgando o poder, declarou logo sustentar os atos e a norma política do seu antecessor, mas ao mesmo tempo, para fazer crer que não persistiam divergências entre o xogunato e o trono micadoal, abriu mão do príncipe de Mito, a quem Ii Kammon havia condenado ao exílio perpétuo e a quem o imperador agora por último delegava a expulsão dos estrangeiros; e faz melhor: consegue a aliança do seu jovem chefe Iyemochi com

46. Ii Naosuke, também conhecido como Ii Kammon.

uma princesa ainda mais jovem, irmã legítima do micado; pomposo casamento que se realizou em 15 de dezembro de 1860.

Nada disto porém impediu que continuasse cavado o abismo entre as duas cortes, como não impediu que se desse, para mais agravá-lo, o seguinte revoltante fato: precisando Mito recompor uma parte desmantelada das trincheiras do seu castelo e estando com toda a gente ocupada, mandou chamar de fora alguns pedreiros; apresentaram-se oito sujeitos com o traje característico daquele ofício e armados de picaretas, martelos e alavancas (no Japão cada artífice trazia sempre o seu uniforme próprio). Confiou-lhes o príncipe o trabalho e foi em pessoa mostrar o que havia de fazer. Os oito operários desceram com ele ao fundo das fortificações e lá, vibrando as ferramentas que levavam, o trucidaram e mais a dois pajens que o acompanhavam. Aos gritos destes últimos, acudiram as sentinelas, mas antes já os assassinos tinham galgado os fossos e mergulhado nas valas sem deixar rastros de si. Eram os oito samurais que, em Yedo, sobre o cadáver de Ii Kammon haviam jurado vingar-lhe a morte⁴⁷.

47. Luiz Dantas alerta para o fato de nenhum historiador respaldar essa versão apresentada por Aluísio Azevedo. Para

Semelhante crime, tão vil e traiçoeiro, tão contrário aos usos cavaleirescos do japonês do tempo, achou enorme repercussão na alma generosa do povo, a quem sem dúvida não desagradava um homem que só tinha coração para amar o seu imperador e odiar os estrangeiros; pelo menos todas as classes armadas, até mesmo as hostes do xogum, viam em Mito a legítima e briosa expressão do velho sentimento nacional. A nódoa daquela covardia chegou para todos os samurais que foram de Ii Kammon; alguns rasgaram o ventre sentindo-se desonrados; e, sabendo-se que Iyemochi ao ouvir falar do monstruoso crime, tivera um mau sorriso e nenhuma providência dera para castigar os criminosos, nobreza e povo começaram a ver nele um Tokugawa degenerado e um dinasta perverso, apesar da sua extrema juventude e natural donaire que o faziam simpático aos olhos da nação. O imperador, desde esse fato, começou a desdenhá-lo.

Com a morte do seu idolatrado chefe, os nativistas de Hitachi e Chimoosa sentem-se desamparados, ali tão cerca de Yedo, valha-coito do estrangeirismo, e tão longe do extremo sul, onde palpitava o coração da pátria. O

os estudiosos, a morte do príncipe de Mito, em 1860, ocorre de maneira natural.

sucessor natural de Mito era uma criança⁴⁸ e no horizonte político da nação não havia ainda então apontado o vulto juvenil e petulante de Mori Daizen, príncipe de Nagato, parente do assassinado, e que foi quem o secundou no ardor da convicção e na audácia franca de sustentá-lo pelas armas.

À falta de sinceridade e firmeza nos chefes nativistas, ganhava terreno a causa dos estrangeiros, fortalecida agora pela veemência do novo xogum; herdeiro de muito ódio e muita sede de vingança contra os inimigos da sua dinastia. Mas, enquanto com mil disfarces, e às pressas se levantavam em Yedo, no Goten Yama, terreno de propriedade particular dos Tokugawas, os edifícios destinados às legações ocidentais, ia minando o país nas mais fundas camadas até aí indiferentes à agitação política, um surdo mal estar, uma angustiosa desesperança no futuro, um desses perigosos descontentamentos do povo, que são já principio de raiva e revolta contra os que governam. Entretanto, nem uma só parcela de tal repugnância pública visava a pessoa do micado, porque o pobre povo, na sua instintiva vidência, compreendia, adivinhava, que contra os

48. Ainda muito jovem era Iyemochi, sucessor legítimo de Yeçada, e não o filho do daimyo de Mito.

invasores da pátria, só havia agora em campo duas vontades sinceras — a dele próprio e a do imperador, dois utopistas, dois ignorantes da vida nova, dois ludibriados pelas ambições dos outros, desses outros que só faziam política de intriga, tratando cada qual do seu particular interesse. O xogum, a corte xogunal, a corte imperial, os príncipes do Sul, os príncipes do Norte, todos disputavam entre si o maior quinhão de domínio público sem cogitar nenhum deles da ferida que fazia gemer a pátria apunhalada.

Mas esse contínuo gemido sem socorro pode transformar-se em uivo de tempestade feroz; aquele surdo e recalcado desespero pode de súbito fazer-se aspiração nacional e rebentar com fúria, devorando todos os poderes constituídos para só deixar firme e de pé as duas expressões sinceras da nação — o micado e o povo. Foi isto o que não souberam ver, o xogum, nem os senhores feudais, nem a corte do imperador, nem o seu próprio partido. É fácil enganar diplomatas estrangeiros, mal conhecedores do verdadeiro mecanismo político do país que os engana; é fácil mistificar um monarca espiritual, sofismar-lhe as ordens e torcer-lhe a vontade ao sabor dos ministros que ele supõe governar; mas iludir um povo ferido no seu patriotismo, isso deixa

de ser difícil para ser impossível e só pode ter consequências desastrosas para o temerário que o surpreender. E foi isso justamente o que aconteceu. Muitos soldados começam logo a abandonar entristecidos os seus nobres chefes, a quem de corpo e alma obedeciam, para se incorporarem à ventura, sem patentes nem garantias, aos grupos sediciosos que se vão formando entre os samurais do sul e os roninos de todo o império. O recente partido do imperador estala em pedaços, e cada cisão é mais uma nuvem sinistra que vai bandear-se com a tempestade iminente. Em breve de Hitachi e Chimoosa, as duas províncias viúvas do único príncipe com que contava o povo, surgem multidões armadas que chegam até as portas da capital do imperador, soltando o mesmo grito de guerra do partido despedaçado, mas agora não como simples embuste para agradar ao chefe e sim fazendo dele o sincero programa do seu ideal político. “Honra ao micado! Fora os bárbaros!” é agora um ardente grito d’alma e há de ecoar por todos os recantos do país até a explosão da mina.

E começam os saques e as pilhagens, porque toda essa gente que grita, de mãos arrancadas para o céu e olhos desvairados pelo ódio, já não trabalha nem ganha com que

comer. O terror invade os campos abundantes e os centros populosos por onde voa essa multidão devastadora, mas ninguém, por medo ou espontânea cumplicidade, não se atreve a denunciar um deles. E das mãos do lavrador e do operário arrancam as ferramentas para as transformar em armas de combate.

Todavia, essa gente, que os alheios historiadores do Japão tratam com tão negro e desabrido rancor; essa gente que exerce a pilhagem para não morrer de fome, nada mais quer do que a deixem morrer gloriosamente defendendo a pátria ferida e sem socorro, a tenda em que vivem honrada e feliz e que agora, tão mesquinha! parece abandonada dos seus divinos príncipes e dos seus humanos deuses. Essa alucinada farândola, que lá vai, legião de espectros! — a correr, uivando através dos campos e das cidades, de província em província, de castelo em castelo, anda doida, como seu imperador, à procura de uma espada que a conduza contra os malditos abutres que lhe invadem o ninho paterno. É morto porém o grande Mito, o homem que partiu o coração em duas conchas, para encher uma de amor nativo e com ela dar de beber à sua raça, e a outra de ódio envenenado reservada às que viessem lá de fora banquetear-se no inviolável e sagrado arquipélago de Amateras; é morto

o grande Mito, e os príncipes que aí restam de pé, nem parecem descenderem dos preclaros daimos dos tempos heroicos — Satzuma negou-se a comandar o bando desamparado; negaram-se outros; negaram-se todos.

Então, como as primeiras bolhas de uma efervescência subterrânea, irrompem por aqui e por ali, em plena rua das duas capitais e das cidades imediatas, represálias cruéis já ensopadas em sangue: no dia 14 de janeiro de 1862 assassinam em Yedo a golpes de machado o secretário da legação norte-americana, Heusken, então interinamente encarregado de negócios, e que acabava de representar papel saliente nas pretensões internacionais do seu país⁴⁹; em 15 de julho do mesmo ano, o templo cedido pelo xogum à Inglaterra, para aí fazer funcionar provisoriamente a sua legação, é atacado durante a noite e são estranguladas as duas sentinelas inglesas que o guardavam e destruídos todos os móveis, escudo d'armas, bandeiras, livros e papéis que havia dentro; em seguida é uma tentativa de morte contra Ando Tsusima, que escapou gravemente ferido e inutilizado para o resto da vida, tendo de abandonar por vez o governo no qual persistia

49. Dantas esclarece: o holandês Heusken era intérprete do cônsul Townsend Harris.

em atividade como ajudante d'ordens de Iyemochi; depois foi uma descarga de arcabuzes contra um grupo de cinco estrangeiros que passeavam no Tokaido⁵⁰ e o assassinio do inglês Richardson; logo adiante o incêndio da nova legação da Inglaterra, cujo edifício se acabava de construir no parque de Goten Yama em Quioto; e outros, e outros desforços se sucederam, e outros e outros terão de vir, e as provocações por parte dos nacionais se irão multiplicando cada vez mais cruas e destemidas. O bando impetuoso avulta e enrobustece de dia para dia; já não é a humilde farândola que suplicava um braço armado, é agora um indômito vulcão que rola de norte a sul, de leste a oeste, deixando atrás de si o arquipélago aceso na cólera por ele desencadeada; é um baluarte ambulante que à nação inteira se impõe pelo desespero da causa que o agita; é uma força tempestuosa, desordenada e cega, que depois de varrer a necrópole dos Tokugawa em Nikko, decepando as centenas de ídolos de granito celebrados dos xoguns passados, vai à corte imperial tomar-lhe contas pela infame lentidão e covarde cautela que

50. Estrada que ligava Tóquio a Quioto. Os senhores feudais tinham de atravessá-la para cumprir o "sankin-kota", sistema instituído por Ieiás, que obrigava os daimos a permanecerem em Edo (atual Tóquio), ano sim, ano não.

estão pondo seus membros em cumprir as ordens do chefe do Estado, e vai depois ao castello do próprio imperador para pedir-lhe que se não deixe ludibriar por mais tempo, que abandone a sua túnica celestial, envergue as armas dos seus antepassados de antes de Yoritomo e venha cá fora à rua, entre o seu povo, repelir à frente dele os bárbaros atrevidos.

O soberano não aceitou o alvitre, mas atendeu comovido aos que reclamavam; chegou a mandar, contra todas as fórmulas da etiqueta micadoal, descer as portas do chiro, abrir as portas do sagrado recinto e mostrar-se à multidão, envolto espectralmente da cabeça aos pés, num enorme véu todo negro, que lhe não deixava transparecer o menor vislumbre das suas formas de homem.

A multidão prosternou-se com um gemido de súplica, emborcando por terra, braços estendidos, rosto colado ao chão. E aquella imóvel sombra divina, daquelle mistério todo negro, uma voz saiu e ressoou, amiga e humana, no meio do religioso silêncio, como um balbuciar de bênçãos enviadas pelo céu. A boca do santo falou pela segunda vez, para dizer:

— O espírito dos meus avós penetrou vossas entranhas e é convosco! A vossa vontade é a vontade do meu coração, e ela se fará

verdade, se os deuses a quem pertenço me não tomarem antes para junto de nossa mãe formosa e cheia de luz. Em nome de Amateras vos digo que tomeis ao vosso lar pelo caminho da satisfação: vou remeter ao xogum ordem terminante para repelir os bárbaros. Ide vós, e que os olhos de Izananmi vos acompanhem pela estrada!

Cerrou-se o reposteiro do santuário e desapareceu o divino espectro. A multidão ergueu-se com um suspiro de consolo, e foi feliz e reconfortada de esperança que retirou do sagrado reduto, bradando o seu grito de guerra contra os estrangeiros e em honra do micado.

Este, cumprindo o que acabava de prometer, expediu logo ao xogum por cinco kugês uma ordem escrita de seu próprio punho, na qual, descobrindo-se de novo, fazia já sentir bem ao vivo a sua ascendência monárquica. Os emissários partiram a galope para Yedo e o bando de nativistas atirou-se a correr na mesma direção.

Eis o que dizia a carta do imperador:

Desde a primeira vinda dos tais americanos, Eu, micado, dei ordem para varrê-los do meu Império. Não fui atendido. Meu coração vive agitado dia e noite, porque até hoje nada se decidiu com

respeito à expulsão dos bárbaros. Entre as forças regulares do Estado e as forças vivas da nação não existe a menor coerência; de sorte que, em vez de guerra com o inimigo exterior por mim determinada, é a guerra civil que ameaça agora devorar o país. Para evitar esta tão grande calamidade e outras que depois ainda sobrevenham, pois a desgraça é má e medrosa e nunca se apresenta desacompanhada, recomendo ao xogum que delibere positivamente sobre a expulsão dos invasores, e leve quanto antes esta minha irrevogável ordem ao conhecimento de todos os príncipes fortes do Império. O xogum, na qualidade de comandante em chefe dessas forças, há de achar meios estratégicos de pôr em execução as minhas ordens. Tal é o seu dever e tal é a minha vontade de imperador.

Vigésimo oitavo dia do quinto mês
(25 de junho de 1862).

Os nativistas não tardaram a surgir em Yedo, reclamando a execução da ordem imperial e declarando ao xogum que se achavam prontos a expulsar os bárbaros, se lhes desse ele elementos para a luta. Por única resposta, Iyemochi, que se havia prevenido, mandou destroçá-los pelos seus 80 mil hattamotos.

Seguiu-se uma infernal tragédia, porque os visionários tentaram resistir e assaltar o castelo e foram completamente esmagados, deixando mais de 20 mil mortos no campo da sua heroica temeridade. Os que conseguiram escapar à rápida carnificina despejaram-se como demônios pelas ruas de Yedo, a lançar fogo em quarteirões inteiros da vastíssima capital. Mas naquele mesmo decreto do imperador estava implicitamente imposta a anistia dos implicados nos sucessos contra Ii Kammon, e o xogum, para não desobedecer de frente ao soberano, teve que desencadear por suas próprias mãos os príncipes inimigos do xogunato, Owari, Echizen, Uwajima e os outros, postos em liberdade, vão apresentar-se logo ao micado e passam, por ordem deste, a exercer altos cargos na corte imperial, ou são restabelecidos na posição oficial que dantes ocupavam; por outro lado, o monarca resolve punir com a supressão parcial nas rendas os daimos que se tinham posto ao lado de Ii Kammon.

Como se vê, já em fatos se traduzem os sonhos do divino fantasma e a situação política começa a definir-se. Os príncipes de Satzuma e de Tosa, acompanhados pelo de Nagato, o jovem e ardente Mori que até então não tinha aparecido na cena política, vão

também apresentar-se ao imperador e oferecer-lhe os seus serviços na defesa do trono. Esses três príncipes formavam o mais poderoso núcleo de resistência entre todos os *daimos* do Império. Komei recebeu-os nadando em júbilo e entregou-lhes logo a guarda e segurança da sua capital, agora a regurgitar de população com o enxurro fugitivo dos litorais; gente fraca e desarmada que, no momento do perigo, ia abrigar-se estarrecida de medo à protetora sombra do filho dos deuses. Vivia esse povo, como no principio da sua formação étnica a agremiar-se em torno do centro espiritual da sua raça.

Para a sagrada Quioto voltavam-se todas as vistas, e os fidalgos não ligados diretamente ao xogum por interesses dinásticos de família, cargo público ou solidariedade política, entraram de abandonar Yedo que era nessa época, como ainda é hoje, a maior e mais importante cidade do Japão; nos rastros da nobreza seguem também os artistas e os obreiros, e afinal os mercadores, com a tenda às costas, arribam por sua vez. É o abandono palpável da capital do homem mau. O restante da população levanta-se em massa, e da noite para o dia a incomensurável Yedo despoeva-se de todo, não ficando lá senão os Tokugawas, os hattamotos, e a corte de

Iyemochi com as suas duas câmaras, e os seus samurais e funcionários permanentes

Por essa ocasião, a 15 de abril de 1863, o ministro plenipotenciário da Inglaterra, em termos arrogantes, reclama uma indenização de cem mil libras esterlinas pelo assassinio de Richardson, desculpas formais pedidas pelo governo japonês ao governo daquela potência, e a execução dos criminosos diante de uma força naval da Marinha britânica que iria à terra só para esse fim; e mais 25 mil libras pelos feridos em diversas ocasiões, e mais dez mil pelas duas sentinelas mortas no ataque à legação provisória, limitando em vinte dias o prazo para uma resposta categórica e declarando que, no caso de recusa ou negligência por parte do governo japonês, passaria a questão às mãos do comandante em chefe das forças navais de Sua Majestade britânica nas águas do Extremo Oriente, o almirante Kuper, para que tomasse este as medidas coercivas que lhe parecessem acertadas.

Bárbaros lhe chamavam os filhos do país, e com razão, porque bárbaro não é só o que comete barbarias, é também todo aquele que comete barbaridades.

V

A abertura

O leonino arreganho não produziu porém o efeito que esperava o leão, e as ovelhas acabaram por lhe fazer amargar um bem mau quarto de hora. Contavam sem dúvida os britânicos que as coisas se passariam como pouco antes na sua brutal e desumana expedição de Xangai. — *Quia nominor leo!* —, mas os japoneses não eram chineses, não tremeram de medo com as ameaças da Soberana dos Mares, ao contrário, mal o micado teve notícia da atrevida reclamação, expediu ostensivamente o seguinte manifesto aos 36 mais importantes dos 262 principais daimos do Império, no qual transparece toda a singela fortaleza de sua alma:

Meus príncipes. As gentes desses navios de guerra ingleses; que por teima estão

aí fundeados em Yokohama, pedem-nos contas pela morte de alguns de seus compatriotas assassinados em nosso país, e como satisfação querem não sei quais e quantas coisas, de que nem vale a pena tratar, porque nenhuma delas sem dúvida lhes será concedida. Mas, como a formal e desprezível recusa há de dar em resultado a guerra imediata, preparai-vos para ela com ânimo seguro. De minha própria mão vos envio Eu, micado, este aviso para que estejais prontos no primeiro momento. A campanha será aberta por mim em pessoa.

O que há de mais notável neste ato é o modo pelo qual o imperador já se dirige diretamente aos daimos, a quem chama “meus príncipes”, pondo assim inteiramente de lado a autoridade xogunal. E não para aí a inesperada ação do ex-fantasma de Quioto: calculando este que o astucioso xogum lhe poderia destruir a obra tão bem começada, trata de isolá-lo dos ministros estrangeiros e de evitar que entre eles se tramem novas maquinações contra os seus planos; manda chamá-lo com a máxima urgência, dizendo-lhe que lhe precisa fazer em segredo de Estado importantíssimas revelações. Iyemochi cai no laço e vai a Quioto. Declara-lhe o micado, em confidência

íntima, achar-se o país em crise, e que pois a capital do imperador e os seus arredores devem ser defendidos pelas forças permanentes do Estado confiadas ao xogum; e que decidida como está a expulsão dos estrangeiros, haverá guerra provavelmente e daí negociações e ajustes a fazer pelo competente poder executivo debaixo das vistas do chefe da nação; o que só pode ter lugar no porto de Osaka por ser o mais próximo da corte imperial (trinta e poucas milhas de distância); e mais que, declarada a guerra, competirá ao xogum assumir o comando geral das forças e entrar logo em ação.

E, depois de uma pausa, em que o silêncio foi absoluto, o micado acrescentou, franzindo levemente as sobrancelhas:

— Será essa ocasião, meu jovem xogum, a de melhor patenteardes a lealdade devida ao vosso imperador e de pordes em relevo a vossa dedicação pela causa pública, usando daquela mesma energia e veemência com que repelistes à mão armada o miserável bando de maltrapilhos e famintos que vos foi importunar em Yedo!

Iyemochi fingiu não compreender e disse com um meio sorriso:

— Mas... tenho então de abandonar o governo do país? ... Parece-me que...

— Não vos dê isso cuidado, príncipe, atalhou o imperador, far-vos-ei substituir durante a guerra por pessoa competente. Cumpra cada qual o seu dever observando as minhas ordens e o resto ficará por minha conta, que também saberei cumprir com o meu. Na ocasião solene de assumirdes o comando das armas, confiar-vos-ei, de mão a mão, a mesma sacrossanta espada que o imortal fundador da vossa dinastia recebeu diretamente das divinas mãos do meu antepassado Goyo Zei, quando tiveram que repelir, em condições talvez piores que as de hoje, a primeira invasão ousada pelos bárbaros do Ocidente nesta nossa terra tão bem fechada dentro das “Cem Leis” por Tokugawa Ieiás, e a qual os descendentes deste pretendem agora abrir à cobiça e à sensualidade dos nossos inimigos! (Iyemochi tossiu sem levantar os olhos.) Aprontai-vos para a guerra seguro da vitória, Tokugawa Iyemochi! Hão de chegar-vos à boca o peixe e o saquê do triunfo!⁵¹* Com a espada de Goyo Zei não podereis sair senão vencedor; além de que, é minha intenção ajudar-vos pelo meu

51. * Era clássico e simbólico no Japão mandar o micado ao príncipe que obtivesse qualquer bonita vitória pelas armas um mimo de peixe seco salgado e um barril de saquê. O saquê é uma bebida branca, fermentada e alcoólica, feita de arroz, medeia entre aguardente e cerveja, é mais forte do que esta e muito menos que a outra. (N.A.)

lado, suplicando ao poderoso espírito de meus avós que lá das sublimes alturas vos proteja diretamente na patriótica expedição. Confiai nisso! E ficareis satisfeito comigo, suponho eu, pois creio não ter regateado convosco as minhas graças.

Iyemochi curvou-se até poder olhar pela frente os seus próprios joelhos e respondeu:

— Satisfeitíssimo, imperial senhor! Longe de haverdes regateado as vossas mercês, confundistes o meu cabal imerecimento com tanta prodigalidade. Vou daqui, sem perda de um instante, dar todas as providências para que as vossas sagradas ordens sejam cumpridas à risca... Parto imediatamente para Yedo e...

— Não! — contrapôs o imperador. Convém aos interesses do Estado que vos quedeis em Quioto; dar-vos-ei parte quando for oportuno o tomardes à vossa capital. Por enquanto vos deterei amigavelmente ao meu lado e, para que nada vos falte aqui, vou mandar pôr à vossa disposição os domésticos de que houverdes mister e, além das gueixas e menestréis mais escolhidos do meu kókio (harém), uma guarda de honra na altura da vossa condição.

O xogum baixou a cabeça sem responder palavra. Estava prisioneiro. O coração

naturalmente lhe estalava de cólera, mas na sua fisionomia não transluziu dela o menor vislumbre, porque não era debalde que os chins durante muitos séculos tinham ensinado ao japonês o segredo da inalterável compostura do gesto, a fria ciência búdica de governar com a vontade a expressão do rosto no meio das mais fortes comoções morais, anestesiando os nervos condutores e impedindo-lhes levarem ao semblante nem a menos lúcida centelha do oculto incêndio, tapando a tempestade interior com uma indecifrável máscara de cadáver; triste e amarela ciência que é bem da Ásia, e que só poderia ter sido refinada a tal extremo por uma raça velha, impassível e hipócrita como a raça chinesa.

Foi com o mais fino e perfeito sorriso nos lábios e com a mais airosa reverência que o galante chefe dos Tokugawas se afastou do seu carcereiro, a recolher aos principescos aposentos de papel de seda que lhe haviam destinado no chiro imperial.

E aqui tem o leitor como conseguiu o micado fechar na mão a influência do xogum. Produziu logo o fato grande escândalo nos paços de Sua Majestade; ninguém atinava como poderia funcionar daí em diante a administração pública, pois que o imperador não haveria de ser ao mesmo tempo poder deliberativo e

poder executivo. Qual então seria agora o seu intermediário para com os daimos, se o chefe dos príncipes ficava preso em Quioto? Iria o monarca chamar à alçada do Trono as cortes xogunais de Yedo? Mas isso — que lhes valesse Amateras! — daria uma balbúrdia de todos os diabos!, rosnavam entre si, perplexos e formigantes, os cortesãos imperiais, que nada entendiam de administração e viam periclitár muito a sério o seu doce e defumado ócio.

Entretanto Komei, sem consultar nenhum dos seus conselhos, nomeia o prestigioso Owari para substituir em Yedo o xogum durante a guerra; encarrega Nabeschima, daimo com direito à sua inteira confiança, de defender militarmente a vasta bacia de Kuanto, onde se acha aquela capital, e entrega ao príncipe de Hizen, de quem já conhece a lealdade, a direção das forças marítimas que devem proteger as duas baías de Suruga e Sagami e as costas da península de Izo. E a todos os daimos, cujos principados confinam com o litoral, ordena que se recolham às competentes províncias e que se provenham para a guerra.

Quanto à indenização inglesa, nada, nem a mais ligeira referência nos seus atos oficiais; apenas, entre as instruções secretas dadas a Owari, no momento da partida deste, recomenda-lhe que, a todas as perguntas do ministro

inglês sobre o caso, vá respondendo sempre que o xogum, em razão de interesse público e ordem direta do imperador, se acha, por tempo indeterminado, ausente da sua capital, e que só ele pessoalmente pode dizer qualquer coisa sobre o assunto, pois foi o xogunato quem, lá por conta própria; engendrou essa pantomimice dos tratados, da qual, como contrária que é às leis do país, não cogita o chefe da nação, nem está disposto a cogitar; e mais que, se os ingleses impugnassem tais razões com ofensas graves, então prendesse o ministro e todos os mais que pudesse da mesma nacionalidade, facultando-lhe todavia os meios de comunicarem à sua esquadra que serão irrevogavelmente enforcados na praia à primeira manifestação hostil partida de bordo para a terra.

Nada disso porém chegou a acontecer. Terminado o prazo dos vinte dias, quando a nação, já disposta para a guerra, contava que o almirante Kuper resolvesse lançar mão das tais medidas coercivas com que o ministro a ameaçara, eis que este, à vista da ausência do xogum, oferece um novo prazo de igual tamanho, e depois ainda outro, que naturalmente não seria o último, se um fato decisivo ocorrido em Yokohama, onde havia então o único *settlement* existente no Império, não viesse de modo imprevisto torcer o rumo da questão.

É que, enquanto no litoral se armavam as fortalezas e no interior as eminências das montanhas, e enquanto os Tokugawas, tendo à frente os príncipes Aidzu, Ongasawa e Joren In, recorriam a todos os meios para libertar o seu chefe das mãos do imperador, começava em Yokohama a formar-se o vácuo em volta dos estrangeiros que aí residiam, em número maior do que era de esperar da má vontade dos donos da terra. Sem causa apreciável, sem nenhuma justificativa, nem o menor comentário, organizava-se, pela calada e metodicamente, a emigração do elemento indígena, de uma à outra ponta do *settlement*.

Que significaria isso?... Que novidade haveria?... Ninguém o explicava, e, um atrás do outro, lá se iam esgueirando os empregados do comércio e os serventes domésticos naturais do país, alguns até abandonando o saldo a receber, sem nenhum deles declarar ao patrão porque deixava o serviço, nem para onde se punha. Qual seria o motivo de tão estranha greve? Os operários largavam a obra ao meio, perdendo o que estava feito; desmanchavam-se ajustes vantajosos; retiravam-se compromissos e palavras; fechavam-se casas comerciais e particulares depois de absolutamente esvaziadas; cambistas, negociantes, corretores, bufarinheiros, kurumaias, cules, todos

enfim que constituíam o elemento nacional no *settlement*, desertavam silenciosamente, sem mostras de ressentimento, nem tristeza, carregados de trouxas e com a filharada às costas. Afinal, um ou outro retardatário, preso por interesses de alta monta, liquidava às pressas, sem olhar prejuízo, as últimas transações e, já com as bagagens e a carroça ou o barco à espera, despedia-se para sempre.

E então?

Os europeus, a olharem de boca aberta uns para os outros, sem atinar nenhum com a razão daquele súbito abandono, viram-se reduzidos aos seus recursos pessoais, porque já não havia quem os servisse; muito *gentleman* teve que escovar as próprias botas, e muita *lady* que pôr o avental de cozinheira; e começaram logo a imaginar em iminência toda a sorte de perigos, acabando, como era natural, por apoderar-se deles o pânico, que ao fim de alguns dias tomava já as proporções de intolerável angústia.

E no meio desse sobressalto terrível, dessa expectativa de uma desgraça que ninguém explicava, ou cada qual explicava a seu modo para maior ansiedade e desespero de todos, no meio dessa incógnita calamidade que ia rebentar sem se saber donde, nem quando, começaram a chegar, como um sopro de

morte, as primeiras notícias de que as forças japonesas já se mobilizavam ganhando os litorais; que o imperador havia marcado o dia definitivo para a expulsão dos estrangeiros, e que o “Bando dos Roninos”, como chamavam eles aos agitados nativistas, já em fúria descia a estrada do Tokaido na direção de Yokohama para invadir e saquear.

Os ingleses, que eram os mais de perto ligados ao instante desastre e eram também os mais afligidos pelo terror, foram agarrar-se ao seu ministro pedindo-lhe garantias de vida e de propriedade. Houve reunião de diplomatas, conselhos de autoridades navais, de chefes de corporação e companhias; trocaram-se notas entre as diversas legações presentes; e afinal o ministro inglês comunica oficialmente aos seus compatriotas que “As forças reunidas nas águas japonesas sob o comando em chefe do almirante Kuper não eram suficientes para proteger a colônia, garantir a existência e os bens dos súditos de Sua Majestade britânica, residente no *settlement* de Yokohama, e que por conseguinte convidava os mesmos a tomarem até o dia 26 desse mês (julho de 1863)⁵² as medidas que lhes parecessem necessárias para

52. 25 de junho de 1863, Dantas corrige.

se porem ao abrigo da guerra marcada para aquela data.”

E esta?!

Foi pior que uma bomba explosiva tão inopinado *ultimatum* da chancelaria inglesa, caindo em cheio sobre a ávida e orgulhosa colônia, cujos membros, justamente nesses dois últimos anos, tinham em grande número feito vir da Europa as competentes famílias para junto de si. E semelhante confissão de fraqueza por parte dos enviados oficiais da mais forte potência marítima que ali se achava, punha, nem só os ingleses, mas todos os estrangeiros de Yokohama, em estreitíssimo apuro: se a Grã-Bretanha não podia proteger os seus súditos quanto mais os outros Estados!

E para onde diabo queria o ministro inglês que fugissem os seus compatriotas? Para onde, se de um lado estavam as forças japonesas, aos milhares e assanhadas de ódio; e do outro o oceano, sem um só navio que os abrigasse, pois os existentes eram todos indispensáveis para o combate? E como os ingleses, os mais se encheram de pavor; holandeses, russos, alemães, norte-americanos e franceses viam-se já encurralados no estreito *settlement*, com suas famílias e seus haveres, dentro de um círculo de fogo, exterminados até o último por uma guerra feroz e bárbara, feita a ponta

de azagaia e bombas incendiárias como usavam os japoneses.

A agonia foi terrível. A cada momento contavam com o ataque do bando assolador. Então, nem era de esperar menos de tão superiores raças, acudiu ao alto espírito de todos os representantes estrangeiros as ideias filantrópicas e os deveres morais da civilização. Foram lembradas, na ardente eloquência dos momentos críticos, todas as conquistas humanitárias feitas até esse ponto do nosso século de luz pelo internacionalismo liberal e triunfante! “Para que a guerra? — pergunta oficialmente o coronel Neale, em nome de todos os diplomatas residentes em Yokohama, no seu longo Manifesto de 19 de julho de 1863⁵³ dirigido ao governador de Kanagawa e daquela cidade. — Para que a guerra, se o fim da Europa no formoso Oriente é a confraternização e a paz? Em vez de lutarmos, melhor será que nos entendamos e que nos amemos. O que por si impõe, antes de mais nada, como indeclinável necessidade do progresso humano, é que o nobre, o corajoso povo japonês, a tantos títulos obrigado moralmente a compreender as nossas boas intenções, resolva por uma vez abandonar essa ideia de má vontade

53. 19 de junho de 1863.

e resistência contra os povos amigos, contra os seus irmãos do Ocidente, que o procuram para a consorciação universal, e nos abra os braços e nos receba como nós outros em nossos países fazemos, nem só com os japoneses, mas com todo e qualquer indivíduo proveniente seja de que nação for.”

O manifesto em que vinha este tópico de requentada ternura produziu o seu efeito, graças aos Tokugawas que trabalhavam ativamente contra a guerra. Desceu logo de Yedo uma embaixada presidida pelo transator Sakai Ukio, ministro do xogum e amigo dos estrangeiros, com o qual chegaram os ingleses à fala e logo entraram a negociar as pazes, ficando inteiramente de parte a pendência da indenização.

Entre os nativistas porém o efeito do manifesto foi bem diverso. Um deles chegou a litografar um violento libelo que fez espalhar por Yokohama e no qual, entre muitas coisas, dizia:

Com que então esse colosso europeu, esse roncador atrevido, até aqui tão arrogante nas suas indevidas reclamações, encolhe-se agora diante do perigo, porque, diz ele, receia lhe matem a mulher e os filhos?! Mas não foi o perigo que os foi buscar à casa; foram eles que vieram buscar o perigo à casa

alheia! Que se aguentem! se lhes é duro o transe, mais dura é a pedra em que a sua audácia nos converteu o coração! Tremem pela mulher, os filhos; e nós? nós acaso não teremos também família, que vivia feliz e tranquila ao nosso lado, e agora se vê, talvez para sempre, privada do seu chefe que, em vez de cuidar dela; anda à aventura das armas para defender a outra sua família maior, que é a pátria?! Que é feito das tais medidas coercivas do famoso almirante Kuper? Pois então, apesar de todo esse espetaculoso aparato de força; apesar dessas numerosas máquinas de guerra contra as quais só temos para opor o nosso brio nacional; apesar da tão celebrada ciência e tão decantada coragem desses orgulhosos donos dos mares alheios; apesar dessas dragonas de ouro e desses chapéus de pluma que fizeram rebentar de medo o imperador da China nas profundezas empedradas de Pequim; pois, apesar de tudo isso, nós, os japoneses, esparsos e mal disciplinados, sem outra arte na guerra mais do que a luta corpo a corpo e sem outra força além da própria coragem e da convicção patriótica, por tal modo os aterramos que, à primeira notícia de um ataque eventual, declaram-se impotentes para defender o território cinicamente ocupado contra a vontade do dono, e escondem-se atrás das saias da família, a pedir pazes com fementidas palavras de ternura?! Para que então

gritaram tão alto?! Por que nos ofenderam, se não tinham coração para resistir?! Não! Nós, como o nosso imperador, não queremos a paz, nem queremos amizade com estrangeiros! Guardem eles para si a sua civilização e os seus progressos e com eles se fartem para longe de que lhos não pediu! Resistiremos até o fim! Se os degenerados Tokugawas conseguirem reter os daimos, não conseguirão jamais reter o nosso ódio mortal e a enorme sede de vingança que nos devora; e nós, que já não temos outro chefe, além dos deuses e do micado, haremos de tapar com terra a boca que nos insultou!

Quando subiu ao conhecimento do imperador a proposta de paz, fez ele logo enviar, como resposta, a todos os representantes diplomáticos estrangeiros as seguintes singelíssimas palavras:

— Meu povo não quer relações com estrangeiros. A cada momento a gente do país está matando ou está com vontade de matar ingleses, e a Inglaterra quer que se pague. O meu governo fez já quanto pôde a ver se as coisas se acomodavam, nada porém conseguiu, nem conseguirá, em razão do entranhado ódio do meu povo pelos estrangeiros; ódio que aperta de dia para dia que nem o sol do

mês de agosto. Assim resolvi fechar definitivamente os portos e convidar por bem os estrangeiros a que se retirem do país para evitar novas questões.

Enquanto o micado procedia deste modo, tão franco, tão superior e tão singelo, o ministro inglês, de mãos dadas ao da França, obtinham ambos corresponder-se com o xogum e, aproveitando a falsa posição política em que se achava este perante o imperador e perante o povo, de um prisioneiro e do outro desprezado, propunham-lhe secretamente uma aliança ofensiva e defensiva, comprometendo-se a auxiliá-lo com as forças navais de que dispunham, caso ele quisesse readquirir o alto poder que lhe havia escapado das mãos.

Este fato não precisa comentários; basta dizer que é um caso histórico corrente em todas as crônicas japonesas, mas que nenhum europeu ou norte-americano o narra de modo claro e positivo nos seus livros.

Compreende-se que aos estrangeiros não conviesse de maneira alguma o aniquilamento do xogum, principalmente depois que o imperador declarara não cogitar dos tratados lá entre eles feitos; compreende-se ainda que, conhecendo aqueles um pouco melhor agora o mecanismo da política japonesa e reconhecendo ter pisado

em falso, quisessem a todo custo salvar de modo airoso a própria situação; mas o que se não compreende é que essa gente civilizada não tivesse um pouco de consciência ou de escrúpulo em urdir o mal, que estava a tramar contra a paz e os direitos desse pobre povo, a quem pediam pazes em nome da filantropia e do amor universal. Positivamente tinham os japoneses razão em chamar-lhes bárbaros! E note-se que, se por um lado os diplomatas estrangeiros se mostravam desumanos, por outro se revelavam inábeis, porque pretender destronar o micado era pisar muito mais em falso ainda do que ter tomado o xogum pelo imperador do Japão como fizeram na primeira descaída. Seria mais fácil arrasar o Fuji Yama ou transladar para a Califórnia o Daibutsu, como diligenciaram os *yankees* na sua impertinente megalomania, do que pôr abaixo o divino espectro de Quioto do místico pedestal em que havia dois mil e duzentos anos imperava. Tentando semelhante coisa, o que conseguiriam os estrangeiros havia de ser, e com efeito foi, ensanguentar a presa que acossavam e agravar a desgraça dos Tokugawas, a quem aliás deviam gratidão por serem esses no país a única força ativa que os não desprezava, nem odiava. Verá depois o leitor em que espécie pagou o Inglês aos descendentes de Ieiás essa excepcional proteção, sem a qual todavia não teriam penetrado no

sedutor arquipélago, senão depois de arrasá-lo com a sua civilização de grande alcance forjada na universidade de Krupp.

O xogum, coitado! acolheu com as duas mãos a proposta que sollicitamente lhe levavam os dois civilizadores ministros; mas, ao aconchegá-la reconfortado ao peito, picou-se logo num espinho que ia dentro dissimulado no embrulho, era o *ultimatum* da indenização.

— Ah! isso era sagrado! — explicou o inglês; antes de mais nada, convinha satisfazer Sua Majestade Britânica a respeito daquelas belas cento e tantas mil libritas reclamadas. Sem isso não havia negócio feito!

E o que a isto se seguiu é inacreditável. O xogum, que, apesar de tudo, dispunha ainda do Tesouro público e era por si mesmo e sua família imensamente rico, entrou com o ministro inglês no seguinte acordo. Pagava as 155 mil libras esterlinas, mais que fossem, porque a questão não era de dinheiro; pagava, com uma condição porém — o ministro inglês havia de comprometer-se, sob palavra de honra, a guardar segredo, de modo que o fato não transpirasse dentro do Japão e que jamais, em nenhuma hipótese, fosse sabido pelo micado, nem pelo povo.

O inglês aceitou. Pudera! E a indenização foi efetivamente paga em segredo,

às quatro horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863⁵⁴. O dinheiro foi levado à legação da Inglaterra em carretas de mão e dentro de cunhetas abarrotadas de muito boa moeda de prata e ouro.

Vergonhas de parte a parte. Ah! Mas o Japão heroico e brioso não tinha morrido com a família Tokugawa. Enquanto essas baixezas se mercadejavam no balcão da chancelaria londrina com um indigno descendente de Ieiás, o destemido Mori, o príncipe de Nagato⁵⁵, em cujas veias corria o mesmo sangue de Mito, ao saber do ocorrido⁵⁶, corre às fortalezas do litoral, denuncia o revoltante caso e toca com os seus três frágeis navios para as águas de Chimonoseki na entrada do Mar Interior, onde se ostentavam vasos de guerra de todos os Estados ocidentais com pretensões no Japão, e aí, cercado de seus samurais intransigentes e protegido pelas baterias de terra, lavrou o protesto da honra nacional, cuspidando balas sobre aqueles, do primeiro ao último, ao mesmo tempo, sem medir forças,

54. 24 de junho de 1863, segundo o calendário corrigido de Luiz Dantas.

55. Capital do clã Chôsû, chefiado por Mori.

56. Dantas descarta uma relação direta entre o pagamento da indenização e o bombardeio dos navios ocidentais. A indenização é paga no dia 24, véspera do dia escolhido anteriormente pelo imperador para expulsão dos estrangeiros.

nem escolher bandeiras. Bombardeou o navio inglês *Euryalus*, os franceses *Kien-Chan*, *Tancrède*, os norte-americanos *Pembroke* e *Wyoming*, o alemão *Semiramis*, e o holandês *Medusa*, que ficou incendiado, a arder no meio daquelas águas profanadas, com a triunfante pira do patriotismo, ali acesa por um raio vingador para iluminar a eterna desafiada⁵⁷.

Agora, que vencessem os estrangeiros! só venceriam já esbofeteados!

57. À luz dos esclarecimentos de Dantas, é necessário separar acontecimentos diferentes que Aluísio de Azevedo parece relatar como um só. Em Shimonoseki, dia 25 de junho de 1863, fortalezas lideradas pelo clã Chôsû bombardeiam o *Pembroke*, cargueiro de origem americana. Alguns dias depois, é a vez do aviso francês *Kienchan* e da corveta holandesa *Medusa*. As forças ocidentais reagem e os navios *Wyoming*, americano, *Semiramis* e *Tancrède*, franceses, destroem as fortificações japonesas. Dois meses depois, em agosto, sete navios sob o comando do almirante Leopold Kuper, dirigem-se à cidade de Kagoshima, na província de Satsuma. Kuper era o comandante em chefe das forças britânicas na China e chegara ao Japão encarregado de negociar as exigências inglesas após o assassinato de Richardson, cujo autor pertencia à escolta do *daimyo* de Satsuma. Negociações malsucedidas levam à captura dos três navios a que Aluísio Azevedo se refere, do clã de Satsuma e não de Chôsû., e à batalha entre canhões japoneses e a frota britânica. Morrem mais de 60 ingleses, mas um terço da cidade de Kagoshima é incendiado.

Anexo

Apresentação à primeira edição

Luiz Dantas

A carreira diplomática de Aluísio Azevedo começa dia 30 de dezembro de 1895, quando foi nomeado vice-cônsul do Brasil em Vigo, Espanha. No mesmo ano é publicado *Livro de uma sogra*, seu último romance. A tomada de posse nas novas funções, a partida do Brasil, significa para o escritor Aluísio Azevedo o silêncio, em parte interrompido pela composição de *O Japão*, entre 1897 e 1899, em Yokohama, enquanto obra de proporções mais ambiciosas. Os obstáculos para a sua edição japonesa, a partida do vice-cônsul para a Argentina, tudo isso fez que o livro de impressões sobre o Japão não chegasse a uma forma definitiva, nem fosse editado. Em seguida, os manuscritos da obra acompanharam o diplomata, durante suas

viagens, muitas vezes mencionados na correspondência e pelos amigos que o visitaram. Não foram, todavia, nem inteiramente acabados, nem retomados. Rapidamente, tentemos acompanhar as etapas do destino curioso desse livro.

Para se compreender a reviravolta brusca, que em 1895 transforma o escritor em diplomata, seria preciso mencionar as condições de existência do escritor maranhense. De fato, durante o período da grande produção romanesca de Aluísio Azevedo, que vai da publicação de *Casa de pensão*, em 1883, até *O cortiço* em 1890, o escritor representa o papel solitário e árduo de profissional do romance, num país onde a edição não tinha ainda obtido o estatuto de indústria. Aluísio Azevedo viveu sempre da sua pena, com exceção de um curto intervalo, em que foi funcionário público da administração carioca, seis meses ao todo, em 1891, situação comprometida pela ascensão do marechal Floriano. Entretanto, embora precário, esse período coroava certas tentativas feitas por Aluísio Azevedo junto aos amigos, como demonstra uma carta que escreveu ao deputado Afonso Celso, que resume de modo eloquente as dificuldades do romancista:

Rio, 25 de novembro de 1884.

Meu caro Afonso Celso,

Isto que aqui vai é uma carta antipática e mal conformada. (...) desejo ardentemente descobrir uma coloração qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los *au jour le jour*.

(...) Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que te passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade do que a de um naufrago ao receber uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que for – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar Mistérios da Tijuca e possa escrever *Casa de pensão*.

Talvez te pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas, desnortado como estou, sôfrego por assentar esta maldita existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-te mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade do que estou dizendo (...).

Coelho Neto recolhera, igualmente, declarações muito semelhantes de Aluísio Azevedo:

(...) Escrever para quê? Para quem? Não temos público. Uma edição de dois mil exemplares leva anos a esgotar-se e o nosso pensamento, por mais original e ousado que seja, jamais se livrará no espaço amplo: voeja entre as grades desta gaiola estreita, que é a celebrada língua dos nossos maiores. Camões, se houvesse escrito em francês, o poema típico do Renascimento não seria a *Divina Comédia* e sim os *Lusíadas*. E que é, em verdade, essa obra-prima? O monumento de um povo, quando podia ser o padrão de toda uma era, tão só porque foi fundido no metal pesado e tão arreverso à cinzeladura que só presta, quando muito, à obra de machamartilho. Escrever para quê? Para quem? Semeia-se a mãos fartas, mas o solo quando não é pedregoso, é de mato bravio e a sementeira mirra ao abandono ou parece sufocada: indiferença ou analfabetismo. Dão-me as letras para viver, mas eu é que sei como vivo! Digo-te apenas que no dia que, aliás, não espero — em que conseguisse alguma coisa que me garantisse o teto e a mesa, deixava de mão pena, papel e tinta e todas essas burundangas que só têm servido para incompatibilizar-me com o clero, a nobreza e o povo. De letras estou até aqui!

Os editores enriquecem como fazendeiros: à custa dos escravos. O Garnier, por exemplo: dizem-me que tem milhões e dá-me seiscentos mil-réis chorados pela edição de um romance. O meu ideal é um emprego público, coisa aí como amanuense ou escriptorário, com vencimentos certos.

Para completar o quadro da condição de escritor profissional no Brasil da época, lembremos somente que Aluísio Azevedo recebia do Estado, durante os meses que trabalhou como funcionário público, seis contos de réis anuais, e que no mesmo ano recebeu do editor H. Garnier a soma de um conto de réis pelo contrato de venda de *A mortalha de Alzira*. Considerando-se que Aluísio Azevedo já era tido como escritor de sucesso, e que seu emprego público não era uma situação brilhante, a soma de um conto de réis oferecida pela venda dos direitos de autor toma então sua justa proporção.

Muito brevemente, eis aí algumas das razões que levaram Aluísio Azevedo a aceitar a sugestão de um outro amigo, conterrâneo, Graça Aranha, e apresentar-se ao concurso de cônsul de carreira na secretaria do Exterior, que venceu brilhantemente, em parte graças às lições de direito internacional dadas pelo jovem advogado Graça Aranha.

Em 11 de fevereiro de 1896 Aluísio Azevedo deixa o Brasil. Um jornal da época, *Don Quixote*, noticia a partida:

O ilustre autor da *Casa de pensão*, o ope-
roso romancista que a golpes de trabalho
conquistou um nome respeitado e glorioso,
partiu para Vigo, onde vai exercer as fun-
ções de vice-cônsul, e antes veio trazer-nos
o seu abraço de despedidas. Acompanham
o Aluísio os nossos mais sinceros votos pela
sua prosperidade na formosa e risonha terra
de Espanha, onde ele vai ser vice-cônsul do
Brasil – e o cônsul de primeira classe das
letras brasileiras. Esperamos ansiosos pelo
próximo volume, que, inspirado por aquelas
amenas paragens. Enviará-nos certamente
o incansável e aplaudido romancista.

Depois de uma passagem por Lisboa,
Aluísio Azevedo instalou-se em Vigo em mar-
ço de 1897. Esse período é abundantemente
descrito pelo romancista em suas cartas, reu-
nidas na quase totalidade num volume póstu-
mo, *O touro negro*.

As atividades consulares de Aluísio
Azevedo em Vigo estavam ligadas estreita-
mente à imigração para a Amazônia, onde,
na época, a borracha se encontrava em plena
expansão. Em julho de 1896, o romancista

é, aliás, nomeado pelo governo do Estado do Amazonas como “auxiliar de imigração”, o que lhe valia um suplemento de vencimentos de 6 contos de réis. Mas a experiência de Vigo foi decepcionante para Aluísio Azevedo, sobretudo se a compararmos à estada no Japão, que vai segui-la; até mesmo os sonhos de estabilidade foram desmentidos. Na correspondência voltam invariavelmente os mesmos temas, dificuldades materiais, a distância dos amigos e a impossibilidade de fazer outros, as saudades do Rio, a grosseria dos galegos, a ausência de qualquer fonte de interesse. Entretanto, o período de exílio não será longo, porque em 17 de abril de 1897, e resultado dos esforços dos amigos brasileiros e do irmão Arthur Azevedo, o romancista é transferido como vice-cônsul para Yokohama, no Japão. Época feliz, pois uma outra notícia chega do Brasil: a eleição, em 28 de janeiro desse mesmo 1897, de Aluísio Azevedo à Academia Brasileira de Letras, onde ocupará a cadeira de número quatro.

A estada de Aluísio Azevedo no Japão, por muitos aspectos, será oposta à experiência galega. A começar pelo restabelecimento da atividade literária, pelo fascínio que esse país exercia sobre o escritor (o livro sobre o Japão será a prova eloquente) e enfim – infelizmente

– pela escassez da correspondência, o que torna o período muito mais difícil de ser seguido que o precedente.

As relações oficiais entre o Brasil e o Japão tinham começado somente em 5 de novembro de 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, e quando foram criadas as representações nas duas capitais. A ausência de uma correspondência mais farta impede qualquer conhecimento preciso das atividades do romancista no consulado de Yokohama, assim como as etapas do conhecimento do país (leituras, viagens, encontros). Com exceção do número reduzidíssimo de documentos, que iremos citar, só restam mesmo algumas referências tardias feitas pelo próprio Aluísio Azevedo nas cartas, e alguns depoimentos de amigos, sem falar num certo número de informações, bem magro, no texto de *O Japão*. Dessa forma, é impossível afirmar, por exemplo, se Aluísio Azevedo continuou no Japão suas atividades de agente de imigração, que ocupavam grande parte de seu tempo em Vigo. Lembremos somente, que o primeiro grupo de imigrantes japoneses com destino ao Brasil, deixou Kôbe bem mais tarde, em 28 de abril de 1908. Essa primeira etapa do processo de imigração japonesa em direção ao

Brasil tinha sido, todavia, precedida por um certo número de contatos preliminares entre os grandes fazendeiros paulistas e os representantes das autoridades japonesas, e que isso data precisamente do mesmo ano de 1897.

Aluísio Azevedo chegou a Yokohama em primeiro de outubro de 1897, depois de uma passagem de alguns dias por Paris; ele abandonara suas antigas funções em primeiro de julho do mesmo ano. Da etapa parisiense, existe um vestígio importante na redação de *O Japão*: a utilização de documentos franceses como fonte, e particularmente a obra de Georges Bousquet, que teremos muitas vezes ocasião de mencionar. Quanto ao embarque, ocorreu em Marselha, ponto de partida obrigatório da linha de navios para o Extremo Oriente das “Messageries Maritimes”. Numa carta posterior a Lúcio de Mendonça (de 26 de dezembro de 1900), Aluísio Azevedo resume as dificuldades que encontrou para exercer seu novo cargo.

Nessa longa carta, além da instabilidade da situação de Aluísio Azevedo e da referência à redação do livro, aparece a dupla estada no Japão, interrompida por um falso retorno do cônsul ao Brasil, via Estados Unidos, a bordo do navio inglês Coptic (da Ocidental and Oriental Steamship Co.). Foi durante a

escala americana de São Francisco que Aluísio Azevedo recebeu o telegrama do Ministério das Relações Exteriores pedindo que regressasse ao Japão, o que de fato fez, a bordo do mesmo navio, que, peripécia suplementar, quase naufragou, investido por um tufão, o restante da viagem tendo sido feito à vela.

Um outro acontecimento importante, com repercussões diretas no destino do livro sobre o Japão, e datado dos últimos dias da primeira estada de Aluísio Azevedo em Yokohama, é a assinatura do contrato de venda de toda a sua obra ao editor H. Garnier. O documento é de 11 de setembro de 1897, e o romancista fez-se representar no Rio de Janeiro pelo amigo Graça Aranha. A venda dos direitos autorais era da importância de 10 contos de réis, soma que Aluísio Azevedo pedirá mais tarde a Graça Aranha para enviar, de maneira a financiar uma edição japonesa da obra. Vamos deixar a um outro amigo do escritor, Afrânio Peixoto, o cuidado de contar o que se passou entre Aluísio Azevedo e seu procurador Graça Aranha, e que fez com que o projeto da edição japonesa do livro fracassasse:

Foi assim que se expatriara. Estivera no Japão. Tão diversa e forte sentiu que era a nova civilização desse velho povo, que, mais do que os trabalhos e propósitos, se lhe

impôs a vontade de um livro. (...) O Japão continuava o país fabuloso, dos samurais e das musumês, das primaveras e dos outonos magníficos. Japão de porcelanas e de biombos. Versão apenas mais edulcorada, do Cipango dos quinhentistas e dos leitores céticos de Fernão Mendes Pinto. Loti escrevera um livro, que fez fé, mercê do estilo xaroposo e do esnobismo dos diletantes que aí acharam todas as fantasias estafadas sobre o Japão.

Aluísio não era só um poeta e por isso quase lhe enjoara essa ridícula e insípida *Madame Chrysanthème*. Sentiu ao invés a sugestão profunda e forte da alma japonesa, e quis guardá-la em algumas páginas para virem dizer nos antípodas todo este encanto inesperado de antigas virtudes, desconhecidas ou esquecidas no Ocidente, todos esses propósitos não dissimulados, que elaboravam, assimilando-as, as vantagens técnicas de que é feita a civilização europeia. O Japão, como viemos a vê-lo, já aí se achava numa profecia, fácil pois que era a de um observador que sabe ver e que não colabora com a sua imaginação ou o gosto estragado de seu público para ajeitar e amaneirar a documentação criteriosa. O artista, porém, não seria desatendido, e o livro daria, materialmente mesmo, do papel às gravuras, feito e impresso no Japão, uma demonstração material de gosto e de cultura, comentando

a narração das crenças, tradições, poética, costumes, virtudes públicas e privadas dos japões.

Aluísio contava para isso, pois não queria publicar apenas mais um livro amarelo de três francos e cinquenta, com a restituição legítima dos direitos de autor, um tanto morosamente reconhecidos pelos seus editores, aos quais, certo da pouca diligência em solver compromissos deslembrados, teve de ameaçar com o oficial de justiça. A reparação amigável que lhe ofereceram, pela propriedade de suas obras aí editadas, para de vez regularem os recíprocos direitos, produziu mais de uma dezena de conto.

Aluísio, ausente, esperava o dinheiro para mandar imprimir o livro no Japão, quando recebe carta do seu advogado, um homem de letras (trata-se, é claro, de Graça Aranha) que do próprio juízo decidira transformar o letrado em proprietário. Havia o reclame nos jornais por edificações em Copacabana e um pedaço de terras e areias, uma praia encantadora, se trocaram por aquele dinheiro. Estava Aluísio proprietário, e o livro sobre o Japão, já que não podia mais ser publicado, como o desejara, não o seria mediocrementemente. Tão fundo foi o desapontamento e despeito por essa imprudência do seu procurador que nem os títulos de sua nova propriedade quis o nosso romancista haver e conservar. Eles ficaram por aí, e só

agora na última viagem ao Rio (refere-se à estada de novembro e dezembro de 1910), e ainda por interposto amigo (Florindo de Andrade), isso se liquidou: as terras e os títulos de posse, obtidos, passaram adiante, apenas já valorizados por uma delonga de dez anos (o terreno, comprado por dez contos, foi vendido por cinquenta contos).

Mas o livro sobre o Japão não se publicara. O que ele vira, outros viram também, e, mais felizes o disseram. O que ele prenunciara, sem o divulgar fora publicado pela ação, na história, naquele conflito de uma guerra tremenda (a guerra russo-japonesa, de fevereiro de 1904 a setembro de 1905), na qual se começou a repelir a Europa para o Ocidente. Dia a dia o livro ia sendo conhecido e sabido por todo o mundo sem que fosse impresso e lido. Um livro esgotado e inédito. Agora já pareceria feito de lugares comuns e as deduções e profecias seriam cousas passadas: a novidade e a perspicácia de observação seriam até pela malícia havidas como arranjo e embuste, pela crítica como desinteressantes e ociosas.

Aluísio, desgostoso, não quis mais escrever. Do Japão lhe ficara essa mágoa profunda e uma saudade que talvez fizesse esquecer a outra. Vi muitas vezes no seu gabinete de trabalho, em Nápoles, uma tela de seda com uma imagem encantadora: era Satô, uma criatura formosa, quase ocidental na

sua miúda face morena, mas com a graça tênue e sutil, de recato e de simplicidade, das musumês, já lendárias. Trouxera-lhe a efígie, desenhada por um hábil artista do país, já que o não pudera acompanhar. Os pais velhos, numerosa parentela, impediram a esposa de seguir o seu conquistador branco, para o outro lado da terra. Aluísio era esquivo e discreto nos seus sentimentos: pensei num romance, desses íntimos que os mesmos romances não contam. Quando me falou nela, porque lho perguntei, disse apenas isto, em palavras soltas, olhando-a com os olhos compridos; chamava-se Açúcar, se os nomes se podem traduzir, e deverá ser uma pessoinha doce e amável, porque mais de dez anos, e outro mundo de permeio, não lhe privaram de uma saudade.

Para completar o episódio do uso abusivo dos 10 contos de réis pelo procurador Graça Aranha, acrescentemos (já que Afrânio Peixoto, com um pudor que é compreensível, faz somente alusões) que, por ocasião do retorno ao Brasil, Aluísio Azevedo, proprietário legítimo da soma, constatou que a escritura de compra do terreno tinha sido feita em nome do procurador. O nome de Aluísio Azevedo não aparecia em nenhum dos documentos, o que dá origem ao litígio, que só terminará em 1910, durante a última viagem do escritor ao

Rio, que pôde então se ocupar diretamente da questão, e receber enfim, alguns meses mais tarde, o produto da venda do terreno.

A única carta conhecida e datada da estada de Aluísio Azevedo em Yokohama é a que escreveu ao irmão Artur Azevedo em 14 de agosto de 1898 (o documento é inédito no Brasil, e faz parte das muitas contribuições para o conhecimento da biografia do escritor, contidas na tese do Sr. Jean-Yves Mérian, *Aluísio Azevedo, vie et oeuvre (1857-1913)*, Rennes: Universidade de Rennes, 1980. Ela vem completar o clássico *Aluísio Azevedo — uma vida de romance*, de Raimundo de Menezes, particularmente no que toca à formação do romancista, e o clima intelectual de São Luis do Maranhão, às condições materiais da produção literária no Rio de Janeiro do fim do Império, e aos arquivos conservados pelos herdeiros de Aluísio Azevedo em Buenos Aires):

Querido Artur,

Deixei Mito anteontem e com ele ficou a estrada de ferro; agora viajo em *congo* e cá estou em Oda, província de Mitachi, onde a pobre população me olha como se fosse um bicho raro. Deixei a minha mala em Mito e só trouxe uma maleta de mão; lá se me ficou também o tinteiro e o papel, obrigando-me

a escrever-te a pincel e nanquim. Este papel em que te escrevo é feito em rolo donde vai se gastando à proporção que se precisa (estava bom para Rui Barbosa) e o tinteiro correspondente é muito curioso, é uma caixinha de tinta.

Desta mania de ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa tenho experimentado das boas. Do que eu trazia de provisão da comida europeia, nada mais me resta e começo a familiarizar-me com a pitança japonesa. O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes. Imagina que meu quarto é do tamanho de uma cama e que me não deixam dormir às escuras, para não ser perseguido pelos maus espíritos.

Nunca estou só; tenho sempre ao meu lado duas ou três musumês encarregadas de afastarem o tédio que imaginam que eu tenha; já tomei banho com toda a família e tive a ocasião de rir amarelo na rua; apesar de já não sair senão de quimono, os garotos acompanham-me e alguns me dão surriada. Vim encontrar aqui a única japonesa verdadeiramente bonita de corpo que até agora tenho visto; é escultural apesar de pequena; uma Vênus cor de âmbar, é risonha, com duas covinhas na face. O *congo* de que falei tem este feitio: (*há um desenho como*

descrição, Aluísio Azevedo foi também caricaturista profissional) eis a minha lanterna: (novo desenho). Trouxeram-me almoço (desenho). Pinte de preto (desenho) para fazer saber qual é a parte do corpo que fica nua. Até breve. Não posso continuar senão o papel não cabe no envelope. Teu Aluísio.

Para encerrar a lista de documentos sobre a experiência japonesa de Aluísio Azevedo, falta citar o único texto que o autor publicou efetivamente sobre o assunto. Trata-se de “Japonesas e norte-americanas”, ensaio destinado ao *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1904. Seria inútil reproduzi-lo aqui, pois foi várias vezes editado. Contento-me de fornecer a referência para consulta: por exemplo, numa edição recente e acessível – *Aluísio Azevedo. Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980, seleção de textos e estudo por Antônio Dimas. Ao referir-se a esse texto, a crítica normalmente afirma ser um fragmento do livro sobre o Japão. Há de se fazer uma ressalva. “Japonesas e norte-americanas” é uma apologia da mulher oriental enquanto exemplo de submissão e de virtudes domésticas tradicionais, em oposição à mulher americana, liberada, mas já contaminada pelos mesmos vícios que afetam a sociedade masculina. Ora, a argumentação

de Aluísio Azevedo sobre esse debate, é vizinha da que utiliza quando discute o problema da modernização do Japão, em contato com a civilização Ocidental (grosso modo, o assunto dos capítulos III, IV e V de *O Japão*). Aluísio Azevedo é um ferrenho defensor do isolacionismo japonês (lembremos, desde já, que o Japão foi forçado a abrir suas portas ao Ocidente em meados do século XIX, o que provocou grandes transformações em suas estruturas tradicionais), e se deixa voluntariamente convencer pelos argumentos do nacionalismo exaltado. Em ambas as discussões, apesar da diferença de fundo, o seu raciocínio segue entretanto uma mesma linha de pensamento. Aluísio Azevedo afirma que o Japão só teria a perder no convívio com as grandes potências imperialistas ocidentais, pois não tardaria a adquirir as mesmas taras congênitas (desrespeito dos valores cavalheirescos, ambição desmedida, decadência das velhas formas de arte em proveito do industrialismo banal etc.).

Por outro lado, quando faz o elogio da mulher japonesa, opõe como contrário a figura da americana, que, copiando as maneiras masculinas (assim chama o direito a um trabalho idêntico, livre escolha na vida sentimental, possibilidade de conviver socialmente em pé de igualdade etc.), acabou por perder

todo um patrimônio de virtudes, a felicidade dentro da submissão, sabedoria que o escritor afirma bem viva ainda entre as japonesas. Ora, não vale a pena entrar no debate, tanto um quanto o outro, enquanto tal, e aqui. Mais importante é sublinhar o parentesco dos dois textos, da maneira de conduzir as duas discussões, a necessidade de colocá-los lado a lado para uma melhor compreensão da atitude de Aluísio Azevedo, e da coerência de suas ideias.

Por fim, voltando à permanência do escritor em Yokohama, acrescentaríamos que as funções diplomáticas no Japão terminaram no último ano do século passado, por um decreto de 22 de dezembro de 1899, que enviava o cônsul Azevedo a La Plata, na Argentina. A carreira, a seguir, será movimentada; por essa razão, apresentamos num quadro cronológico as várias mudanças, após a temporada japonesa, e sempre no exercício da carreira diplomática:

1899 - Por decreto de 22 de dezembro de 1899, Aluísio Azevedo é nomeado cônsul honorário em La Plata, Argentina.

1900 - Posse em 1º de março, depois de breve passagem pelo Rio de Janeiro.

1903 - Em 31 de março, Aluísio Azevedo é titularizado pelo Ministério das Relações Exteriores, após intervenção direta em seu favor do próprio ministro, o Barão de Rio Branco.

Em 16 de junho, toma posse nas novas funções em Salto Oriental, Uruguai.

Em 3 de novembro chega em Salto Oriental a notícia da transferência para Cardiff, Inglaterra, que Aluísio Azevedo acolhe com alegria.

1904 - Em 7 de janeiro, Aluísio Azevedo deixa Salto Oriental.

Passagem pelo Rio de Janeiro, durante os meses de janeiro e fevereiro.

Partida para Bordeaux, no começo de março.

Em primeiro de abril, Aluísio Azevedo assume seu cargo em Cardiff, depois da viagem a Paris e Londres.

1906 - Um decreto de 3 de dezembro o nomeia em Nápoles.

1907 - Em 1º de fevereiro, partida de Cardiff.

Em 13 de março, posse em Nápoles, depois de viagem a Paris e passeio pela Europa.

1908 - Morte do irmão, Artur Azevedo.

1909 - No outono, visita de Afrânio Peixoto e começo de sólida amizade entre os dois escritores. Aluísio Azevedo confessa-lhe o desejo de escrever um romance inspirado em *Os sertões* de Euclides da Cunha, publicado em 1902.

1910 - Um decreto de 29 de julho nomeia Aluísio Azevedo cônsul de 2ª classe em Assunção, Paraguai.

Em agosto, na ilha de Ischia, redação da novela *O touro negro*.

Na metade de outubro, embarque em Gênova, depois da partida de Nápoles em 9 de setembro e de uma viagem turística no norte da Itália.

Estada no Rio de Janeiro, em novembro e dezembro, última viagem ao Brasil.

Em 14 de dezembro, Aluísio Azevedo redige o testamento, pelo qual metade dos seus bens passam à Sra. Pastora Luquez, sua governanta desde La Plata, e às duas crianças desta, Pastor e Zulema.

Em 30 de dezembro, Aluísio Azevedo é promovido cônsul de 1ª classe.

1911 - Em janeiro, posse em Assunção.

Em 30 de setembro, Aluísio Azevedo é nomeado adido comercial do Brasil para a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, e transferido para Buenos Aires.

1913 - Dia 21 de janeiro, morte do escritor, com sessenta anos de idade, em Buenos Aires, vítima de um ataque cardíaco.

O Japonismo

Não é possível apresentar *O Japão* de Aluísio Azevedo sem fazer-se referência a um contexto artístico, cujas fronteiras ultrapassavam as preocupações individuais de um escritor isolado, e mesmo as do meio nacional em que vivia. Escrever sobre o Japão no final do século XIX implicava aderir a uma tendência artística, a um gosto, cuja primeira característica era a de ser cosmopolita. Europeus, americanos do norte e do sul, homens de letras ou artistas plásticos, o público cultivado em geral, achavam-se sensibilizados, fascinados, pela última grande descoberta do Ocidente, por sua última grande viagem – o Japão. E a reação a

esse encontro, que vai da *Madame Butterfly* de Puccini aos escritos de Lafcadio Hearn, da decoração dos interiores *fin de siècle* à grande revolução da pintura, que é o impressionismo, é o que se poderia chamar de japonismo.

Se, no depoimento que citamos há pouco, Afrânio Peixoto explicava que Aluísio Azevedo abandonara o projeto do livro, em parte pelo sentimento de que o bom momento de publicá-lo tinha passado, é porque este não se iludia da característica de “corrida” à novidade, própria dessa tendência. Houve dois contatos entre o Ocidente e a civilização japonesa. O primeiro, historicamente, se passou no século XVI. Contato num único sentido, missionários jesuítas, portugueses e espanhóis, e negociantes, trazem em suas caravelas o Ocidente ao Japão: a sua fé e as armas de fogo. A aventura termina com o extermínio em massa dos cristãos japoneses, e o fechamento autoritário e absoluto das fronteiras do país aos estrangeiros, no início do século XVII. No Japão, a posse e o uso das novas armas resultou na centralização do poder nas mãos de um único clã, depois de meio século de lutas terríveis. E desse Japão o Ocidente trouxe os maravilhosos biombos, do Museu das Janelas Verdes de Lisboa. O segundo

encontro é o do século XIX, a verdadeira descoberta, e a grande subversão, de uma e de outra parte. As apropriações mútuas, o processo gradativo de conhecimento, acompanham-se de uma assimilação progressiva, de obras que vulgarizam e põem em dia as aquisições. *O Japão* de Aluísio Azevedo se encaixa nesse *continuum*. Daí seu interesse, quando o olhamos com quase um século de recuo; daí sua fragilidade, visto num momento em que, dia a dia, os conhecimentos da civilização japonesa se aprofundavam.

A obra de Aluísio Azevedo, o maior representante entre nós do naturalismo, se abre e se fecha numa vereda paradoxal: o exotismo. Como compreender que a Itália das ilhas Lípari e de Nápoles, sonhada em *Uma lágrima de mulher*, o primeiro romance, e as raízes do Extremo Oriente, desvendadas em *O Japão*, possam se harmonizar no interior da obra do discípulo brasileiro de Emile Zola? Então a preocupação com a realidade sem disfarce, hipertrofiada, como queria o chefe da escola, e como a encontramos nos romances cariocas de Aluísio Azevedo, pode rematar pela fuga em direção de outros mundos, na submissão ao estranho?

Talvez pudéssemos aplicar a ele o julgamento, mais geral, do crítico Pierre Jourda, para quem

(...) não há nenhum escritor notável no século XIX (...) que não tenha trazido sua contribuição a essa pesquisa vasta, conduzida através do mundo, em todos os países e em todos os tempos: românticos, realistas, parnasianos, naturalistas, simbolistas, pertençam a que escola pertencerem, todos os escritores – grandes e medíocres – fizeram seu sacrifício a uma moda que, graças aos progressos das relações internacionais, tornou-se uma atitude normal de nossos espíritos. A massa de obras interessadas de perto ou de longe pelo exotismo é, então, considerável (*L'exotisme dans la littérature française depuis Chateaubriand*, p. 276).

Assim, da América de um Chateaubriand ao Oriente Médio de um Eça de Queirós ou Flaubert, dos índios de José de Alencar à China de Gustave Mirbeau, uma mesma busca é conduzida pelo escritor do século XIX, num mesmo desejo de descobrir o novo e o estranho, e de representá-lo. Assistimos, na verdade, no fim desse século, a uma espécie de renovação do sentido romântico da fuga, atitude de ordem espiritual, aguçada pelas conquistas técnicas que tornavam possível o alargamento geográfico do conceito do exotismo, para além dos limites do Mediterrâneo ou da América. Não é significativo que esses escritores do exotismo *fin de siècle* tenham sido muitas vezes viajantes

profissionais, diplomatas (Aluísio Azevedo, Eça de Queirós e mais tarde Paul Claudel), oficiais da marinha (Pierre Loti, Wenceslau de Moraes, e no começo do século, Victor Segalen), ou simplesmente eternos errantes como Lafcadio Hearn? Não é também significativo que por volta do fim do século, esses escritores viajantes, indo cada vez mais longe, tenham o sentimento de participar a uma espécie de corrida em direção do novo? A propósito, em uma de suas cartas, Lafcadio Hearn (que viveu muitos anos no Japão, e que começa a publicar sobre o Japão em data muito próxima à da chegada de Aluísio Azevedo) confessava:

E meu sonho era frequentar as velhas cidadelas portuguesas e espanholas em ruínas, subir o Amazonas e o Orenoco e descobrir romances de que ninguém suspeitava. Teria podido fazer isso e escrever livros que se venderiam ainda daqui a vinte anos... (“The Japanese Letters”, p. 93).

É ainda significativo que essa literatura de inspiração exótica tenha um aspecto bem cosmopolita – um pouco como a Yokohama em que Aluísio Azevedo viveu dois anos –, reunindo escritores de origem diferente, entre os quais o exemplo mais perfeito é o próprio Lafcadio Hearn, grego de nascimento, filho de pai

irlandês, mas de origem romena, e de mãe grega, cidadão americano tendo vivido muito tempo nas Antilhas antes de ir ao Japão, onde se casou e se converteu ao budismo. E o Japão, aberto recentemente às relações internacionais, oferecia a esses homens de letras condições excepcionais de interesse: a distância, um período longo de isolamento, uma civilização e um passado prestigiosos. E valor suplementar: a modernização acelerada do país tornava-o aos olhos dos ocidentais um espetáculo único, porque efêmero. E o arrepio percorre as páginas de todos os japonistas:

A visão de um soberbo couraçado japonês na baía de Mionoseki, outro dia, me encheu de desgosto. O monstro esplêndido apareceu-me como o presságio de um futuro tão mais sombrio e mais artificial do que o presente (“The Japanese Letters”, p. 86).

A respeito disso, se procurarmos compreender melhor o abandono da redação de *O Japão*, e porque o atraso imposto à edição lhe foi fatal, é em grande parte na natureza do assunto que encontraremos a resposta, o país tradicional que se transformava rapidamente em potência moderna, impondo antes de mais nada aos que tentaram descrevê-lo, a rapidez. Mais que um projeto literário malogrado, foi o instantâneo que se perdeu.

A data da redescoberta do Japão, depois de um longo período de reclusão voluntária que começa no século XVII, corresponde à do restabelecimento das relações diplomáticas do país com o Ocidente, em meados do século XIX. Os tratados que regiam essas relações foram numerosos, o primeiro com os Estados Unidos, em 1854; seguido por outros, com a maioria dos países europeus, em 1856; com Portugal em 1860; e enfim, bem mais tarde, com o Brasil em 1895. As obras literárias de inspiração japonesa apareceram uns trinta anos após os primeiros tratados. Aqui estão alguns pontos de referência cronológicos, dados pelas obras e autores mais significativos:

Edmond de Goncourt (1822-1896)

<i>Outamaro, le peintre des maisons vertes</i>	1891
<i>Hokousai</i>	1896

Lafcadio Hearn (1850-1940)

<i>Glimpses of Unfamiliar Japan</i>	1894
<i>Kokoro: Hints and Echoes</i>	
<i>of Japanese Inner Life</i>	1896
<i>In Ghostly Japan</i>	1899
<i>Kotto</i>	1902
<i>Kwaidan</i>	1904
<i>Japan, An Attempt of Interpretation etc</i>	1904

Pierre Loti (1850-1924)

<i>Madame Chrysanthème</i>	1887
<i>Japoneries d'Automne</i>	1889
<i>La troisième jeunesse de Madame Prune</i>	1905

Wenceslau de Moraes (1854-1929)

<i>Traços do Extremo-Oriente</i>	1895
<i>Dai-Nippon</i>	1897
<i>Os serões no Japão</i>	1905
<i>O culto do chá</i>	1905
<i>Paisagens da China e do Japão</i>	1906
<i>Bon-Odori em Tokushima</i>	1916
<i>Relance da história japonesa</i>	1924
<i>Relance da alma japonesa</i>	1928

A vista fornecida pelas datas citadas informa-nos a respeito da existência de uma verdadeira “geração” de escritores japonistas, publicando suas obras em datas muito próximas. Ainda uma vez, o fenômeno explica por que Aluísio Azevedo possuía o sentimento de ter deixado passar o momento de publicar seu livro, ao mesmo tempo que o situa com relação a essa corrente literária. Se o processo de edição do livro tivesse tido sucesso, Aluísio Azevedo se colocaria entre os pioneiros, pois *Madame Chrysanthème* e *Japoneries d'automne*, de Pierre Loti, pertencem a um gênero mais romanesco que “científico”. Os dois

livros foram escritos depois de uma estada curta no Japão, três meses, verão e outono de 1885, enquanto o navio em que o oficial Pierre Loti servia, fazia escala em Nagasaki. O sucesso dessas obras foi considerável, *Madame Chrysanthème* teve 222 edições entre a data da publicação e a morte do autor, em 1924. Aspecto contraditório, *Madame Chrysanthème* que revelou o Japão a tantos leitores, e que se tornou sua própria imagem, era um livro de visão estreita, e muito injusta, protótipo do que chamaríamos hoje de literatura colonial. Um estudo recente (Setsuko Ono: *A Western Image of Japan*, 1972), lembra, através de uma análise estatística, que Pierre Loti servia-se em suas descrições do Japão, ou em seus comentários sobre a civilização japonesa, de um repertório de adjetivos, quase que exclusivo, e sistematicamente utilizado, todo ele em torno dos campos semânticos de “pequeno”, “artificial”, “polido”, “animal”, “monótono”, “frágil”, “velho”, “cerimonioso”, “numeroso”, “servil”, “simples”, “limpo”, “amarelo” etc. Essas palavras, ou seus sinônimos, retornam incessantemente, insistem, e terminam por imprimir uma imagem. Dado o sucesso extraordinário das obras de Pierre Loti, a visão do Japão nessa época passava forçosamente por esse filtro. Assim é comum

encontrarmos nos escritores posteriores, inclusive em Aluísio Azevedo (há uma referência explícita ao problema no depoimento de Afrânio Peixoto), uma rejeição enérgica de Pierre Loti, e um desejo de reparar o dano.

Levantar o problema da imagem que Pierre Loti deixou do Japão tem o seu lugar aqui, na medida em que ela determinou a escolha do gênero de obra que os escritores posteriores, entre eles Aluísio Azevedo, decidiram escrever. A análise subjetiva e superficial sendo afastada, escritores como Wenceslau de Moraes, Lafcadio Hearn e Aluísio Azevedo, todos três contemporâneos, deixaram obras muito próximas pelo espírito, cuja primeira característica comum seria a de estarem num terreno limítrofe entre a literatura propriamente dita, e a reportagem erudita. Esta era possível graças à existência de obras especializadas sobre a civilização japonesa, que esses escritores consultavam e citavam, e que permite preencher lacunas consideráveis de conhecimento, normais ao considerarmos a complexidade do problema, as dificuldades da língua, e a novidade do assunto. Entretanto, são homens de letras, e não especialistas num domínio científico qualquer. Era normal, então, que as obras especializadas sobre o Japão não fossem suficientes a esses escritores, que sentiam a necessidade

de soprar nelas um pouco da “verdadeira” vida japonesa, e de as completar, como indicam suas frequentes declarações. Muitas vezes também, e tomando em consideração a novidade do assunto, esses escritores sentiam-se à altura de fornecerem suas interpretações. Aluísio Azevedo, por exemplo, a propósito das agitações políticas dos anos 1860 no Japão, dirá: “Bem sei que os europeus e norte-americanos, naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que vou aqui narrando...” (p. 94). Ou então, em sua carta a Artur Azevedo: “O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes” (p. 16).

Os propósitos de Lafcadio Hearn, em sua correspondência, são muito próximos aos de Aluísio Azevedo, sobre a necessidade de estudar diretamente o Japão: “(...) trabalho com sinceridade no sentido artístico, e (...) seria capaz de melhores obras desde que pudesse obter conhecimentos mais vastos sobre assunto que tratei somente enquanto amador até agora” (*The Japanese Letters*, p.54). Ou ainda:

Falta saber ainda se serei capaz de escrever um bom livro sobre o Japão. Se conseguir,

serão necessários anos de trabalho contínuo e sério sem um verdadeiro lampejo. Os menores acontecimentos nesta vida oriental são tão diferentes dos nossos, e tão complexos em suas relações com outros fatos, que, para explicá-los, é preciso tempo e paciência consideráveis (*Idem*, p. 55).

A propósito desses problemas, voltemos alguns anos atrás. Entre a abertura do Japão aos países ocidentais em 1854, e *Madame Chrysanthème* em 1887, que é a obra pioneira da literatura japonista, esses trinta anos prepararam e tornaram possível o estudo aprofundado do Japão pela publicação de obras especializadas, ou por sua vulgarização nas narrativas de viagem. Estas últimas são anteriores à eclosão das obras literárias de inspiração japonesa, sem terem desaparecido entretanto, após a sua moda. Enumerar todas essas crônicas de viagem escapa ao nosso propósito; todavia notemos que os autores citados, Aluísio Azevedo, Lafcadio Hearn e Wenceslau de Moraes, e mesmo Edmond Goncourt (ver, por exemplo, a nota da p. 185), utilizaram todos e sem exceção, fontes ocidentais eruditas como ponto de partida de seus escritos. E mesmo os autores que permaneceram inúmeros anos no Japão, como português Wenceslau de Moraes, e o americano Hearn, não escapam

a essa regra. Eles o confessam frequentemente, Wenceslau de Moraes, por exemplo, servia-se inclusive dos livros de Lafcadio Hearn como fonte, o qual, a seu turno, mantinha uma correspondência farta e informativa com Basil Hall Chamberlain, japonólogo americano ilustre. E Aluísio Azevedo seguirá o mesmo caminho, adotando como base informativa a narrativa de viagem de George Bousquet, jurista francês que permaneceu no Japão entre 1872 e 1876, e que foi também uma das fontes consultadas por Edmond de Goncourt, e sobre o qual votaremos a falar de modo mais aprofundado.

Esses homens de letras, desejosos de empreender obras fiéis à complexidade da civilização que tinham escolhido como assunto, encontravam-se na obrigação de recorrer a uma ciência mais aprofundada que a própria, nessa matéria. Não seria justo concluir afirmando que a viagem ao Japão se fazia no interior de suas bibliotecas, porque a experiência vivida e o conhecimento livresco se alternavam. Na carta já citada de Aluísio Azevedo ao irmão, por exemplo, temos: “Desta mania de querer ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa tenho experimentado das boas”, completado em seguida por algumas peripécias que atestam seu desejo

de embeber-se a alma e os costumes do país. Lafcadio Hearn possuía sentimentos muito semelhantes: “creio que é somente depois de ter vivido assim alguns anos, que poderei atingir o *kokoro* (coração, espírito) do povo, — da vida religiosa e emotiva da família. Aí está minha única ambição”. (p. 62)

Mencionamos rapidamente, até agora, os dois estudos de Edmond de Goncourt sobre a arte japonesa, contemporâneos entretanto das obras que nos interessaram até aqui. Além do caráter de estudo especializado, o escritor Edmond de Goncourt, do ponto de vista cronológico, pertence a uma geração um pouco anterior à dos autores citados, nascidos todos eles entre 1850 e 1857. Além disso, deixamos à parte *Outamaro* e *Hokousai* para termos a ocasião de mencionar um movimento estético, um pouco anterior, mas de grande importância. Antes de interessar os escritores, o Japão tinha já sido descoberto pelos artistas plásticos, e a revelação terá consequências consideráveis. E, nesse domínio, o papel dos irmãos Goncourt foi de primeiro plano, sendo em grande parte responsáveis pela voga dos objetos de arte japoneses. Um historiador atual refere-se à mudança de gosto nos interiores das casas burguesas do fim do século:

(...) a moda do bibelô e do *bric-à-brac* prevaleceu de ora em diante sobre a do móvel artístico bem executado e dos bronzes de qualidade; é o reino dos 'interiores artísticos' atravancados de tapetes do Oriente, armas damasquinadas, antifonários, paramentos bordados, gabinetes espanhóis, defumadores persas, biombos de Coromandel, sedas chinesas e marfins japoneses. Aqui, como em toda parte, o gosto se dirige ao exótico, ao precioso, ao torcido. Algum tempo mais, e chegaremos às evanescências *fin de siècle*. Assim, antes de se tornar literário, o japonismo foi decorativo. Acompanhando essas transformações, é necessário mencionar o papel predominante que exerceu a descoberta das artes plásticas japonesas, na grande revolução impressionista. Nesse domínio, os escritos de Edmond de Goncourt sobre os pintores japoneses foram de grande valia. Um historiador do impressionismo (P. Francastel: *L'impressionisme*, p. 110-111), lembra a cronologia do movimento e a da ação dessas obras literárias: 'A descoberta do Japão partiu de início dos próprios artistas. Foi inesperada e espontânea, espalhou-se em seguida na literatura. Monet, na Holanda, depois em Londres, concentrou sua curiosidade nos papéis de embalagem vindos do Extremo Oriente. Logo depois o Japão tornou-se acessível em Paris, mais do que em qualquer outra parte, graças à

abertura das célebres lojas de Desoye (desde 1862), de Byng e de Hayashi. Entretanto, a utilização sistemática dessa nova fonte de idéias não aparece nas artes francesas senão sob a influência de Whistler. (...) O papel dos Goncourt vem em seguida, são eles que foram iniciados pelos artistas, e sobretudo por Whistler, ao lado de quem convém também citar o gravador Bracquemont. A parte dos Goncourt é a de terem sido vulgarizadores. A visão deles do Japão é a mais literária possível, penetrada de retórica e de verbalismo, da mesma que a compreensão deles do século XVIII. Mas é exatamente por isso que foram maravilhosos iniciadores: colocaram ao alcance do público, que só compreende a linguagem falada, as curiosidades de uma elite que certamente tiveram o mérito de apreciar'. (Chastenet, J.: *Histoire de la Troisième République*, p. 239)

Para terminar, e de modo rápido, lembraríamos que a descoberta das estampas japonesas pelos pintores impressionistas foi determinante, sobretudo no terreno da paginação, da disposição dos personagens e de objetos na tela. E raros foram os pintores dessa época que não prestaram uma homenagem à fonte japonesa de inspiração: o retrato de Emile Zola, por exemplo, por Manet, verdadeiro panfleto da renovação pictórica, tem

como fundo uma parede recoberta de estampas japonesas. Van Gogh foi também grande admirador da arte japonesa, de que o irmão Théo era colecionador (o novo Museu Van Gogh de Amsterdã, aliás, reuniu numa sala o acervo de estampas e as pinturas japonistas de Van Gogh). E até mesmo o retrato, em estado de esboço, de Emile Zola, por Cézanne, do Museu de Arte de São Paulo, lembra a dívida de todos esses pintores com o Japão — Emile Zola acha-se sentado no chão, à japonesa, com um quimono branco.

O Exotismo no Tempo. Para trás: a história.
Fuga do presente desprezível e mesquinho.
Os noutra parte e os outrora.

Victor Segalen

Victor Segalen, outro viajante, outro japonista, já em nosso século, nos sugere a existência de um outro eixo do exotismo, cuja dimensão não é a do espaço, exotismo geográfico, mas a do tempo, e seu terreno se torna então a história. As duas direções, todavia, não se excluem.

Mal saído de dois séculos e meio de vida fechada, e da qual muitos aspectos permaneciam ainda intactos, o Japão surpreendeu os viajantes ocidentais que o descobriram na

segunda metade do século XIX. Mas eram também tempos de mudanças. As observações sobre a intrusão do modernismo e do cosmopolitismo no Japão tradicional são frequentes, engraçadas por vezes, quase sempre irritadas, porque tudo isso significava o desaparecimento de uma imagem de encanto: as *geisha*, os quimonos, os juncos do Mar Interior, o Japão dos samurais e do *Tôkaidô*, essa estrada que ligava a capital dos *shôgun* às demais províncias, e por onde passavam os cortejos dos senhores feudais.

Lafcadio Hearn exprime essa sensação:

O professor Chamberlain disse-me outro dia que a variabilidade dos sentimentos que se experimenta pelo Japão parece a oscilação de um pêndulo – que um dia pende para o pessimismo, e no dia seguinte para o otimismo. Sinto muitas vezes esse sentimento, e sem dúvida o senhor também o conheceu. Mas o sentimento pessimista coincide geralmente com alguma experiência do novo Japão. Ao passo que o sentimento otimista se refere ao velho Japão. (...) Mas com que horrível rapidez o Japão se moderniza! (“The Japanese Letters”, p. 144).

Essa recusa do novo, que traria o Japão para a posição das sociedades modernas

— logo, conhecidas — obrigava esses observadores a buscar refúgio, ou na história japonesa, ou então, fisicamente, nos cantos do país poupados pelas transformações. É significativo, a propósito disso, que Wenceslau de Moraes tenha escolhido, no fim da vida, a cidadezinha de Tokushima, provincial e sonolenta, mas ainda ligada às velhas formas de existência; ou que Lafcadio Hearn, vivendo sempre nas cidades do interior, detestasse as grandes aglomerações da costa; ou que Aluísio Azevedo, sempre segundo a carta do irmão, tenha ido procurar em Mito o verdadeiro Japão.

As páginas das *Japoneries d'automne*, de Pierre Loti estão cheias dessas considerações sobre um passado desaparecido e dos contrastes com uma modernidade que o nivelava com o Ocidente. Diz Pierre Loti: “E é também um retalho do verdadeiro Japão que acaba de desaparecer, nessa curva do caminho, que acaba de entrar na eternidade das coisas passadas — já que esses costumes, nem esse cerimonial, não se verão nunca mais” (ele descreve a passagem da imperatriz imperial, numa festa dos crisântemos em Kyoto). Ou então: “Gritos, colisões, sacudidelas. Há de tudo em meu caminho, o velho Japão ainda extraordinário, o novo Japão ridículo;

há também bondes elétricos, campainhas, cartolas e ‘macfarlanes’”. A propósito de Nagasaki:

é quase uma festa, rever todo esse mundo feminino, gentil, nessa baía tão linda. Ao menos aí, persistem ainda tantos recantos do passado! E encheremos ainda uma vez nossos olhos, nossas memórias, com mil coisas que findam, que desaparecerão amanhã, para deixar à mais vulgar feiúra.

E a obra de Aluísio Azevedo refletirá de modo exemplar esse desejo de projeção no tempo, esse exotismo da história. Não é fácil escolher exemplos dessa atitude no texto, pois os cinco capítulos do manuscrito são todos eles consagrados à história. Entretanto, tomando-se uma descrição do período Tokugawa, que se caracterizou pelo isolamento do país (1624 – 1853), encontramos o seguinte:

(...) a vida era fácil e simples, o país abundante, o clima em geral benigno, os padrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Ieiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez, a ausência

da moda, o enlevo pela natureza, punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias. Não se acusava no corpo da nação o menos sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte – a febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum país ocidental escapou até hoje (...) (p. 91).

Nesse longo desenvolvimento, são colocados em oposição os períodos de antes e depois da chegada dos ocidentais ao Japão, as virtudes de um e as ameaças do outro. O mais importante, todavia, é o sentido dessa “fuga”, em direção ao passado. Esse exotismo da história resulta na criação de um mundo idealizado, de onde estão ausentes as contrariedades do presente. Esse Japão dos Tokugawa é a terra onde se realizam os sonhos da sociedade ideal de Aluísio Azevedo. Por essa razão, não é certamente necessário verificar se as afirmações são válidas, a utopia se desprende naturalmente. A sinceridade e a justiça de Aluísio Azevedo não devem, entretanto, ser postas em dúvida, por essa razão. Muito mais fundamental que a exatidão do fato histórico narrado, parece a atitude do observador, a escolha que faz. A respeito do texto citado há

pouco, “Japonesas e norte-americanas”, é inútil verificar também se está conforme à realidade, tanto para um, quanto para outro caso. A mulher japonesa é realmente feliz no papel que a sociedade determina; a mulher americana corresponde realmente ao retrato feito por Aluísio Azevedo? Trata-se de uma polémica inútil, porque a “verdade” se encontra no fato que a mulher japonesa (ou a sua imagem) se ajusta às concepções da mulher ideal de Aluísio Azevedo. Na medida em que essa justaposição é possível, o exotismo exerce seu papel. Daí a constante decepção, a propósito do Japão em via de modernização, dos viajantes, daí a busca constante de recantos onde o velho país se tivesse refugiado, seja geograficamente, seja por intermédio do estudo de sua história. Para concluir a evocação dessa atitude espiritual, da elaboração utópica através do exotismo, citaremos um historiador atual (Milward, K.G.: *L'oeuvre de Pierre Loti et l'esprit 'fin de siècle'*, p. 133-134), para quem o escritor

(...) se recorda das lembranças de seres e de coisas que não conheceu, e chega um momento em que se evade violentamente do penitenciário de seu século, com toda liberdade, numa outra época... Em alguns casos, é um retorno aos tempos consumidos, às civilizações desaparecidas, aos tempos

mortos; em outros casos, é um impulso em direção do fantástico e do sonho (...).

As fontes da obra

Por duas vezes, encontramos no texto de *O Japão* referência a Georges Bousquet, jurista francês, autor de um livro volumoso sobre esse país. Citado também por Edmond de Goncourt (*Le Japon de nos jours*. Paris: Hachette, 1877, 2 vols., p. 428-469) tornou-se hoje um livro raro, somente disponível nas bibliotecas especializadas da França. O próprio autor não é mencionado em nenhum dicionário bibliográfico, do século XIX, ou contemporâneo. E mesmo as obras mais aprofundadas, embora mencionando a passagem do jurista pelo Japão, não preenchem para nós as lacunas bibliográficas. Todavia, alguns esclarecimentos sobre o personagem poderão nos ser dados pelo próprio Georges Bousquet, no prefácio de sua obra:

Chamado no começo de 1872 a exercer, junto ao governo japonês, as funções de conselheiro jurídico, permaneci no Japão quatro anos, e não perdi nenhuma ocasião para colher ao vivo a vida exterior e

íntima desse povo ainda mal conhecido. Vi brotar sob os meus olhos uma civilização muito mais antiga, tão refinada e não menos madura do que a nossa. Sensibilizado pela diferença entre suas flores e as da nossa civilização ocidental, fui levado a escavar até as raízes, a interrogar suas manifestações estéticas e morais sobre a estrutura dessa nação, a procurar sua psicologia em suas obras. Prossegui esse exame enquanto observador desinteressado e consciencioso, sem sistema, nem preconceito; falo na qualidade de testemunha livre.

Pela extensão, e pela variedade dos assuntos tratados, que vão das noções elementares de geografia e da história japonesa, até as considerações políticas, ou artísticas, *Le Japon de nos jours* constituía uma espécie de síntese e de atualização dos conhecimentos sobre o Japão, durante esses anos 1870.

Na obra, numerosas são as notas que mencionam autores especializados, franceses, ingleses ou alemães, e as publicações contemporâneas, como, por exemplo, os jornais editados em inglês em Edo (a atual *Tôkyô*) ou Yokohama, o que caracteriza o livro como obra de vulgarização exemplar, ao mesmo tempo variada pelas suas preocupações, atualizada na informação, e enriquecida, enfim,

pelo testemunho do próprio autor, viajante incansável.

O interesse que podemos manifestar por *Le Japon de nos jours*, de Georges Bousquet, vem da sua ampla utilização, por Aluísio Azevedo, como fonte de informações, e até mesmo como modelo, a partir do qual ele estrutura o seu livro. De fato, os cinco capítulos que constituem o manuscrito de *O Japão*, panorama e reflexão sobre a história do país, das origens míticas até a guerra civil que precede a restauração Meiji, em 1863, correspondem à mesma divisão, e em parte, ao mesmo conteúdo da “introdução” da obra de Georges Bousquet.

A relação entre os dois autores é complexa. Aluísio Azevedo utiliza as informações colhidas em *Le Japon de nos jours*, como ponto de partida, como garantia de exatidão. Sob esse ponto de vista, sua escolha foi judiciosa, pois a obra de Georges Bousquet, como já lembramos, era uma síntese excelente dos conhecimentos da época. Entretanto, Aluísio Azevedo, ao empreender *O Japão*, não estava propondo ao público brasileiro um resumo de uma obra de vulgarização francesa. A distância que vai de um autor a outro repousa sobre uma diferença de intenções. Aluísio Azevedo, escrevendo sobre o Japão, permanece o romancista,

cuja primeira preocupação é a literária. E como a melhor demonstração é sempre o exemplo, nas notas que chamamos “chaves para a compreensão”, citamos várias vezes as passagens de Georges Bousquet que serviram de base para Aluísio Azevedo. A comparação é eloquente, pois a contribuição do autor francês é sempre de caráter informativo, e nunca estilístico (há um ou dois casos de inspiração mais direta, mas são excepcionais), e a própria informação acha-se transfigurada, para resultar num efeito, que poderíamos chamar de *romanesco*. Assim, por várias vezes, o acontecimento histórico é simplificado em suas peripécias, reduzidos os nomes dos personagens e comparsas, lendas pitorescas são introduzidas, ou grandes cenas de batalhas, dramáticas, alternadas com descrições de períodos de paz; todas essas manipulações do dado histórico bruto, denotando a preocupação constante e primordial do autor com sua prosa, com o ritmo do livro, mais do que com o relato puramente histórico. O partido que Aluísio Azevedo toma é o literário, sempre, e Georges Bousquet é autor de uma reportagem sobre o Japão. Acompanhar as transformações efetuadas por Aluísio Azevedo, a partir de *Le Japon de nos jours*, é ver brotar a literatura da sua matéria primordial e concreta.

A comparação entre Georges Bousquet e Aluísio Azevedo também ilustra a posição dos dois autores, enquanto intermediários entre o público leitor, não iniciado, e o conhecimento erudito, além do qual se acha a civilização do país, com toda sua complexidade. No caso de Aluísio Azevedo, essa superposição de intermediários acha-se acrescida de um elemento, pois Georges Bousquet, por sua vez, também se interpõe entre a erudição, propriamente dita, e o público, sendo ele próprio um vulgarizador igualmente. O interesse da informação, entretanto, não se acha diminuído por essa razão. A obra que Aluísio Azevedo oferece possui um interesse de natureza diferente. O público que atinge é um público mais vasto. Poderíamos, a propósito disso, evocar novamente o papel dos irmãos Goncourt, enquanto promotores da arte japonesa. Nem o *Outamaro*, nem o *Hokousai* são estudos “científicos” propriamente, ou completos, sobre os dois pintores. Entretanto, estão saturados da personalidade do escritor Edmond de Goucourt, e enriquecidos pela transformação literária.

A obra de Georges Bousquet, completada de modo secundário por outros textos, perceptíveis aqui e ali ao longo do livro, constitui o conjunto de subsídios

necessários à elaboração dos capítulos que Aluísio de Azevedo consagra à história do Japão. Entretanto, os acontecimentos posteriores à assinatura dos primeiros tratados diplomáticos com o Ocidente, época que poderíamos situar de modo aproximado por volta dos anos 1860, e matéria dos capítulos IV e V de *O Japão*, são de ordem polêmica. A chegada dos americanos, o espetáculo apresentado por seus navios modernos, a vapor, a imposição dos tratados de comércio, tiveram como primeira consequência a queda do *xogunato*, o regime político da família Tokugawa, ou, em outros termos, o desaparecimento do Japão antigo. Essas mudanças violentas foram explicadas por duas correntes de historiadores. A primeira considerava que somente os estrangeiros eram responsáveis pelo desaparecimento das antigas formas de governo, que repousava no isolamento completo do país. A segunda corrente, em direção da qual pendem hoje os historiadores, lembrava que a ação dos ocidentais foi a de precipitar acontecimentos já há muito tempo preparados. A primeira tese, evidentemente, era cara aos meios políticos japoneses que, embora promovendo a modernização do país a partir dos anos 1860, mantinham ainda vivos os

sentimentos xenófobos contra o Ocidente, tese que só poderia reforçar as posições dos escritores japonistas, como Aluísio Azevedo, nostálgicos dessas tradições que desapareciam sob seus olhares e de que eles se sentiam, enquanto ocidentais, responsáveis.

Essa digressão serve para explicar a escolha efetuada por Aluísio Azevedo, no sentido de preferir fontes japonesas às ocidentais, quando, em seu livro, trata desses acontecimentos, matéria dos dois últimos capítulos, sobretudo. Ao contrário da obra de Georges Bousquet, claramente nomeado no livro, as fontes japonesas de Aluísio Azevedo permanecem anônimas. São mencionadas na seguinte passagem: “Assassínio? Suicídio? Natural explosão dos desespero? Ninguém o explica. Um romance japonês conta o episódio muito dramaticamente (...)” (p. 101). Logo, a fonte japonesa é romanesca, cuja tradução não deveria colocar maiores dificuldades ao diplomata, instalado em Yokohama, tão cosmopolita, onde os intérpretes ao serviço dos funcionários estrangeiros deveriam ser numerosos. É evidente também, que o acesso aos arquivos do escritor, conservados pelos herdeiros em Buenos Aires, permitiria resolver melhor o problema. E essas

fontes japonesas, fornecem a maioria das informações contidas nos capítulos finais do livro. Sobre o aspecto, poderíamos tecer alguns comentários.

Antes de mais nada, no que toca à objetividade dessas informações. Comparando os fatos narrados por Aluísio Azevedo e um grande número de obras históricas atuais, percebemos que esse “romance” japonês merece várias reservas, em particular no que se refere à cronologia, e mesmo à exatidão dos acontecimentos. É verdade que a época que vai de 1860 a 1863, objeto dos capítulos finais, é confusa por natureza, rica de peripécias e reviravoltas, no interior de um regime político já complexo. Logo, o terreno era propício a todas as interpretações, as quais, mesmo, e talvez sobretudo, vindas de japoneses em meio a um contexto passional, nessa época de mutações, não poderiam pretender à objetividade. Por outro lado, se consultarmos os escritores ocidentais contemporâneos de Aluísio Azevedo, seja Wenceslau de Moraes, seja Lafcadio Hearn, também interessados, em suas obras, em propor um panorama histórico do país, perceberemos que fornecem bem poucas informações de que tinha necessidade.

Logo, a solução proposta por Aluísio Azevedo, embora insatisfatória sob o ponto

de vista, exclusivo, da exatidão e “objetividade” históricas, é original. Para preencher as lacunas dos historiadores ocidentais, mas, sobretudo, para retificar eventuais desvios de interpretação, ele apela para uma informação direta. Para nós, hoje, a discussão em torno do problema da ruptura do isolamento do Japão no século XIX tornou-se menos fundamental. Isso, após tantas transformações históricas ocorridas no Japão, e depois dos progressos feitos pelos historiadores, capazes hoje de nos fornecer informações mais seguras e completas.

Resta ao leitor atual, todavia, o interesse da obra de Aluísio Azevedo (pondo de lado o aspecto literário) enquanto proposta de solução às dificuldades de escrever um livro “autêntico” sobre o Japão. Em face a uma civilização rica e complexa, em face a obstáculos à observação, como o desconhecimento da língua e a ignorância dos mecanismos históricos, Aluísio Azevedo apela para intermediários. Um, Georges Bousquet era ocidental; o outro, o autor do “romance”, de quem sabemos tão pouco, japonês; tanto um quanto o outro compensam as suas insuficiências recíprocas, aos olhos do romancista. Esses dois informadores conduziram Aluísio Azevedo em dire-

ção do “verdadeiro” Japão? Era esse, em todo caso, o objetivo que procurava atingir.

O manuscrito

O livro inédito de Aluísio Azevedo sobre o Japão propõe ao leitor, logo de início, algumas questões a elucidar. A primeira delas, a do próprio título. O escritor, em sua correspondência, ou através dos depoimentos de amigos, menciona a obra como sendo a que escrevia sobre o Japão, ou sobre *Dai Nippon*, sem lhe atribuir exatamente um título definitivo. O texto que apresentamos, o manuscrito autógrafo conservado pela biblioteca da Academia Brasileira de Letras, traz um nome, *O Japão*, pelo qual a obra é mencionada por um dos biógrafos de Aluísio de Azevedo, Raimundo de Menezes. Título que conservamos. Já um outro crítico, e amigo do romancista, Afrânio Peixoto, refere-se ao inédito japonês como *Agonia de uma raça*. E para encerrar a lista, a biografia mais recente de Aluísio Azevedo, a de Jean-Yves Mérian, designa os cadernos que os herdeiros do escritor conservam em Buenos Aires, contendo apontamentos e esboços, pelo nome de *O Japão tal*

como ele é. Essa multiplicidade de títulos faz supor, evidentemente, que Aluísio Azevedo, vivo, não fixara sua escolha sobre nenhum deles, para um livro que nunca pôde publicar, nem concluir completamente.

A segunda questão é a que toca ao próprio conteúdo do manuscrito. O texto que apresentamos aqui são os originais preparados para a edição por Fernando Nery, que foi secretário da biblioteca da Academia Brasileira de Letras de 1923 a 1948: cinco capítulos, num total de 237 páginas. Este fragmento importante do livro acha-se perfeitamente acabado, não apresentando marca alguma de modificação essencial. As alterações são de pequena monta, o escritor riscando um adjetivo e substituindo-o por outro, retificando aqui e lá pontuação e ortografia. Entretanto, é um fragmento, a parte terminada do conjunto não concluído da obra. O fragmento que Aluísio Azevedo apresentava aos amigos para leitura, como sabemos que o fazia, através da sua correspondência, ou pelo depoimento de Afrânio Peixoto. Esses cinco capítulos de *O Japão* contêm uma apresentação, histórica e cultural, dessa civilização ao público brasileiro; uma espécie de primeiro contato do nosso país com essa parte

do mundo recém descoberta, que era o Japão do século XIX.

Uma questão fica em aberto, entretanto. É a que se refere ao projeto global do livro. Como Aluísio Azevedo tencionava completar e concluir o seu estudo? A resposta só pode ser fornecida quando for possível a consulta aos cadernos de notas que os herdeiros do escritor conservam até nossos dias em Buenos Aires, última residência do diplomata. Jean-Yves Mérian, autor da biografia recente, já mencionada, tendo feito a viagem de Buenos Aires para a consulta a essa documentação, pôde reproduzir e estudar mais demoradamente as páginas iniciais das anotações de Aluísio Azevedo sobre o Japão. Do exame dessas reproduções (cedidas com muita amabilidade pelo crítico), pode-se observar que se trata de um esboço, a escrita desenvolvendo-se nas páginas à direita do caderno, as notas e as observações para alterações posteriores nas páginas à esquerda.

Completaríamos essas considerações introdutórias com um esclarecimento sobre a origem desta edição. Trata-se, inicialmente, de uma tese de doutoramento em literatura brasileira, apresentada em 1980 na Universidade de Aix-em-Provence, França, sob a direção do

professor Claude-Henri Frèches. E é necessário exprimir aqui o nosso agradecimento à acolhida solícita que a Academia Brasileira de Letras nos reservou e ao auxílio precioso dos amigos Roseli Vieira do Nascimento e Jorge Coli.

Mas, ao projetarmos sua edição no Brasil, procedemos a algumas modificações. Embora as edições críticas universitárias, com suas regras próprias, tenham suas razões de ser, pensamos que a divulgação do texto inédito de Aluísio Azevedo junto ao seu verdadeiro público, deveria vir despojada, o mais possível, do caráter de estudo universitário, de modo a ocupar e representar o seu papel real. Foi assim que transcrevemos *O Japão* de Aluísio Azevedo integralmente e separadamente, colocando as várias notas ao texto num capítulo à parte: “chaves para compreender *O Japão* de Aluísio Azevedo”. Isso permite que o leitor permaneça em contato com a prosa do romancista, evitando-se as interrupções de leitura que a consulta das notas implica, e que terminam por romper a magia do texto literário. Mas as notas, entretanto, no caso preciso de *O Japão*, são dificilmente dispensáveis. Aluísio Azevedo faz parte da primeira geração de escritores ocidentais a se interessar pela civilização desse país,

recentemente descoberto, que foi o Japão no século XIX, e, como já lembramos, os instrumentos de conhecimento de que dispunha em seu tempo não são comparáveis aos que temos hoje. Logo, o envelhecimento, e mesmo a superação desses conhecimentos são inevitáveis. Por essas razões as notas são necessárias, pondo em dia, comparando as afirmações de Aluísio Azevedo com as interpretações dos historiadores atuais. Esse trabalho (também acompanhado de citações dos japonistas contemporâneos, e de reflexões pessoais que refletem também o nosso entusiasmo por essa civilização), longe de diminuir o interesse do texto de Aluísio Azevedo, permite, ao contrário, restituí-lo ao leitor, acompanhado da sua função primordial, enquanto introdução ao Japão. O aspecto informativo sendo assim atualizado, o texto torna-se compatível com as exigências dos conhecimentos atuais. Por outro lado, a função literária do texto permanece intacta, pois nesse terreno a passagem do tempo não deixou o menor traço.

Como conclusão, lembraríamos que o conjunto de notas e comentários a *O Japão* encontra-se reunido num capítulo isolado, “chaves para a compreensão”, cuja consulta poderá ser feita à vontade do leitor, concomitante ao texto literário, separadamente, ou ao

acaso dos pontos mais obscuros. Essas notas possuem indicações de referência, o que permite retornar ao texto de Aluísio Azevedo. Nessa mesma preocupação de restituição respeitosa, conservamos a ortografia dos nomes japoneses, propostas pelo autor, pois refletem o seu cuidado com uma adaptação à língua portuguesa. Só nas notas é que adotamos o uso atual, em matéria de transcrição fonética. Esperamos enfim, ao editar o manuscrito de *O Japão*, chamar a atenção do leitor sobre essa obra excepcional, não somente pela sua posição na carreira de Aluísio Azevedo, mas também por suas altas qualidades literárias.

CADERNOS DA
BIBLIOTECA NACIONAL

Volumes publicados

1. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, Matias Aires.
2. *Swift*, Rui Barbosa.
3. *Os meus balões*, Alberto Santos-Dumont
4. *O bibliotecário do rei*. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Marcus Venicio Ribeiro e Mônica Auler (Orgs.)
5. *Senhora das imagens internas*. Escritos dispersos de Nise da Silveira. Martha Pires Ferreira (Org.)
6. *Caderneta de campo*, Euclides da Cunha. Olímpio de Souza Andrade (Org.)
7. *Esborço biográfico de Dom Pedro I*, Maria Graham.

Esta obra foi impressa em papel
Pólen 80g/m², em setembro de 2010,
pela Gráfica Duo Print
(21) 2561-3574
email: duoprint@terra.com.br
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



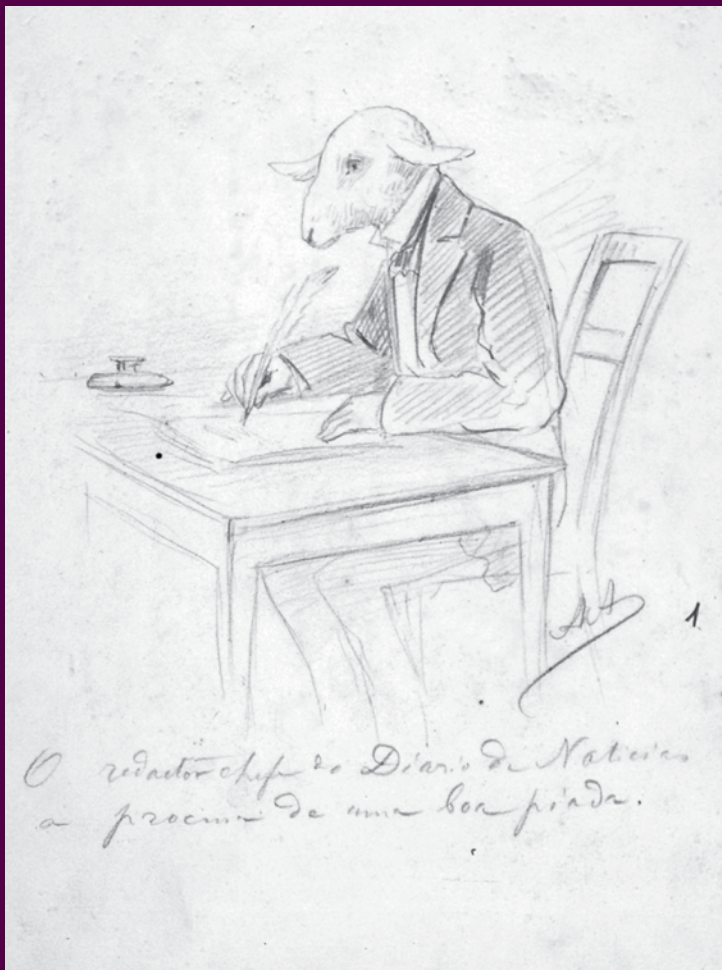
Retrato de Aluísio Azevedo. S. l., s. d..
Divisão de Manuscritos / FBN

I

Jimmu Tenno - Jingo Kogo - Yoritomo

Graças á recente vulgarisa-
ção das chronicas japonezas, ~~de~~
~~antes~~ dantes inaccessiveis a todo
e qualquer estranho, poucos se-
gredos haverá de virgindade inte-
ra sobre o Japão remoto, e ne-
nhum absolutamente a respeito
dos factos politicos que no moder-
no determinaram a restaura-
ção mitakooal, podendo-se
nem punhado de capitulos des-
pretenciosos dar exacta ~~uma~~

(.) As chronicas principais são: o



Caricatura feita por Aluísio Azevedo: "O redator-chefe do Diário de Notícias à procura de uma boa piada." Rio de Janeiro, s.d.
Divisão de Manuscritos / FBN

Rio de Janeiro, 26 de Feb 1904

Querida - Camilla

Escrevo-te duas apressadas
linhas para accusar o recibo de tua
estimavel carta de 11 hute meza, e agor
deputo a communicação de ~~marcimon~~
to de tua nova netinha, o meu cham.

Parto para meu conuato em
Curly na Inglaterra depois d'acumulo,
28 de contante, pelo vapor alleman Wal-
demar, aigo = Principe Waldemar, em
salida as meias dia hute posto; pelo
Arthur terei ~~para~~ occasião de quando
te as ultimas despedidas, pois que elle
~~est~~ ~~prá~~ ~~seu~~ ~~divido~~ a bordo.

Reciente minha retigato. Agor
nao tenho tido um momento de repouso,
cont o que tenho sido um pulo até ahi
em São João d'Elrei, como era meu me-
lhor desejo. Reserve o adeus para a
volta. Até breve.

Teu irmão

Aluizio Azevedo

Carta de Aluísio Azevedo a sua irmã Camila. Rio de Janeiro,
26 de fevereiro de 1904: "Escrevo-te essas apressadas linhas..."
Divisão de Manuscritos / FBN



Sem título.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Ponte sobre o rio Usuzugawa
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Entrada do Templo Chuzengi, às margens do rio Nikko.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



“Tori” (pórtico) de um templo, às margens do lago Hakone.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Vista da cidade de (?) Shinano.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Rio Tokiagawa, em Mino.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Vista de Hachiman.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Navio no Dique de Yokosurka.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



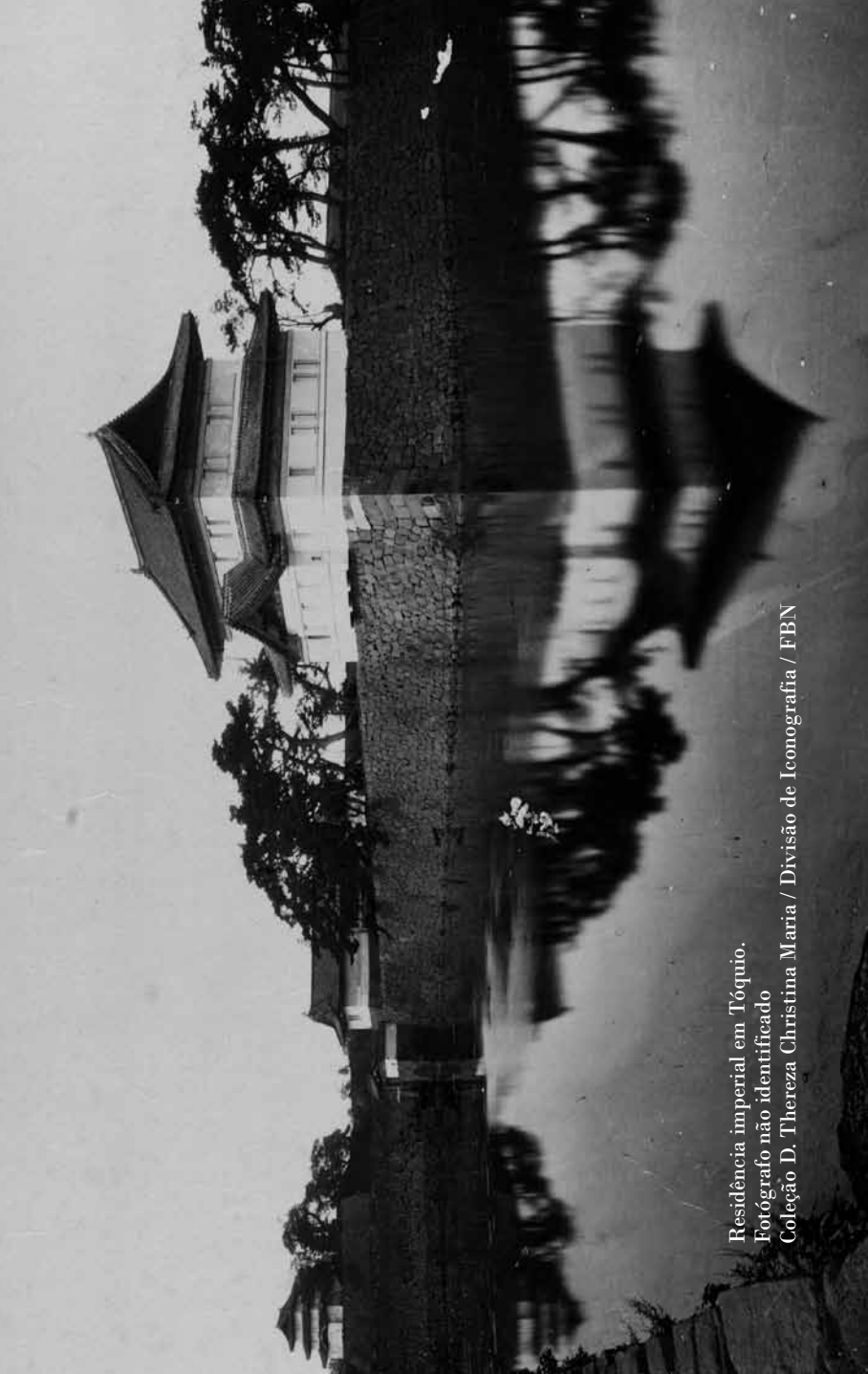
Vista de Maruyama em Quioto.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN

Vista de Kobe.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN

KOBE JAPAN. F. 213.



Residência imperial em Tóquio.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Ponte Nijubashi, no Palácio Imperial, em Tóquio.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Jardim Público Shiba, em Tóquio.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Tukiage, Tóquio.
Fotógrafo não identificado
Colecção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Templo Xintoísta de Iyeyasu, em Nikko.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



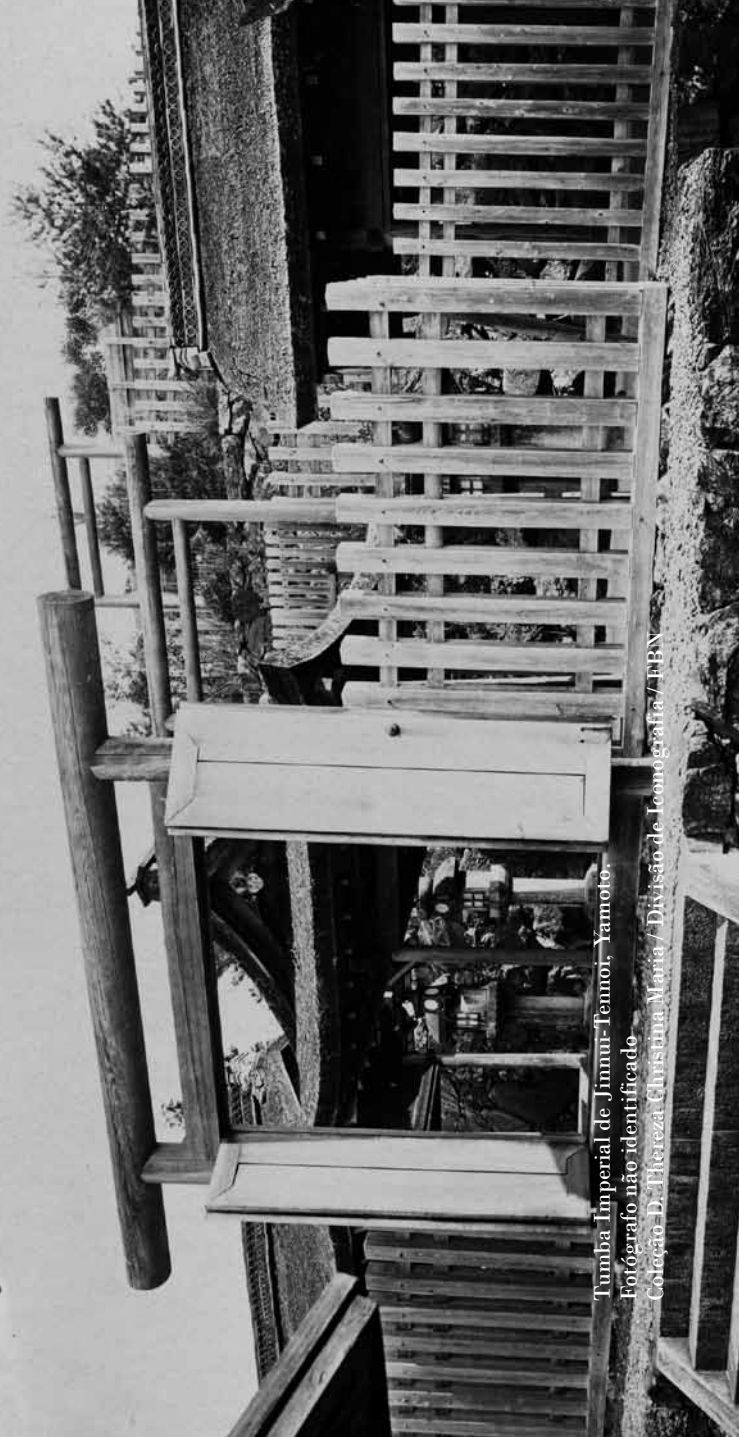
Vista de Nikko.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Sem título.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Tenshu of Nagoya, Chindai.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Tumba Imperial de Jinnui-Tennō, Yamoto.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Elzeza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Kogawadera, Kinokumi.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Vista de Kobe.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN

Manganji, Nikko / Torinto in Nikko.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Pagode em Nikko.
Fotógrafo não identificado
Coleção D. Thereza Christina Maria /
Divisão de Iconografia / FBN





Pavilhão Dourado, Yamasauro.

Fotógrafo não identificado

Coleção D. Thereza Christina Maria / Divisão de Iconografia / FBN



Aluísio Tancredo de Gonçalves Azevedo, irmão mais novo do teatrólogo Artur Azevedo, nasceu em São Luís (MA) em abril de 1857. Comumente identificado como o grande expoente da escola naturalista brasileira, é autor do clássico *O cortiço* e de outros romances

importantes, como *O mulato*, *O homem* e *Casa de pensão*, que lhe trouxeram fama e contribuíram para o debate de temas fundamentais à sociedade brasileira de finais do século XIX. Além de romancista, foi autor de contos e crônicas, tendo também atuado como caricaturista e jornalista, em São Luís e no Rio de Janeiro. Em 1895, ingressou na carreira diplomática, e até o fim da vida esteve em diferentes países a serviço do Brasil. Ocupou postos na Espanha, Japão, Uruguai, Grã-Bretanha, Itália e Argentina, em cuja capital, Buenos Aires, veio a falecer em janeiro de 1913, aos 55 anos. Foi no Japão que Aluísio Azevedo deu início a este seu ensaio-reportagem, projeto que não chegou a concluir, e que só seria publicado em 1984, por iniciativa de **Luiz Carlos da Silva Dantas**, ex-diretor do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Esta é a segunda edição da obra.

ISBN 978-85-333-0603-5



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL